# CADERNO de FORMAÇÃO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES Educação, Cultura e Desenvolvimento

volume 1







São Paulo

CULTURA

ACADÊMICA

E d i t o n a

2010

© 2010, BY UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO Rua Quirino de Andrade, 215 - CEP 01049-010 - São Paulo - SP Tel.(11) 5627-0245 www.unesp.br

UNIVESP - UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo Rua Boa Vista, 170 - 12º Andar CEP: 01014-000 - São Paulo SP Tel. (11) 3188-3355

PROJETO GRÁFICO, ARTE E DIAGRAMAÇÃO Lili Lungarezi NEaD - Núcleo de Educação a Distância

Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação

U58c Caderno de formação: formação de professores educação cultura e
desenvolvimento / Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de
Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. – São Paulo:
Cultura Acadêmica, 2010.

v. 1; 184 p.; 28 cm. - (Curso de Pedagogia)

ISBN 978-85-7983-050-1

 Formação de professores. 2. Educação, cultura e desenvolvimento. 3. História da Educação. 4. Memória do Professor. I. Autor. II. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. III. Título.

CDD 370.19



#### UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

#### GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador Alberto Goldman

#### SECRETARIA ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR

Secretário Carlos Alberto Vogt

#### UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor Herman Jacobus Cornelis Voorwald

> Vice-Reitor Julio Cezar Durigan

Chefe de Gabinete Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitora de Graduação Sheila Zambello de Pinho

Pró-Reitora de Pós-Graduação Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Extensão Universitária Maria Amélia Máximo de Araújo

Pró-Reitor de Administração Ricardo Samih Georges Abi Rached

> Secretária Geral Maria Dalva Silva Pagotto

FUNDUNESP - Diretor Presidente Luiz Antonio Vane

> CULTURA ACADÊMICA

Editora

Cultura Acadêmica Editora Praça da Sé, 108 - Centro CEP: 01001-900 - São Paulo-SP Telefone: (11) 3242-7171

#### PEDAGOGIA UNESP/UNIVESP

Sheila Zambello de Pinho Coordenadora Geral e Pró-Reitora de Graduação

Ana Maria da Costa Santos Menin Coordenadora Pedagógica

> Klaus Schlünzen Júnior Coordenador de Mídias

Lourdes Marcelino Machado Coordenadora de Capacitação

#### CONSELHO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Maria da Costa Santos Menin Presidente

Celestino Alves da Silva Júnior Célia Maria Guimarães Edson do Carmo Inforsato João Cardoso Palma Filho Tereza Maria Malatian

SECRETARIA Cecília Specian Fúlvia Maria Pavan Anderlini Ivonette de Matos PROGRAD/Reitoria

#### NEAD - Núcleo de Educação a Distância / UNESP

#### TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

Pierre Archag Iskenderian
Coordenador
André Luís Rodrigues Ferreira
Dácio Miranda Ferreira
Pedro Cássio Bissetti

#### PRODUÇÃO, VEICULAÇÃO E GESTÃO DE MATERIAL

Deisy Fernanda Feitosa
Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira
Elisandra André Maranhe
Liliam Lungarezi de Oliveira
Márcia Debieux de Oliveira Lima
Sueli Maiellaro Fernandes
Valter Rodrigues da Silva





### APRESENTAÇÃO

A palavra que define o significado para o oferecimento de um curso de Pedagogia na modalidade a distância é "desafio". Para a Universidade Estadual Paulista — Unesp encarar desafios já faz parte de sua história, diante de seu compromisso com uma Educação Superior de qualidade, com especial vocação para a formação de professores.

Os tempos modernos, entretanto, conduzem-nos a novos contextos e a sociedade brasileira, de maneira justa, cobra-nos ações que venham ao encontro de um cenário que requer um repensar sobre as possibilidades de oferta de educação superior de qualidade, diante de tantas dificuldades a serem superadas por um Brasil que pretende alcançar níveis de vida compatíveis com nosso potencial de desenvolvimento.

Diante do que se coloca como compromissos para a construção de um Brasil melhor, a Unesp de maneira responsável e organizada trabalha no sentido de continuar a oferecer seus serviços com fiel propósito de contribuir para a Educação brasileira. Para isso, investe de maneira intensa na tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, sendo uma das principais Universidades brasileiras na produção do conhecimento, na formação de recursos humanos qualificados e competentes, além da ampla inserção social, por meio dos projetos de extensão, nas diversas regiões do Estado de São Paulo.

A recente história da Unesp mostra a maneira como ela se organizou para chegar até o presente momento. Desde 2005 a comunidade Unespiana vem discutindo em todas as suas instâncias e fóruns o uso das tecnologias no processo educacional. Em 2006 aprovou sua regulamentação interna para iniciativas de educação a distância, tornando-se uma das primeiras universidades brasileiras a adotar uma orientação amplamente avaliada pela comunidade universitária sobre o assunto. Atualmente, esta regulamentação serve como norteadora de todas as iniciativas da Unesp na modalidade a distância.

No mesmo ano, a Pró-Reitoria de Graduação iniciou um trabalho pioneiro com um programa de capacitação de seus professores por meio das "Oficinas Pedagógicas", que visavam oferecer formação contínua aos professores da Universidade que voluntariamente se apresentavam para participar. Este programa foi de tamanha relevância para a Unesp que culminou com a criação do Núcleo de Estudos e Práticas Pedagógicas – NEPP, um reconhecimento da Universidade para a importância de formação permanente de seus professores. A iniciativa fez com que o nosso corpo docente passasse a refletir sobre sua prática pedagógica e buscar novas metodologias e recursos. Os reflexos do trabalho já são visíveis com os relatos de professores e alunos sobre os avanços acadêmicos, muitos deles refletidos nos próprios instrumentos oficiais de avaliação, como nossa constante melhoria de desempenho no ENADE e em outros instrumentos de avaliação da sociedade civil.

Outro aspecto a ser considerado é que desde 2005, graças aos constantes investimentos da Reitoria, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, com especial destaque ao "Programa de Melhoria da Graduação", são disponibilizados recursos financeiros para melhoria e ampliação de materiais e tecnologias para nossos docentes e alunos. Um importante indicador dessas inovações implantadas

na Unesp é que atualmente mais de um terço de nossos alunos e professores utilizam ambientes virtuais de aprendizagem como apoio às aulas presenciais. Estamos investindo na construção de um acervo digital acadêmico para enriquecer as atividades didáticas, bem como, oferecer acesso público à informação e ao conhecimento produzido pela Unesp. A produção de material didático também é apoiada pela Pró-Reitoria de Graduação, entre tantos outros exemplos que são conduzidos e oferecidos em nossas Unidades Universitárias.

Os Núcleos de Ensino, outro significativo projeto da Pró-Reitoria de Graduação da Unesp, também colaboram de maneira direta na formação dos nossos futuros professores, além de manter uma estreita parceria com a capacitação dos professores em exercício na rede pública. São 14 Núcleos distribuídos em nossos *Campi* em todo o Estado de São Paulo com o objetivo de desenvolver pesquisas e ações de interesse do ensino básico e da formação de seus professores.

Este sucinto relato de nosso recente caminhar fez-se para contextualizar um pouco o desafio que apresentamos no início, ou seja, a oportunidade de oferecermos nosso primeiro curso de graduação a distância, criado por meio da Resolução Unesp no. 77/2009. A maturidade da Unesp para a concepção do curso de Pedagogia no âmbito da Univesp já se fez presente desde o início do projeto. Passamos muito tempo avaliando e discutindo-o, até chegarmos a uma proposta final que foi aprovada em todas as instâncias universitárias, possibilitando hoje implantarmos o curso de Pedagogia da Unesp cuja característica principal é a de oferecer todo o conhecimento acadêmico para a formação de professores, articulado ao uso das tecnologias digitais, como a Internet e a TV-Digital.

Sabemos que o pioneirismo sempre traz consigo as dificuldades na escolha dos caminhos a trilhar, entretanto, temos a plena convição que estamos reunindo toda a experiência, competência e tradição da Unesp, juntamente com o apoio da Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo, para oferecermos um curso de qualidade, contribuindo para a capacitação do professor em serviço no Estado, sem a formação superior para o exercício da profissão docente.

O desafio é novo e de grande responsabilidade, porém necessário e importante para avançarmos como uma Universidade voltada para atender aos anseios da sociedade, para oportunizarmos a construção de novos ambientes de aprendizagem que utilizem as tecnologias contemporâneas para oferecer Educação a um país que precisa encontrar alternativas consolidadas para superar seus problemas sociais. A educação é, indubitavelmente, o caminho para o país que almejamos. A formação de bons professores é, sem dúvida, o primeiro passo para realizarmos esse sonho.

Bom trabalho a todos!!

Sheila Zambello de Pinho

1000mh

### SUMÁRIO ..

Educação, Cultura e Desenvolvimento - Volume 1

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
História da Educação Brasileira - Introdução	10
A Organização da Disciplina	14
A Educação através dos Tempos	18
A Educação Pública antes da Independência  Maria Aparecida dos Santos Rocha	32
Educação Brasileira no Império.  Tirsa Regazzini Peres	48
A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930) João Cardoso Palma Filho	71
A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas	85
A Educação Brasileira no Período 1960-2000: de JK a FHC	103
Agendas e Atividades	138
MEMÓRIA DO PROFESSOR	
Profissão: docente	160
Agenda e Atividades	166



# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

#### João Cardoso Palma Filho

Professor Titular da disciplina Sociedade, Estado e Educação no Instituto de Artes da UNESP. Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação. Doutor em Educação (Currículo e Supervisão) pela PUC/SP; Pós-Doutor em Política Educacional pela FE/USP.

"O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e miséria de milhões".

Paulo Freire, in: A pedagogia da autonomia, 1997, p. 144

Bloco1 Módulo 2 Disciplina 6

Formação Geral Educação, Cultura e Desenvolvimento

História da Educação

# VISÃO GERAL DA DISCIPLINA

### HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Brasileira

1. Doutor em Educação. Professor do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

João Cardoso Palma Filho<sup>1</sup>

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte.

#### INTRODUÇÃO

A História da Educação Brasileira é uma disciplina que integra o campo de conhecimento das denominadas Ciências da Educação, ao lado da Filosofia da Educação, da Sociologia da Educação e da Psicologia da Educação, entre outras, também às vezes, é incluída nos Fundamentos de Educação.

O seu objeto de estudo é a educação numa perspectiva histórica, no caso brasileiro, desde a chegada dos portugueses, em 1549, com o Governo Geral de Tomé de Sousa.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem mais adequada para os estudos históricos no campo da educação, é a histórico-crítica, ou seja, dialética na visão do materialismo histórico, embora outras abordagens também possam ser consideradas.

A partir de meados dos anos 1970, os estudos históricos no campo da educação ganharam grande desenvolvimento com as pesquisas realizadas que resultaram em textos do tipo "manual" que passaram a ter larga utilização nos cursos normais e de pedagogia.

Refiro-me particularmente aos livros: "História da Educação no Brasil" de autoria da professora paranaense Otaíza de Oliveira Romanelli e "História da Educação Brasileira" – A organização escolar, de autoria da professora da PUC de São Paulo, Maria Luísa Santos Ribeiro. O livro de Otaíza em 1999 já se encontrava na sua 23ª edição e o de Maria Luísa, em 2007 na 20ª edição. Também data dos anos 1970, o livro de autoria do professor Manfredo Berger, "Educação e Dependência" e em 1975, a primeira edição do livro da socióloga alemã, radicada no Brasil Bárbara Freitag, "Escola, Estado e sociedade", em 1986 na sua 6ª edição.



Como já destacados foram textos mais gerais, ou seja, manuais largamente estudados nos cursos de formação de professores e também presença obrigatória nos concursos para ingresso ao magistério realizados no Estado de São Paulo a partir dos anos 1980.

Entre os trabalhos mais especializados merece destaque o livro publicado em 1974, de autoria do professor Jorge Nagle "Educação e Sociedade na Primeira República". Trata-se de um primoroso estudo que relaciona o desenvolvimento da educação com os aspectos políticos, econômicos e sociais presentes no desenvolvimento social brasileiro após a implantação do regime republicano no Brasil.

Em relação ao ensino superior, o sopro renovador parte da pesquisa realizada por Luiz Antonio Cunha, posteriormente transformada em livro (3 volumes): "A universidade temporã"; "A universidade crítica" e a "A universidade reformanda". Anteriormente, o livro do mesmo autor intitulado "Educação e Desenvolvimento Social no Brasil" constitui-se em importante estudo sociológico da escola no Brasil.

A marca que distingue todos esses textos dos anteriores é exatamente, a contextualização da escola no quadro geral do desenvolvimento social do País. Ou seja, procuram relacionar o desenvolvimento da instituição escolar com os aspectos, políticos, econômicos, culturais e sociais do Brasil em diferentes momentos históricos.

Não poderia encerrar esta breve introdução, sem mencionar o a importante contribuição dada por Fernando de Azevedo quando publica o livro: "A cultura brasileira", livro publicado em 1943 pela Imprensa Nacional, com quase 800 páginas, divididas em três partes: 1) Os fatores da dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros"

dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", publicado em 1932.

#### A QUESTÃO DA PERIODIZAÇÃO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Tradicionalmente os conteúdos que integram a disciplina de História da Educação são agrupados em três momentos: Período Colonial (1500-1822); Período Monárquico (1822-1889) e Período Republicano (a partir de 1889).

No caso se está usando um critério político.

cultura; 2) A cultura; 3) A transmissão da cultura.<sup>2</sup>

Maria Luísa Santos Ribeiro parte de outra perspectiva para a divisão dos períodos. Como assinala: "A divisão dos períodos foi feita seguindo o critério de destacar os instantes de relativa estabilidade dos diferentes modelos – político, econômico, social – dos instantes



# VISÃO GERAL DA DISCIPLINA

de crise mais intensa e que causaram a substituição dos modelos referidos" (Ribeiro, 2007, p. 16).<sup>3</sup>

3. A referência completa das obras citadas neste texto estará disponível ao final deste texto.

É importante destacar, que esse critério para periodização dos momentos vividos pela educação brasileira, aparece pela primeira vez em trabalhos voltados para a História da Educação no Brasil.

A autora justifica seu posicionamento da seguinte forma:

Estes [refere-se aos períodos], sob o ponto de vista educacional, são bastante significativos dada a efervescência das ideias que apontam as deficiências existentes, bem como propagam novas formas de organização escolar. Significativos também, pelas experiências concretas que possibilitam (RIBEIRO, 2007, p. 16).

De acordo com esse critério os períodos são divididos da seguinte forma:

1º período: 1549 a1808.

2º período: 1808 a 1850.

3º período: 1850 a 1870.

4º período: 1870 a 1894.

5° período: 1894 a 1920.

6º período: 1920 a 1937.

7º período: 1937 a 1955.

8° período: 1955 a 1968.4

- 4. Como a publicação da 1ª edição do livro data de 1979, a pesquisa realizada foi até o ano de 1968, aliás, quando de fato começa a ditadura militar no Brasil, com a edição do Ato Institucional nº 5 assinado pelo Presidente Costa e Silva e todos os Ministros de Estado, dentre eles Gama e Silva (Justiça); Jarbas Passarinho (Trabalho) e Delfim Netto (Fazenda).
- 5. Laerte Ramos de Carvalho em artigo publicado em 1971 sob o título de: "A educação brasileira e a sua periodização", assim se pronunciava sobre a inadequação da periodização de natureza político-administrativa: "À medida que nos aprofundamos na análise do nosso passado educacional, mais se nos reforçam as convicções sobre a inadequação deste momento tradicional de periodização a compreensão da história da escola brasileira" (In: *Introdução ao Estudo da História da Educação Brasileira*, Instituto de Estudos Brasileiros-USP, São Paulo, 1971, pp. 1-12).

Outro autor que inova no quesito da periodização é Manfredo Berger (1984, p. 164).

Considerando ser inadequada a periodização do sistema educacional brasileiro a partir da história político-administrativa do país<sup>5</sup>, propõe substituir a divisão clássica: período colonial (1500-1822), Império (1822-1889) e República (1889-...) pela seguinte divisão:

1º período: Monopólio jesuítico da educação (1549 a 1759);

2º período: Ensaios de secularização (1759 a 1808);

3º período: Reconstrução e academização (1808 a 1822);



4º período: Abandono público e a fase áurea da iniciativa privada (1822-1889);

5º período: Reformas consecutivas e desconexas (1889 a 1930);

6º período: Ensaio de democratização e tentativa de adaptação às condições da realidade brasileira (1930 a 1946);

7º período: Expansão de um sistema escolar alheio à realidade (1946 a 1961);

8º período: Tentativas de aproximação do sistema educacional às necessidades da sociedade global (1961 a 1971).

Otaíza de Oliveira Romanelli (23ªed. 1999) considera a evolução da escola no Brasil em dois grandes momentos: a) anterior a 1930; b) posterior a 1930. Portanto, a chegada de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete em 1930, no bojo da chamada Revolução de 1930, é um marco divisório. Entendemos que a autora está priorizando o início do processo de industrialização e urbanização do país, que obviamente colocará novas demandas para o setor educacional. Esse tipo de abordagem também é o elegido por Bárbara Freitag no livro "Escola, Estado e educação".

#### REFERÊNCIAS .....



AZEVEDO, F. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: UNB, 1996.

BERGER, M. Educação e dependência. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

CARVALHO, L. R. Introduçãoao estudo da história da educação brasileira. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (USP), 1971.

CUNHA, L. A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUNHA, L. A. A universidade temporã. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada.** O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, L. A. A universidade crítica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FREITAG, B. Escola, estado e sociedade. 7. Ed. São Paulo: Centauro, 2005.

# VISÃO GERAL DA DISCIPLINA

NAGLE, J. Educação e sociedade na primeira república. São Paulo, 1976.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira** – A organização escolar. 20. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.

ROMANELLI, O. de O. História da educação no Brasil. 23. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

#### A ORGANIZAÇÃO DA DISCIPLINA

No Caderno de Formação de História da Educação que o estudante tem em mãos, o enfoque adotado foi o político, ou seja, consideramos os três grandes momentos da História do Brasil sob esse prisma: O Brasil antes da Independência; o Império e a República, esta considerada em três períodos: Primeira República (1889-1990); A Era Vargas (1930-1960) e o momento mais recente: 1960-2000, que denominamos de JK a FHC.

Os textos num total de seis são os seguintes:

- 1. A educação através dos tempos, de autoria de João Cardoso Palma Filho
- 2. A educação pública antes da Independência, de autoria da professora doutora Maria Aparecida dos Santos Rocha.
- 3. A educação brasileira no Império, texto escrito pela professora doutora Tirsa Regazzini Peres.

Os demais textos também de minha autoria, com os seguintes títulos:

- 1. A República e a educação no Brasil (1889-1930).
- 2. A educação brasileira no período de 1930-1960: a Era Vargas.
- 3. A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC.

Cada um dos textos apresenta um breve resumo e ao final a bibliografia consultada. Sempre que necessário foi adicionado ao final do texto, um pequeno glossário.

Quando se pensa a evolução histórica da educação no Brasil, numa perspectiva histórico-crítica, sobressai em importância o conhecimento da realidade social, econômica e política do espaço geográfico no qual essa educação se desenvolveu.

#### OBJETIVO GERAL

Propiciar por meio de textos, atividades, programas de TV e discussões em pequenos grupos, condições para que o estudante adquira uma compreensão crítica da educação



escolar no Brasil, com ênfase na ação do Estado e na construção de um sistema público de educação.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Discutir a importância do conhecimento histórico no campo da educação.

Compreender a relação da História da Educação com as demais disciplinas que compõem o campo das Ciências da Educação.

Compreender a evolução das idéias pedagógicas no Brasil e sua influência na história da educação escolar no Brasil, bem como no estabelecimento das políticas públicas para o campo da educação.

#### **EMENTA**

A disciplina discute numa perspectiva crítica os principais momentos da educação brasileira, desde a chegada do primeiro Governador Geral (Tomé de Sousa), até o final do século XX. Os acontecimentos educacionais são contextualizados na perspectiva social, política, cultural e econômica. Embora, mantida a periodização em termos políticos (Colônia, Império e República), os conteúdos são apresentados de modo interdisciplinar, onde se procura estabelecer uma correlação entre as mudanças infraestruturais ocorridas na formação social brasileira e as ocorrências no campo da educação, com ênfase especial ao estudo da educação básica, sem todavia desprezar o desenvolvimento da educação superior, a partir do momento que a mesma se estabeleceu de forma mais abrangente.

#### NESSE SENTIDO, INDICAMOS ALGUMAS LEITURAS BÁSICAS, SOB O TÍTULO:

#### CONHECENDO O BRASIL

- ABREU, C. **Capítulos de história colonial do Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2000. Col Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro
- BASBAUM, L. História sincera da República. São Paulo: Ômega, [s.d.] (4 vols).
- CARDOSO. M. L. **Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CANDIDO, A. Literatura e sociedade. São Paulo: Publifolha, 2000.
- COSTA, E. Viotti da. Da monarquia à república momentos decisivos. 8ª edição. São Paulo: UNESP, 2007.



# VISÃO GERAL DA DISCIPLINA

- FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2006
- FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus/Ed. USP, 1966. (Coleção Ciências Sociais).
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. Col. Biblioteca de Ciências Sociais.
- FREIRE. G. Casa grande & senzala. 51. Ed. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 11. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- HOLANDA, S. B. Visão do paraíso. São Paulo: Publifolha, 2000.
- LIMA, O. Formação histórica da nacionalidade brasileira. São Paulo: Publifolha, 2000.
- IANNI, O. **Estado e planejamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970
- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). A escola pública no Brasil. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.
- LOMBARDI, J. C.; CASIMIRO, A. P. B. S.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.). **História,** cultura e educação. Campinas (SP): Autores Associados, 2006.
- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.( organizadores). **Marxismo e educação** debates contemporâneos. Campinas, (SP): Autores Associados, 2005.
- MOTA, C. G. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2008.
- PRADO Jr., C. Evolução política do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PRADO Jr., C. Formação do Brasil contemporâneo (Colônia). 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- PRADO Jr. C. História econômica do Brasil. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro** artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.



16

ugestões de Seitura

- SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas(SP): Autores Associados, 2007.
- SODRÉ, N. W. Formação histórica do Brasil. 5. Ed.. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- TEIXEIRA, A. Educação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- XAVIER, M. E. S. P. Capitalismo e escola no Brasil. Campinas (SP): Papirus, 1990.
- ZOTTI, S. A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil-** dos jesuítas aos anos 1980. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

João Cardoso Palma Gilho

1. Sou muito grato ao professor José Misael Ferreira do Vale e ao professor Antonio Trajano Menezes Arruda pelas sugestões que deram durante a elaboração do texto.

## A EDUCAÇÃO ATRAVÉS Dos Tempos<sup>1</sup>

Doutor em Educação. Professor do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

João Cardoso Palma Filho<sup>2</sup>

#### A EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

A Grécia é o berço de nossa civilização, logo se justifica que comecemos nossas reflexões, considerando a contribuição dos gregos na área da Educação, mais especificamente, no âmbito dos ideais de formação humana.

O mundo grego foi pródigo em tendências educacionais, mas os ensinamentos de Sócrates, Platão e Aristóteles prevaleceram, sem dúvida, sobre os demais pensadores daquela época. Duas cidades-estado rivalizavam-se: Esparta e Atenas. Elas representavam dois paradigmas de organização social, duas concepções de educação. Esparta, uma sociedade guerreira, glorificava, sobretudo, os heróis guerreiros. Defendia uma educação totalitária, uma educação militar e cívica repressiva, em que todos os interesses eram sacrificados à razão do Estado. Atenas, uma cidade-estado democrática, nos moldes daquela época, usava o processo educativo como um meio para que o indivíduo alcançasse o conhecimento da verdade, do belo e do bem.

Sócrates inventou o método pedagógico do diálogo, envolvendo a ironia e a maiêutica. Desse modo, distanciava-se tanto de Esparta, onde a educação atendia aos interesses do Estado, quanto dos sofistas, com a sua educação voltada apenas para o sucesso individual. Sócrates foi pioneiro em reconhecer, como fim da educação, o valor da personalidade humana, não a individual subjetiva, mas a de caráter universal.

Em Roma, vamos encontrar muitos pontos de convergência e de divergência com o ideal educacional dos gregos.

De acordo com Lorenzo Luzuriaga (1983), a cultura e a educação romanas destacavam-se pelo apego aos seguintes princípios:

- Necessidade do estudo individual, psicológico do aluno.
- Consideração da vida familial, sobretudo, do pai no exercício da educação.
- Humanos: valorização da ação, da vontade, sobre a reflexão e a contemplação.



- Políticos: acentuação do poder, do afã de domínio, de império.
- Sociais: afirmação do individual e da vida familial, ante ou junto ao Estado.
- Culturais: falta de filosofia, de investigação desinteressada, mas, em compensação, criação das normas jurídicas, do direito.
- Educacionais: acentuação do poder volitivo do hábito e do exercício, como atitude realista, ante a intelectual e idealista grega.

Não obstante a existência desses princípios, em época mais avançada, a criação do primeiro sistema de educação estatal, estendia a educação para fora de Roma aos confins do Império.

Marco Fábio Quintiliano foi o maior pedagogo romano. A sua pedagogia reconhecia a importância do estudo psicológico do aluno, por isso enfatizava o valor humanístico e espiritual da educação, atribuindo requinte ao ensino das letras e reconhecendo o valor do educador. De acordo com Luzuriaga (1983, p.68), Quintiliano fez o primeiro estudo de caráter psicológico, de que se tem notícia, sobre a figura do educador. Até hoje, muitos dos princípios educativos defendidos por Quintiliano permanecem válidos.

#### A EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA

Com o surgimento do Cristianismo mudam os rumos da cultura ocidental e consequentemente as ideias sobre o processo educacional. Entretanto, a História do Ocidente nos ensina que, durante cinco séculos, o Cristianismo conviveu com o Império Romano. Dentro do Cristianismo, Jesus foi o primeiro mestre, seguido pelos apóstolos, pelos evangelistas e, em geral, pelos discípulos do próprio Jesus. Era uma educação sem escolas como, aliás, fora em outras religiões. A comunidade cristã primitiva é o meio pelo qual se desenvolve o processo educacional. Este, pouco a pouco, vai se convertendo na organização da Igreja de um lado e da família de outro. Estes são os dois núcleos básicos fundantes do processo educacional, à medida que o Cristianismo se institucionaliza em Igreja. Trata-se de uma educação elementar catequista. Mas pouco a pouco vão surgindo os primeiros educadores cristãos.

No início, os educadores eram os Padres da Igreja que constituíam a chamada PATRÍS-TICA, entre eles, merece destaque Santo Agostinho. Este foi um dos maiores pensadores da Igreja. Fora educado na tradição helênica, na escola de retórica de Cartago e um assíduo leitor de Cícero. Não foi apenas leitor, como também um profícuo escritor. Deixou várias obras, ainda hoje publicadas e lidas, com destaque para **Confissões** e a **Cidade de Deus**.

Distinguem-se duas fases na pedagogia de Santo Agostinho. Na primeira, acentua o valor da formação humanística. Na segunda, persegue o ideal do ascetismo. Mas, em ambos



os momentos, o fundamental é o desenvolvimento da consciência moral, "a profundeza espiritual, que nos ilumina a inteligência e faz reconhecer a lei divina eterna" (LUZURIAGA, 1983, p. 76). Entretanto, sua pedagogia não ignora o valor da cultura física, dos exercícios corporais, assim como da eloquência e da retórica.

De acordo com Gadotti, os "Padres da Igreja" obtiveram pleno êxito no seu mister educacional e "Criaram ao mesmo tempo uma educação para o povo, que consistia numa educação catequética, dogmática, e uma educação para o clérigo, humanista e filosóficoteológica" (1996, p. 52). Quanto ao conteúdo, os estudos medievais compreendiam: - o **trivium** (gramática, dialética e retórica) e o **quadrivium** (aritmética, geometria, astronomia e música).

A partir do século IX, sob a inspiração de Carlos Magno, o sistema educacional apresenta-se organizado em três níveis: I - Educação Elementar, ministrada pelos sacerdotes em escola paroquiais. Essa educação tem por finalidade mais doutrinar as massas camponesas do que instruí-las; II – Educação Secundária, ministrada nos conventos; e III - Educação Superior, ministrada nas Escolas Imperiais, onde eram formados os funcionários do Império.

A partir do final do primeiro milênio da era cristã surge a ESCOLÁSTICA que buscou conciliar a razão filosófica grega com a fé cristã. São Tomás de Aquino foi o maior expoente dessa nova abordagem intelectual, para a qual a revelação divina era suprarracional, mas não antirracional. Essa mudança no pensamento cristão medieval se deveu em grande parte ao embate com os seguidores de Maomé. São Tomás de Aquino procura elaborar uma síntese entre a educação cristã e a educação greco-romana, procurando, desse modo, estabelecer uma educação integral que favoreça o desabrochar de todas as potencialidades do indivíduo. Ou seja, para São Tomás de Aquino, o ensino era uma atividade em virtude da qual os dons potenciais se tornavam realidade.

Embora nunca tenha tratado expressamente da questão educacional, a escolástica influiu decisivamente sobre toda a pedagogia católica, sendo inclusive transplantada para o Brasil pelos Jesuítas que aqui chegaram, em 1549, com o primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. Trata-se de um método de ensino que, até hoje, exerce influência na sala de aula tradicional.

#### A REVIRAVOLTA EDUCACIONAL PROVOCADA PELO RENASCIMENTO

O século XV inaugura uma nova fase na trajetória intelectual que o ser humano vem trilhando desde a Antiguidade Greco-Romana. O homem do Renascimento confia na razão e nas aquisições culturais da Antiguidade. Essa mudança no modo de ver o mundo e o próprio homem teve uma estreita relação com os avanços da ciência da época e com as descobertas tecnológicas. Assim é que as grandes navegações, a invenção da bússola e, principalmente,



a invenção da tipografia por Gutenberg aumentaram a crença nas possibilidades do homem, favorecendo o individualismo, o pioneirismo e a aventura. Hoje, diríamos que beneficiou o empreendedorismo. Desse modo, era inevitável que surgissem novas concepções de educação e de ensino.

Há, então, um aprofundamento do Humanismo, só que com feição laica. Destacam-se, nesse quadro, os ensaios de Michel de Montaigne "Da educação das crianças" e do "Pedantismo". Todavia, é uma educação que não atinge as grandes massas que permanecem analfabetas e incultas. Trata-se de uma educação, basicamente, voltada para a formação do homem burguês que atinge, principalmente, o clero, a nobreza e a burguesia. Esta, que emerge como nova classe social, a partir do Renascimento, disputará com a Igreja e a nobreza o poder político que, finalmente, conquistará, no século XVIII, com o advento da Revolução Francesa.

De fato, a primeira grande revolução burguesa fora iniciada pelo monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546). A principal consequência da Reforma Protestante foi a transferência da escola para as mãos do Estado nos países protestantes. A ruptura de Lutero com o catolicismo é uma clara decorrência da aceitação dos ideais renascentistas. Mas, como acentua Gadotti (1996, p.64), a escola pública defendida por Lutero não é laica, mas sim religiosa e também não perde o seu caráter elitista, uma vez que o mesmo entendia que "a educação pública destinava-se em primeiro lugar às classes superiores burguesas e secundariamente às classes populares, as quais deveriam ser ensinados apenas os elementos imprescindíveis, entre os quais a doutrina cristã reformada". Como se sabe, a Igreja católica reagiu com a Contra-Reforma encabeçada no terreno cultural e educacional pela Companhia de Jesus que, para orientar a sua prática no campo educacional, escreveu o manual de estudos "Ratio atque Institutio Studiorum". A partir de 1599, esse manual passou a fornecer aos sacerdotes-professores os planos, os programas e os métodos de educação católica. No Brasil, com a morte do Padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas passaram a seguir fielmente os preceitos educacionais da Companhia de Jesus, a partir de 1600, consubstanciados na "Ratio Studiorum" e, desse modo, desenvolveram uma educação que atuava em duas frentes: a formação de elites dirigentes e a formação catequética das populações indígenas".

#### O PENSAMENTO PEDAGÓGICO MODERNO

O século XVII marca o surgimento da pedagogia realista que estabelece um momento de transição entre a pedagogia do renascimento e a pedagogia iluminista do século XVIII. A pedagogia realista é fortemente influenciada pelo empirismo de Francis Bacon e pelo racionalismo de Descartes. Também sofre a influência do movimento científico da época, liderado por Galileu e Kepler, sem mencionar a profunda revolução causada pela teoria heliocêntrica elaborada por Nicolau Copérnico, ainda no século XVI.

A pedagogia realista, que tem Ratke, Comenius e Locke como principais expoentes, busca substituir o conhecimento verbalista anterior pelo conhecimento das coisas. Para tanto, procura criar uma nova didática. Segue reafirmando com mais ênfase ainda a individualidade do educando e, na ordem social e moral, advoga o princípio da tolerância, do respeito à personalidade e de fraternidade entre os homens.

Ratke introduziu na educação as ideias de Bacon. Muitos dos princípios pedagógicos enunciados por ele, Locke e, principalmente, Comenius mostram ainda atualidade, tendo sido, em grande parte, incorporados no fim do século XIX e início do século XX pelo movimento da Escola Nova.

## A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XVIII – O SÉCULO PEDAGÓGICO POR EXCELÊNCIA

No século XVIII, as preocupações de reis, pensadores e políticos estão voltadas para as questões educacionais (LUZURIAGA, 1983, p. 149). Duas figuras sobressaem-se: Jean-Jacques Rousseau e Johann Heinrich. O mesmo processo ocorre com a figura dos revolucionários de 1789, representada por Condorcet e Lepelletier. Estes, durante a Revolução Francesa, apresentaram planos para a organização de um sistema nacional de educação. A partir desse momento, desenvolve-se a educação pública estatal e inicia-se a educação nacional. No Brasil, as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, a partir de 1759, representam uma tentativa frustrada na mesma direção. Do ponto de vista pedagógico são destacados os princípios da educação sensorialista e racionalista, do naturalismo e do idealismo na educação, bem como da educação individual e da educação nacional.

O ideal educacional dos iluministas está no reconhecimento em grau máximo da razão humana. Luzuriaga assim sintetiza os princípios consagrados pelo ideal iluminista no século XVIII:

- a) desenvolvimento da educação estatal, da educação do Estado, com maior participação das autoridades oficiais no ensino;
- b) começo da educação nacional, da educação do povo pelo povo ou por seus representantes políticos;
- c) princípio da educação universal, gratuita e obrigatória, no grau da escola primária, que fica estabelecida em linhas gerais;
- d) iniciação do laicismo no ensino, com a substituição do ensino religioso pela instrução moral e cívica;
- e) organização da instrução pública em unidade orgânica, da escola primária à universidade;



- f) acentuação do espírito cosmopolita, universalista, que une pensadores e educadores de todos os países;
  - g) primazia da razão, crença no poder racional e na vida dos indivíduos e dos povos; e
  - h) reconhecimento da natureza e da intuição na educação. (LUZURIAGA, 1983, p. 150-151).

Rousseau pode ser considerado, a justo título, um dos precursores da escola ativa moderna. Pioneiro no reconhecimento de que a mente da criança é diferente da mente do adulto, viu na infância uma idade mental distinta da idade do adulto. Tornou-se também um representante típico do individualismo na educação.

#### A EDUCAÇÃO NOS DOIS ÚLTIMOS SÉCULOS

O século XIX vê surgir das entranhas do iluminismo do século XVIII duas concepções antagônicas de organização social e de educação. De um lado, está o positivismo que busca consolidar o modelo burguês de educação e, de outro, o movimento popular e socialista. O primeiro tem em Augusto Comte (1798-1857) o seu expoente máximo que viria a influenciar o reformador educacional brasileiro Caetano de Campos no final do século XIX. O segundo tem como expoente Karl Marx (1818-1883). Ambos representam correntes de pensamento que, ao lado do ideário católico e do liberalismo, influenciarão o pensamento pedagógico brasileiro do século XX.

Assim é que entre os autores do Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, assinado em 1932 por 26 educadores brasileiros, vamos encontrar próceres educacionais que sofreram influência dessas correntes de pensamento.

Do lado positivista destaca-se a figura do sociólogo francês E. Durkheim (1858-1917) que tem em Fernando de Azevedo um seguidor no Brasil. Para o sociólogo francês: "A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial que a criança, particularmente, se destine." Já para o filósofo britânico Alfred North Whitehead (1861-1947), a educação deve ser útil: "A educação é a aquisição da arte de utilizar os conhecimentos. É uma arte muito difícil de se transmitir." De outra parte, a concepção socialista de educação se opõe à concepção burguesa. Como assinala Gadotti (1996, p.119), "ela propõe uma educação igual para todos".

Algumas das ideias do movimento socialista que acabaram incorporadas no discurso liberal do manifesto dos pioneiros, como o princípio da educação laica e da coeducação, já eram defendidas por Thomas Morus (1478-1535) no seu livro Utopia. O movimento socialista no campo da pedagogia contempla uma grande heterogeneidade de ideias pedagógicas, muitas das quais acabaram sendo incorporadas em muitos projetos educacionais de cunho liberal,

passando a integrar princípios educacionais e a orientar práticas pedagógicas em muitos países de economia de mercado.

Mas, sem dúvida, o grande movimento educacional do século XX relaciona-se com o pensamento pedagógico da Escola Nova. Vários pedagogos engajaram-se neste movimento de renovação educacional, dentre outros se destacaram: Ferrière, educador, escritor e conferencista suíço; John Dewey, filósofo liberal estadunidense, que mais influência exerceu no movimento da Escola Nova brasileiro, influência que se deu na pessoa do educador pátrio Anísio Teixeira.

Para Dewey, educação era ação (*learning by doing*). Desse modo, o aspecto instrucional da educação ficava relegado a um segundo plano. Dewey imaginava o processo educacional como algo contínuo, no qual, permanentemente, reconstruía-se a experiência concreta, ativa e produtiva de cada ser humano. Para ele, a escola não deveria preparar para a vida, pois a escola deveria ser a própria vida. Na sua obra "Como pensamos" (1979), apresenta os cinco estágios do ato de pensar que sempre ocorre diante de um problema. Os estágios são:

- a) necessidade sentida;
- b) análise da dificuldade;
- c) as alternativas de solução do problema;
- d) a experimentação de várias soluções, até que o teste mental aprove uma delas; e
- e) ação como prova final para a solução proposta que deve ser verificada de modo científico.

Pode-se concluir que, para Dewey, a educação, antes de qualquer coisa, é processo e não produto, ou seja, o importante é ensinar a pensar. Trata-se do famoso princípio do "aprender a aprender" que, esquecido durante algumas décadas, retorna valorizado neste início de milênio.

Além desses dois pensadores da educação, outros nomes se destacaram no movimento. Entre eles, Ovide Decroly que formulou a metodologia dos centros de interesse; Maria Montessori, grande nome da pedagogia do pré-escolar, que revolucionou com seu método de trabalho o ambiente de aprendizagem; Édouard Claparède, para quem atividade educativa era aquela que correspondia a uma necessidade humana, daí chamá-la de educação funcional; Jean Piaget que concentrou a sua atenção de pesquisador no estudo da natureza do desenvolvimento da inteligência na criança e forneceu as bases para a construção da pedagogia construtivista, ao lado de Vygotsky e Wallon.

Os estudos de Piaget influenciaram outros pesquisadores, com destaque para Emília Ferreiro, psicóloga Argentina que, a partir de seus estudos sobre os processos de alfabetização da criança, tem influenciado os educadores brasileiros com estudos voltados para esta área, bem como para a prática em sala de aula no ensino fundamental.



O educador brasileiro Paulo Freire, cujo pensamento educacional, hoje, é mundialmente reconhecido também sofreu influência do ideário pedagógico escolanovista, embora discordasse do conservadorismo político que alguns membros desse movimento apresentavam.

Concluindo esse rápido panorama, consideramos necessário tecer alguns comentários sobre a educação no terceiro milênio. As transformações a que estamos assistindo, nos dias atuais, com o avanço das tecnologias de comunicação e de informação, estão levando-nos a repensar as práticas pedagógicas que, enquanto práticas sociais, não ficam imunes a esse conjunto de transformações. Os efeitos da terceira revolução industrial (a da informática e da microeletrônica e da engenharia genética) são até mais profundos do que o impacto que as duas primeiras causaram. Com as duas primeiras, vimos emergir a preocupação com a educação das massas populares que desembocou, principalmente a partir do século XIX, na construção dos grandes sistemas educacionais de massa, impulsionados pelo novo modo de produção industrial e pela urbanização.

Neste início de século, condicionada pelas consequências da globalização, a preocupação passa a ser com a construção de uma educação planetária. Esta tem nos quatro pilares a seguir enunciados a sua base de sustentação:

- 1) Aprender a conhecer.
- 2) Aprender a fazer.
- 3) Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros.
- 4) Aprender a ser (UNESCO, 1998).

Como assinala o pensador francês Edgar Morin, os educadores precisam refletir sobre a natureza do conhecimento a ser trabalhado pela escola, enfatizando o ensino sobre: a condição humana, a identidade terrena, as incertezas que cada vez mais assolaram a espécie humana, com vistas a desenvolver uma educação voltada para a compreensão em todos os níveis educativos e em todas as idades, que pede a reforma das mentalidades e a consideração do caráter ternário da condição humana, que é ser ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/ espécie. Morin conclui que há necessidade de a educação se preocupar com a ética do gênero humano, tendo em vista estabelecer uma relação de "controle mútuo entre a sociedade e os indivíduos pela democracia e conceber a Humanidade como comunidade planetária" (MO-RIN, p. 2001).

#### REFERÊNCIAS ······



ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. História da Pedagogia. Lisboa: Livros Horizonte, 1981. 4 v.

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. Dicionário de Filosofia. Campinas (SP): Papirus. 1993.

GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 1996.

GILES, Thomaz Ransom. História da Educação. São Paulo: E.P.U., 1987.

LARROYO, Francisco. História Geral da Pedagogia. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982, 2 v.

LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação e da Pedagogia. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

MORIN, E. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Livraria Bertrand Brasil, 2001.

UNESCO. Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.



#### SAIBA MAIS

- Sócrates nasceu em Atenas em 470/469 a.C. e morreu na mesma cidade em 399 a.C., condenado devido a uma acusação de "impiedade": ele foi acusado de ateísmo e de corromper os jovens com a sua filosofia. Desde a juventude, Sócrates tinha o hábito de debater e dialogar com as pessoas de sua cidade. Ao contrário de seus predecessores, Sócrates não fundou uma escola, preferindo também realizar seu trabalho em locais públicos, agindo informalmente (pelo menos na aparência), dialogando com todas as pessoas, o que fascinava jovens, mulheres e políticos de sua época.

  (a) http://geocities.yahoo.com.br/carlos.guimaraes/socrates.html
- Platão nasceu em Atenas, em 428/427 a.C., e lá morreu em 347 a.C. [...] Platão parece ter sido discípulo de Crátilo, seguidor de Heráclito, um dos grandes filósofos pré-Socráticos. Posteriormente, Platão entra em contato com Sócrates, tornando-se seu discípulo com aproximadamente vinte anos de idade e com o objetivo de se preparar melhor para a vida política. Mas os acontecimentos acabariam por orientar sua vida para a filosofia tendo sido o criador de um vasto conjunto de obras sobre diferentes temas estudados pela filosofia.
- http://geocities.yahoo.com.br/carlos.guimaraes/platao.html
- Aristóteles (384 322 a. C.) nasceu em Estagira, colônia greco-jônica, na península macedônica da Calcídia. Foi um filósofo Grego, cientista e educador. Aos 18 anos, Aristóteles transferiu-se para a escola de Platão em Atenas, centro intelectual. Permaneceu nessa Academia como estudante, assistente de pesquisa, conferencista e cientista de pesquisa.

  (i) http://www.jcwilke.hpg.ig.com.br/aristo.htm





- Maiêutica [Do gr. maieutiké ( téchne).] S. f. 1. Processo dialético e pedagógico socrático, em que se multiplicam as perguntas a fim de obter, por indução dos casos particulares e concretos, um conceito geral do objeto em questão. [Cf. ironia socrática.] 2. Obst. V. obstetrícia. (Aurélio Eletrônico).
- Marco Fabio Quintiliano (35-96). Orador e escritor romano, nascido em Calagurris Nassica, hoje Calahorra, Espanha[...]. Estudou retórica em Roma com os maiores mestres de seu tempo, retornou à Espanha (57) e transferiu-se definitivamente para Roma (68), onde fundou uma escola particular de ensino de retórica, transformada depois em escola pública pelo imperador Vespasiano [...]. Professor por cerca de vinte anos, pioneiro como mestre do ensino oficial [...], sua mais significativa obra foi *De institutione oratoria* (95), publicada em 12 volumes, onde o autor apresentou diretrizes para a formação cultural dos romanos, da infância à maturidade.
- Patrística [Do lat. ecles. patristica (subentendendo-se theologia).] S. f. 1. Ciência que tem por objeto a doutrina dos Santos Padres e a história literária dessa doutrina. (Aurélio Eletrônico).
- Aurélio Agostinho nasceu em Tagasta, cidade da Numídia, a 13 de novembro do ano 354. Indo para Cartago, aderiu ao maniqueísmo, que atribuía realidade substancial tanto ao bem como ao mal, julgando achar neste dualismo maniqueu a solução do problema do mal [...]. Entrementes, depois de maduro exame crítico, abandonara o maniqueísmo, abraçando a filosofia neoplatônica que lhe ensinou a espiritualidade de Deus e a negatividade do mal. Destarte, chegou a uma concepção cristã da vida no começo do ano 386. E escreveu inúmeras obras sobre questões filosóficas e teológicas até seu falecimento a 28 de agosto do ano 430.
- Trivium e Quadrivium concepções que a Idade Média tinha de suas disciplinas curriculares (e de seu ensino e valor educativo), as "artes liberais": o trivium (Gramática, Retórica e Dialética) e o quadrivium (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia).
- http://www.hottopos.com.br/mirand9/currref.htm
- Escolástica [Do lat. scholastica.] S. f. Hist. Filos. 1. Doutrinas teológico-filosóficas dominantes na Idade Média, dos séculos IX ao XVII, caracterizadas sobretudo pelo problema da relação entre a fé e a razão, problema que se resolve pela dependência do pensamento filosófico, representado pela filosofia greco-romana, da teologia cristã. (Aurélio Eletrônico)
- Revolução francesa Um dos principais acontecimentos da história universal, sendo considerada o marco inicial (1789) da Idade Contemporânea. Situada no quadro das revoluções burguesas, que caracterizaram o Ocidente na segunda metade do século XVIII, representou a ascensão política da burguesia no contexto de crise do Antigo Regime europeu. Apesar de ter levado a burguesia ao poder político, a revolução não foi somente burguesa, contando também com a participação de camponeses e da massa de pobres urbanos, os chamados sans-culottes, que, em Paris, somavam cerca de 600 mil.
- http://www.historianet.com.br/main/conteudos.asp?conteudo=205
- Martinho Lutero (1483-1546), teólogo alemão que foi pioneiro da Reforma Protestante na Europa. Frequentou a Universidade de Erfurt. Ao desenvolver sua doutrina da justificação pela fé, ele desafiou a hierarquia da Igreja Católica ao colocar em discussão assuntos que diziam respeito ao papel do papado e do sacerdócio, e à necessidade de certos sacramentos e observâncias. Foi excomungado pelo papa e proscrito do Sacro Império Romano. Sua tradução da Bíblia para o alemão criou uma nova linguagem literária no norte da Europa.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Contra-Reforma Renascimento na Igreja Católica Romana entre a metade do século 16 e a metade do século 17. Tem suas origens nos movimentos reformistas que eram independentes da Reforma Protestante, mas tornou-se cada vez mais identificada com os esforços de se contrapor à mesma. Houve três principais aspectos eclesiásticos. Primeiro, um papado reformado, com a sucessão de papas que tinham pontos de vista mais espirituais que seus predecessores imediatos, e um número de reformas no governo central da Igreja, iniciado por eles. Segundo, a fundação de novas ordens religiosas, principalmente os oratorianos e, em 1540, a Sociedade de Jesus (jesuítas), e a reforma das antigas ordens,





principalmente a Reforma Capuchina dos franciscanos. Terceiro, o Concílio de Trento (1545-63) que definiu e clarificou a doutrina católica na maioria dos pontos de controvérsia com os protestantes e instituiu importantes reformas morais e disciplinares na Igreja Católica.

- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Ratio Studiorum ou Plano de Estudos, que consta de um "currículo básico e princípios pedagógicos gerais comuns a todos os colégios da Companhia. [...] é um manual para ajudar os professores e dirigentes na marcha diária dos Colégios. [...] uma série de regras ou diretrizes práticas que tratam de assuntos como a direção dos colégios, a formação e distribuição dos professores".
- http://www.ars.com.br/cav/sil5.htm
- Francis Bacon nasceu no dia 22 de janeiro de 1561, na York House, Londres. Frequentou a Universidade de Cambridge, e viveu também em Paris. Faleceu em 1626. A obra principal de Bacon é a *Instauratio magna scientiarum*, vasta síntese que deveria ter compreendido seis grandes partes. Mas terminou apenas duas, deixando sobre o resto esboços e fragmentos. As duas partes acabadas são precisamente: I *De dignitate et argumentis scientiarum*; II *Novum organum scientiarum*. [...] Trata-se de pesquisas gnosiológicas, críticas e metodológicas, para lançar as bases lógicas da nova ciência, da nova filosofia, que deveria dar ao homem o domínio da realidade.
- http://www.mundodosfilosofos.com.br/bacon.htm
- René Descartes (1596-1650), filósofo e matemático francês. Na matemática, Descartes inventou as coordenadas cartesianas (assim chamadas em sua homenagem), que permitiram a representação numérica de propriedades geométricas. Na filosofia, é geralmente reconhecido como um dos fundadores do <u>racionalismo</u>. Procurou delinear as bases da certeza acerca da natureza do conhecimento, recorrendo para isso ao seu Método da Dúvida. Esse método consiste na suspensão do julgamento a respeito de toda crença ou convicção até que possa ser mostrado que ela deriva sistematicamente de crenças mais certas. O objetivo do método é alcançar uma opinião ou crença que não esteja sujeita à dúvida e construir todo o conhecimento a partir desse fundamento.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Galileo Galilei nasceu em Pisa na Itália no ano de 1564. inventou o telescópio e, com ele, fez grandes descobertas que incomodaram a Igreja. Esta, por pouco, não o queimou na fogueira, como fizeram a Giordano Bruno. Em 1592, Galileu tornou-se professor de matemática na Universidade de Pádua, onde permaneceu por 18 anos, inventando, em 1593, uma máquina para elevar água, uma bomba movimentada por cavalos, patenteada no ano seguinte. Faleceu em 8 de janeiro de 1642 em Arcetri, perto de Florença [...]. Apenas em 1822, foram retiradas do Índice de livros proibidos as obras de Copérnico, Kepler e Galileo.
- http://www.fisicahoje.hpg.ig.com.br/galileo.html
- Johannes Kepler nasceu em 27 de dezembro de 1571 em Weil der Stadt, na Swabia. Kepler compreendeu que a órbita dos planetas era uma função da atração solar e que apenas elipses, tendo o sol em um dos focos, podiam explicar convenientemente as órbitas planetárias, concluindo que os planetas se movem segundo elipses das quais o sol ocupa um dos focos. Para ganhar a vida, conseguiu um emprego de professor em uma pequena escola em Linz, na Áustria, em 1612. Lá, publicou (1618-21) Epitome Astronomiae Copernicanae. Faleceu em viagem para Ratisbona em 15 de novembro de 1630.
- http://www.geocities.com/cobra\_pages/fm-kepler.html
- Nicolau Copérnico (1473-1543), astrônomo teuto-polonês, fundador da astronomia moderna. Em 1543, publicou, em seu livro De Revolutionibus Orbium Coelestium (Sobre a Revolução das Órbitas Celestes), um modelo heliocêntrico do sistema solar, conhecido a partir de então como sistema copernicano, cujo centro ficava próximo do Sol, e não da Terra, como no sistema ptolomaico, mais antigo. O prefácio do livro, que não foi escrito por Copérnico, sugere que o sistema seja tratado meramente como um artifício matemático simples, mas Copérnico parecia acreditar que fosse verdadeiro. A teoria heliocêntrica, ao retirar a Terra do centro do palco celeste, despertou uma oposição religiosa feroz.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/





- John Locke (1632-1704), filósofo e teórico político liberal inglês. Em seu Ensaio sobre o Entendimento Humano (1690), Locke apresentou uma forma empirista de clarificação dos fundamentos e limitações do conhecimento humano. Ele se considerava um 'subordinado' a serviço das novas ciências do século 17, tendo sido influenciado pela teoria atômica da química elaborada por Robert Boyle (1627-1691). Locke tentou mostrar que todo conhecimento provém da experiência e está limitado por ela. Em sua filosofia, distinguiu as qualidades primárias das secundárias, considerando aquelas como atributos dos objetos materiais e estas como dependentes do sujeito que as percebe.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Jean-Jacques Rousseau (1712-78), filósofo social e político franco-suíço. A questão central do pensamento de Rousseau foi a da possibilidade e forma ideal de conciliar o indivíduo, com sua psicologia complexa e sua singularidade, com as exigências da sociedade. Em uma de suas principais obras, *Do Contrato Social* (1762), Rousseau afirmou que a única forma de salvação das pessoas seria abrir mão de todos os seus direitos em favor de um Estado soberano no qual cada uma delas fosse um dos membros da legislatura (uma forma de democracia direta e não de democracia representativa). Ele concebeu uma cidade-Estado, cujos cidadãos se reuniriam para deliberar sobre assuntos de interesse comum que expressassem a "vontade geral" que, segundo Rousseau, seria necessariamente justa.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal (1699-1782) foi Primeiro Ministro de D. José I, sendo considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e vincadas da História Portuguesa. Foi um notável estadista que, através de uma política de concentração de poder, com o objetivo de restabelecer a economia nacional e resistir à forte dependência desta relativamente à Inglaterra, marcou o séc. XVIII e o absolutismo régio. Expulsou a Companhia de Jesus de Portugal e de todas as suas colônias, por carta datada de 1759.
- http://www.ubi.pt/museu/marques.htm
  http://www.ars.com.br/cav/pombal.htm
- Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês. Ao lado do compatriota Claude-Henry de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1760-1825), é considerado um dos fundadores dos estudos sociológicos (o termo "sociologia" foi criado por ele). Em sua grande obra, Curso de Filosofia Positiva, na qual observa que o conhecimento se baseia na descrição científica dos fenômenos e na descoberta das leis objetivas que os determinam. O positivismo exerceu influência também fora da França e seu lema, "ordem e progresso", figura até hoje na bandeira brasileira.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Karl Marx (1818-83), cientista social, filósofo e revolucionário alemão. Em 1845, foi para Bruxelas, onde se associou à Liga Socialista pela Justiça (1847), posteriormente denominada Liga Comunista, e, junto a Engels, escreveu o *Manifesto Comunista* (1848). Convencido da importância central da economia para a determinação dos demais aspectos da existência humana, [...] sua meta era a união de todos os trabalhadores para conseguirem o poder político. [...] nos últimos anos de sua vida, Marx dedicou-se mais intensamente às análises econômicas, com o propósito de demonstrar o caráter essencialmente exploratório do capitalismo [...]. Seus estudos resultaram na obra *O Capital*, de 1867 (editada por Engels em 1885-94).
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Émile Durkheim (1858-1917), teórico social francês, reconhecido como um dos fundadores da sociologia. Durkheim argumentava que uma das tarefas dos sociólogos era estudar os determinantes sociais do comportamento, tais como os deveres, leis e costumes que unem e mantêm as pessoas em sociedade.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Fernando de Azevedo 1894 1974) Funcionário público, sociólogo e educador brasileiro nascido em São Gonçalo de Sapucaí, MG, um dos responsáveis pela reforma do ensino no país, a partir de experiências feitas no Ceará (1923) e Rio de Janeiro (1926). Em sua obra destacam-se Princípios de sociologia (1931), uma pioneira publicação brasileira no assunto, o igualmente pioneiro Sociologia educacional (1940), A cultura brasileira (1943) e História da minha vida (1971), uma autobiografia. Eleito Membro da Academia Brasileira de Letras, cadeira n. 14 (1968).
- http://www.sobiografias.hpg.ig.com.br/FernanAz.html





- Thomas Morus nasceu em Londres em 1478 e foi aí decapitado em 1535, em razão de sua obstinação por permanecer católico depois da reforma anglicana promovida por Henrique VIII e de quem ele era Chanceler. Autor de *Utopia*, foi canonizado pela Igreja Católica.
- **John Dewey** (1859-1952) Filósofo e pedagogo pragmatista norte—americano. Importante defensor da reforma do ensino do início do século XX, para quem a tarefa da educação seria estimular a investigação do conhecimento e as características exploradoras e inquiridoras, naturais nas crianças. Autor de *Teoria da Vida Moral* (1908), *Democracia e Educação* (1916), *A Natureza Humana e a Conduta* (1922) e *Experiência e Natureza* (1925).
- http://geocities.yahoo.com.br/discursus/filotext/deweyfil.html
- Anísio Teixeira (1900-71), educador brasileiro. Nascido em Caitité, Bahia, formou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Aos 29 anos, formou-se em Educação pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, e passou a dedicar sua vida a esse campo de estudo. De volta ao Brasil, desempenhou importante papel na orientação da educação e do ensino no país, ocupando cargos de destaque e lecionando em diferentes instituições [...], algumas de suas principais obras são Educação para a Democracia, A Educação e a Crise Brasileira, A Universidade e a Liberdade Humana, Educação não é Privilégio e Educação no Brasil.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Ovide Decroly nasceu em 1871 e morreu em 1932. Sua obra educacional destaca-se pelo valor que colocou nas condições do desenvolvimento infantil; destaca o caráter global da atividade da criança e a função de globalização do ensino. Suas teorias têm um fundamento psicológico e sociológico e podemos resumir os critérios de sua metodologia no interesse e na autoavaliação. Promove o trabalho em equipe, mas, mantendo a individualidade do ensino com o fim de preparar o educando para a vida.
- http://members.tripod.com/lfcamara/decroly.html
- Maria Montessori (1870-1952), fisioterapeuta (primeira mulher médica na Itália) e educadora. Em 1894, tornou-se assistente na clínica psiquiátrica da Universidade de Roma e gradualmente passou a interessar-se pela educação de crianças "anormais". A partir de 1902, começa a se aprofundar em filosofia, antropologia, psicologia experimental e educação. Desenvolveu, na Itália em 1907, um sistema educacional e materiais didáticos que despertassem interesse espontaneamente na criança, produzindo uma concentração natural nas tarefas, cujo objetivo era não cansar e não aborrecer a criança.
- (a) http://www.psicopedagogia.com.br/personalidades/personalidades/maria montessori.asp?og=0
- Édouard Claparède (1873-1940) Médico psicólogo suíço nascido em Genebra, cujas pesquisas experimentais no campo da psicologia infantil tiveram grande influência na criação da pedagogia moderna, que incentiva a atitude participante do educando. Dedicou-se também à pesquisa em psicologia comparada e desenvolveu a tese da escola ativa, que estimula a independência intelectual da criança, fazendo-a atuar sobre o que aprende, em oposição e de grande impacto sobre a educação tradicional da época: a psicologia mecanicista.
- http://www.sobiografias.hpg.ig.com.br/EdouarCl.html
- Jean Piaget 1896-1980), matemático, biólogo, filósofo, psicólogo e pedagogo suíço, responsável pela mais abrangente teoria sobre o desenvolvimento intelectual (cognitivo). Piaget estudou biologia, com especial ênfase na evolução dos organismos, transferindo-se para a área de psicologia infantil quando compreendeu que as habilidades intelectuais evoluem apenas lenta e gradualmente na criança.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Lev Semenovich Vygotsky (1896 1934) fez seus estudos na Universidade de Moscou para tornar-se professor de literatura. O objetivo de suas pesquisas iniciais foi a criação artística. Somente a partir de 1924, sua carreira mudou drasticamente, passando Vygotsky a dedicar-se a psicologia evolutiva, educação e psicopatologia. A partir daí, ele concentrouse nessas áreas e produziu obras em ritmo intenso até sua morte prematura em 1934, devido à tuberculose.
- (a) http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/colecaoridendo/biografias/Lev\_Semenovich\_Vygotsky.htm





- Henri Wallon (1872-1962) foi um estudioso que se dedicou ao entendimento do psiquismo humano, seus mecanismos e relações mútuas, a partir de uma perspectiva genética. Por isso, seu interesse pelo desenvolvimento infantil, já que na infância se localiza a gênese da maior parte dos processos psíquicos. Foi autor, juntamente com Paul Langevin, de uma importante proposta de reforma educacional na França, após o final da II Guerra Mundial.
- http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dea\_a.php?t=009
- Paulo Freire (1921-1997), educador brasileiro. Formou-se em Direito aos 26 anos. A partir da experiência de ensinar português em diferentes colégios secundários, passou a estudar o processo de transmissão da língua, criando um método de alfabetização. Em 1963, assumiu a direção do Plano Nacional de Educação, que previa alfabetizar 16 milhões de adultos num prazo de quatro anos. Com o golpe militar de 64, passou a morar no exterior, trabalhando para o governo chileno e depois na Guiné-Bissau. De volta ao Brasil, pôde ver seu método adotado em vários pontos do país. É autor, entre outros, dos livros Pedagogia do Oprimido, Educação e Realidade Brasileira e Educação como Prática da Liberdade.
- http://www.uol.com.br/bibliot/enciclop/
- Edgar Morin Pesquisador emérito do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica na França), nasceu em Paris, em 1921. Graduado em História, Geografia e Direito, migrou para a Filosofia, a Sociologia e a Epistemologia, depois de ter participado da resistência ao nazismo, na França ocupada, durante a Segunda Guerra Mundial. Autor de mais de 30 livros, tornou-se um dos pensadores mais importantes da atualidade nos estudos da complexidade e das novas epistemologias.
- http://www.editorasulina.com.br/autordet.asp?IDautor=42



## A EDUCAÇÃO PÚBLICA ANTES DA INDEPENDÊNCIA<sup>1</sup>

#### Maria Aparecida dos Santos Rocha<sup>2</sup>

- 1. Texto publicado anteriormente em: PALMA FILHO, J. C. (organizador) Pedagogia Cidadã –Cadernos de Formação História da Educação 3. ed.. São Paulo: UNESP- Pró-Reitoria de Graduação/ Santa Clara Editora, 2005.
- 2. Doutora em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, atualmente Instituto de Biologia, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) da UNESP. É professora aposentada da UNESP.

**Resumo:** O texto apresenta os principais momentos da educação brasileira durante o longo período colonial, a que o Brasil esteve submetido (fase jesuítica, reformas pombalinas e o período joanino). O texto aborda tanto questões relacionadas com a organização escolar no período em questão, como também discute teorias educacionais que estiveram em jogo no momento histórico considerado, com destaque para a pedagogia jesuítica. Ao final, há uma extensa bibliografia com textos que abrange todo o período e ainda algumas obras comentadas pela autora.

**Palavras-Chave:** Educação no período colonial. História da Educação. Reformas Pombalinas. Período Joanino. Educação Jesuítica.

A colonização brasileira foi consequência do desejo de expansão de Portugal que, assim com a Espanha, a França, a União das Províncias dos Países Baixos e a Inglaterra, buscou mecanismos de superação das limitações provocadas pelas relações feudais. Como bem mostra Cunha, a colonização consistiu, basicamente, na organização de uma economia complementar à da Metrópole. (CUNHA, 1980, p. 23).

Tal como outros países, Portugal pretendeu impor a exclusividade do comércio com as colônias, através de uma administração centralizada, mantendo forte controle fiscal sobre as operações internas e externas.

A primeira providência adotada para operacionalizar esse objetivo foi a da instalação do regime das Capitanias Hereditárias (1532), mas as dificuldades causadas pela dispersão do poder levaram à criação de um Governo Geral (1540), primeiro representante do poder público no Brasil, com o objetivo de auxiliar e não de substituir o referido regime. (Ribeiro, 1978, p.1).

Desse aparelho fiscalizador e repressor da Metrópole participava a Igreja Católica, representada, sobretudo, pela Companhia de Jesus, cujos funcionários (burocracia) se integravam ao funcionalismo estatal. O objetivo primordial da Companhia era difundir as teorias legitimadoras da expansão colonial, conseguindo que aceitassem a dominação metropolitana (na figura do seu soberano), e operacionalizar a ressocialização e cristianização dos índios, de modo a integrá-los como força de trabalho. (Cunha, 1980, p. 23).



Idealizada por Inácio de Loyola (1491-1556), organizada como força de vanguarda nos quadros da Contra Reforma (1534) e criada oficialmente por bula papal em 1540, por D.João III, rei de Portugal, a Companhia de Jesus se fez presente no Brasil nove anos depois, em 1549, quando o primeiro governador geral, Tomé de Souza, para cá trouxe seis missionários jesuítas, sob a chefia de Manoel da Nóbrega. (MATTOS, 1958, p. 35).

Na segunda metade do século XVI, Portugal atravessava um período de indefinição, iniciando o despertar para a nova cultura da Renascença. Sem tradições educacionais, o seu sistema escolar começava a esboçar-se, com o analfabetismo dominando não somente as massas populares e a pequena burguesia, como a nobreza e a família real. Ler e escrever era um privilégio de poucos, ou seja, de alguns membros da igreja ou de alguns funcionários públicos. Portanto, pouco tinha a Metrópole a oferecer em termos de exemplo, se os quisesse dar. Por outro lado, a carência da Metrópole aumentava as responsabilidades atribuídas à Companhia de Jesus, uma vez que a ela cabia a significativa responsabilidade da aculturação sistemática dos nativos pela fé católica, pela catequese e pela instrução.

Sendo a situação de Portugal tão insatisfatória, entende-se que a maioria dos missionários não estava preparada para as funções que dela se esperava, incluindo a do magistério.

Nos seus estudos sobre esses religiosos, Luiz Alves de Mattos atribuiu à obra jesuítica a seguinte periodização, justificada sobretudo pelo diferente "clima mental" que, a seu ver, perpassa cada etapa:

Período Heroico: 1549-1570

Período de Organização e Consolidação: 1570-1759

Período Pombalino: 1759-1827

Período Monárquico: 1827-1889

Período Republicano: 1889-1930

Período Contemporâneo: 1930 até nossos dias. (Mattos, 1958, p. 15).

Segundo esse autor, esse primeiro período, cujo término coincide com a data de morte do padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) e com o início dos cursos de bacharelado e mestrado em Artes no colégio da Bahia, foi o mais frutífero e o que mais impressiona os estudiosos "pelo valor pessoal e pela fibra heroica dos personagens que lhe dão relevo, num país agreste e em grande parte ignoto, no qual a par da quase total carência de recursos, tudo estava ainda por fazer". (MATTOS, 1958, p. 15-16).

Diferentemente de seus colegas, Nóbrega possuía vasta cultura, tendo cursado humanidades na Universidade de Salamanca e adquirido o título de bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra.

Preocupado com a manutenção e o sustento do trabalho missionário, Nóbrega defendeu uma política realista de posse de terras e de escravos, a qual foi refutada formalmente pelos textos canônicos. A própria Constituição da Companhia de Jesus, aprovada em 1556, deixou claro aos seus membros a obrigação de fazerem votos de pobreza, ou seja, de não terem renda alguma para seu sustento ou para outras finalidades. Esta medida acabou por possibilitar uma solução muito mais favorável aos interesses da catequese. Na realidade, "a simples posse de terra e de escravos não constituía, para a época, nas condições do tempo, sustentáculo duradouro para os empreendimentos missionários". (CARVALHO, 1952, p. 141).

Os tão sonhados recursos financeiros, que fariam crescer e multiplicar as casas da Companhia de Jesus, tiveram origem no Alvará de D. Sebastião (1564), esse documento fixou o padrão de redízima, ou seja, a doação da décima parte de todos os dízimos e direitos para a sustentação do Colégio da Bahia. Como a redízima estendeu-se aos colégios do Rio e de Olinda, a Companhia pôde iniciar uma fase mais próspera, amparada pela posse de escravos, fazendas e animais.

Observa Mattos que a mais significativa diferença entre a primeira (1549-1570) e a segunda fase (1570-1759) foi caracterizada pelo tipo de dependência econômica entre religiosos e nativos. Se a primeira fase foi de penúria, ela teve o aspecto positivo de obrigar os jesuítas, desprovidos de recursos, a conquistar a simpatia popular, mostrando-se identificados com seus problemas, necessidades e anseios. Para o autor, "A disparidade entre a rudimentar cultura dos aborígenes e a cultura ocidental e cristã mais evoluída dos colonizadores lusos do século XVI gerava inúmeros problemas de difícil solução e criava situações complexas de não menos difícil superação." Assim, a tarefa dos jesuítas foi a de "Sobrepor-se a esse contínuo entrechoque e manter uma atitude fundamental de imparcialidade, sem quebra da fidelidade devida à matriz da cultura europeia e cristã, para melhor poder aproximar essas culturas e integrá-las numa nova e coesa realidade social". (MATTOS, 1958, p. 301).

No período seguinte, sem a preocupação da ausência de recursos, os jesuítas teriam se voltado para o passado clássico e medieval, divorciando-se da realidade imediata e abdicando de sua função de liderança social. A cultura deixou de ser posta a serviço da sociedade para se colocar "à margem da vida, dedicada à conservação dos esquemas mentais clássicos e das convenções sociais estabelecidas". (MATTOS, 1958, p. 297).

Como analisa Villalobos, servindo a uma sociedade latifundiária e escravocrata e fomentando o gosto pela cultura literária de base clássica, os jesuítas impuseram, em suas escolas, uma disciplina férrea, de espírito rotineiro e conservador, visando, sobretudo, à uniformidade cultural e à domesticação da mente:

A pedagogia autoritária de que se utilizavam servia tanto aos interesses da Igreja como aos do governo português, que via na fé e na autoridade da religião o melhor instrumento de dominação política e na uniformidade



da cultura o melhor freio para os sentimentos nacionais de independência. (VILLALOBOS, 1959, p. 41).

No primeiro período (1549-1570), o Estado cerceou várias iniciativas dos missionários. A visão progressista de Nóbrega teve que enfrentar obstáculos advindos das concepções conservadoras e repressoras da Coroa e da cúpula da Companhia. Os jesuítas foram proibidos, pelo próprio Inácio de Loyola (1553), de se encarregarem de instituições de órfãos e de oferecerem, como planejava Nóbrega, um ensino profissional e agrícola para formar pessoal capacitado em outras funções essenciais à vida da Colônia. Tais atividades foram consideradas contrárias aos objetivos da Companhia.

Nóbrega também foi impedido de abrigar e educar as meninas indígenas, ou seja, as pequenas mamelucas e cunhatãs. Surpreendentemente, a ideia de educar as crianças do sexo feminino parece ter-se originado entre os próprios indígenas da Bahia (1552). Primitivos, mas sem preconceitos, solicitaram a Nóbrega "que fundasse também um recolhimento para suas filhas, confiando-as a mulheres cultas e virtuosas". (RIBEIRO, 2000, p. 80). Sem contato com a mentalidade europeia, que vedava ao sexo feminino qualquer instrução além da doutrina cristã e das artes domésticas, os indígenas não viam razão para se estabelecer uma diferença de oportunidades educacionais a favor do sexo masculino.

Ideia originalíssima, inédita até mesmo para Nóbrega e Tomé de Souza. Mas Nóbrega a acatou e a defendeu - conseguindo até mesmo a adesão de Tomé de Souza -, solicitando à Rainha Catarina, uma das poucas mulheres a valorizar as tradições humanistas, para apoiálo junto a D.João III. Porém nada pôde ser feito, apesar do empenho da Rainha: "Aparentemente, o Brasil estava pedindo mais do que as próprias filhas da alta nobreza do reino, com raras exceções podiam ter". (MATTOS, 1958, p. 90). A mentalidade da época ainda era incompatível com a igualdade de oportunidades de instrução para os dois sexos.

Como a catequização dos índios cabia à Companhia de Jesus, atribuiu-se aos padres seculares os serviços religiosos nos latifúndios, como capelões residentes ou como párocos nos centros urbanos, ambas as tarefas subordinadas às exigências ecumênicas e aos interesses da religião.

Apesar dos problemas de ordem burocrática e dos choques com a autoridade do patriarca, senhor absoluto da mulher e dos filhos, os jesuítas, "em nome de Deus", foram conquistando esses elementos dominados. Como única força moral capaz de contrapor os excessos da arbitrária autoridade do senhor, os jesuítas, "hábil e sutilmente", doutrinaram os meninos nas escolas e as mulheres nas capelas e igrejas. (SAFFIOTI, 1969, p. 198).

No segundo período, a obra inicial de catequese foi sendo enfraquecida para atender à educação da elite de modo que a criação de colégios assumiu uma importância maior que a da atividade missionária:

Assim, os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para a Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar os letrados. (ROMANELLI, 1987, p. 35).

#### PEDAGOGIA JESUÍTICA

Os estabelecimentos de ensino jesuíticos eram orientados por normas padronizadas, posteriormente sistematizadas na *RATIO ATQUE INSTITUTO STUDIORUM SOCIETAS JESU*, ou simplesmente *RATIO STUDIORUM*. Promulgada em 1599, representa o primeiro sistema organizado de educação católica, cujo mérito é incontestável.

A pedagogia jesuítica inspirou-se na Universidade de Paris, centro de uma restauração tomista (São Tomás de Aquino 1227-1274) e, principalmente, na teoria do educador espanhol Quintiliano (40-118), primeiro professor pago pelo Estado romano, autor da "Institutio Oratoria", obra escrita após vinte anos de ensino de "eloquência". Redescoberto pelos autores renascentistas, Quintiliano foi adotado para o ensino de humanidades.

De forma semelhante à organização dos estudos da Universidade de Paris, a *RATIO* previa um currículo único para os estudos, dividindo-os em dois graus e supondo o domínio das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo. Como explica Cunha (1978, p. 25), os *studia inferiora* (formação linguística) correspondiam ao atual estudo secundário e os *studia superior* (filosofia e teologia) aos estudos superiores. Na adaptação dessa Pedagogia ao Brasil, estabeleceram-se quatro graus de ensino, sucessivos e propedêuticos: os cursos elementar, de humanidades, de artes e de teologia.

Quintiliano defendia a necessidade de três fatores para a formação do educando (no seu caso, do orador), já mencionados por Aristóteles: *Natura* (disposições naturais: físicas, psicológicas e morais), *Ars* (instrução: a instrução é uma arte e consta de normas técnicas) e *Exercitatio* (prática: o progresso do aluno supõe uma prática reiterada).

Seguindo essa inspiração, o ponto básico da pedagogia da *RATIO* era a identidade entre professor, método e matéria. Tal princípio de unidade determinava que um único mestre acompanhasse o mesmo grupo de alunos do início ao fim do curso. O mesmo método deveria ser adotado por todos os docentes "completando-se esse princípio com o da organização das matérias de modo a explorar, ao máximo, o pensamento de poucos autores (principalmente Aristóteles e Tomás de Aquino), preferivelmente ao de muitos". (CUNHA, 1978, p. 26).



No que consistia o curso elementar? Com a duração de um ano, esse curso tinha em seu currículo a doutrina católica e as primeiras letras. Nos estudos, disciplina, atenção e perseverança eram as três qualidades a serem adquiridas pelos alunos não só para facilitar o próprio ensino e aprendizado, mas, sobretudo, para desenvolver um traço de caráter considerado fundamental ao futuro sacerdote e ao cristão leigo.

Destaque-se que a instrução não representava muito na construção da sociedade nascente. As condições objetivas desestimulavam a atividade cultural, uma vez que a classe dominante não necessitava dela e a classe dominada não a podia sustentar. A escola era procurada por alguns dos filhos das pessoas de posses, que nela buscavam certo preparo para assumir os negócios da família. Como as atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista da sua mão-de-obra, fundamentada como estava na economia rudimentar e no trabalho escravo, entende-se a alienação da cultura escolar. A monocultura latifundiária quase não exigia qualificação e diversificação da força de trabalho.

O Estado cuidava dos seus interesses, não permitindo que a educação jesuítica perturbasse a estrutura vigente, mas subordinando-a aos imperativos do meio social. Isso fica evidenciado pelas dificuldades enfrentadas por Nóbrega em suas tentativas inovadoras.

Assim, em que pese a acusação de terem os jesuítas, sobretudo no segundo período, se alienado do meio ambiente, certas atividades executadas em favor da sobrevivência da Companhia mostram como eles lidaram com o preconceito contra o trabalho manual dentro desse contexto repressor.

Os jesuítas acreditavam que a cada pessoa se deveria atribuir um tipo de trabalho, conforme o lugar por ela socialmente ocupado. Conforme consta do *RATIO*: "Nenhuma das pessoas empregadas em serviços domésticos pela Companhia deverá saber ler e escrever, e elas não deverão ser instruídas nestes assuntos, a não ser com o consentimento do Geral da Ordem, porque para servir a Deus basta a simplicidade e a humildade". (Ponce, 1973, p. 119).

A Igreja endossou, portanto, a separação entre o fazer e o pensar, corroborando o juramento imposto pelo Estado português à minoria dirigente, aos menos abastados e aos próprios jesuítas: "Juro que não farei nenhum trabalho manual enquanto conseguir um escravo que trabalhe por mim, com a graça de Deus e do Rei de Portugal" (NASH, 1939, p. 132).

Indivíduos que, em Portugal, haviam sido artesãos, mestres de obras ou mesmo agricultores, abandonavam o exercício dessas profissões no Brasil, obedientes à Coroa e fiéis ao mesmo preconceito. Os elementos que realizavam certos trabalhos como fiação de tecidos grossos, trabalhos simples com madeira ou ferro entre outros, gozaram de certa consideração até o momento em que a aprendizagem desses ofícios passou a ser possibilitada aos escravos. Então ela foi degradada aos olhos dos homens livres, abastardando-se o ensino de ofícios.

Identificado com o trabalho escravo, como tarefa de simples execução e de pouco raciocínio, o trabalho manual seria tradicionalmente desprestigiado no Brasil, o mesmo ocorrendo com o ensino manufatureiro que, por analogia, foi imediatamente afetado pela mesma concepção, passando a ser visto principalmente como um meio de integrar as crianças e adolescentes pobres à sociedade. Os jesuítas introduziram no Brasil a produção de tecidos para satisfazer às necessidades da Companhia e para vestir os índios. O fato dos tecidos, geralmente de algodão, serem destinados aos escravos e índios, agravava o preconceito contra os profissionais da tecelagem, exercida, sobretudo, por negros, índios e escravos e não por brancos. Compreensível porque, mesmo para os antigos romanos, o "textor" era o representante das profissões grosseiras e rudes. Habituada a ver nos negros a solução para o trabalho manual, a população branca não poderia interessar-se pela aprendizagem de ofícios e só compreendia que a elas se dedicassem os infelizes, os órfãos e os expostos.

O sucesso da atividade de produção de tecidos deu origem ao famoso Alvará, datado de janeiro de 1785, que proibiu a criação de novas fábricas e mandou fechar as existentes com exceção das destinadas à produção de panos grosseiros para os escravos e para enfardamento e empacotamento de cargas. Essa medida não decorreu de simples ciúmes da Metrópole, mas sim do prejuízo que a produção brasileira de tecidos lhe causava. Tratou-se de um erro político para Portugal e de um erro econômico para o Brasil, uma vez que acirrou o ódio dos brasileiros contra a Metrópole porque veio a ferir uma indústria alimentada pela matéria-prima do país, e que deixou sem trabalho uma infinidade de indivíduos. (Rocha, 1984, p. 38-39).

Transformada em educação de classe, a educação jesuítica atravessou todo o período colonial levando sua influência ao império e à república, "sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar a sua oferta escolar". (ROMANELLI, 1987, p. 35).

Essa cultura, caracterizada por bens culturais importados, não podia ser chamada de "nacional" senão no sentido quantitativo da palavra, considerando-se seu colorido essencialmente europeu. A minoria culta tinha formação portuguesa, mesmo quando não era de nascimento ultramarino. Mas não se pode esquecer de que os jesuítas foram os guias intelectuais e sociais da colônia por mais de dois séculos e que, certamente, sem eles talvez fosse impossível ao conquistador lusitano preservar a unidade de sua cultura e de sua civilização. (AZEVEDO, 1976, p.18).

#### REFORMAS POMBALINAS

O Brasil foi a primeira colônia do Novo Mundo a receber os membros da Companhia de Jesus e a primeira a expulsá-los, em 1759. Segundo Serafim Leite, nesse ano havia 474 jesuítas na Província do Brasil e 155 na Vice-Província do Maranhão. (LEITE, 1938, v. 2, p. 240).



As causas e consequências de tal medida não podem ser discutidas aqui em profundidade, mas lembre-se de que os jesuítas foram responsabilizados pela miséria econômica e intelectual do reino e que muito pesou nessa decisão o monopólio do ensino por eles exercido desde 1555, quando D.João III lhes confiou a direção do Colégio de Artes.

Portugal saíra arruinado da dominação espanhola (1580-1640), sendo-lhe necessário tirar o maior proveito possível do Brasil, uma vez que as posses que ainda estavam na África só valeriam como fornecedoras de escravos para a colônia (Brasil). Quando D. José I assumiu o governo de Portugal, a situação econômico-financeira era extremamente grave e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal - conhecido pelo seu ódio aos jesuítas e pela sua sede de poder - para ministro real, foi uma tentativa de encarar e superar a crise existente. (CUNHA, 1978, p. 38-39).

Para tanto, Pombal adotou o regalismo como principal diretriz de suas providências políticas, submetendo todas as instâncias ao poder do Estado, mais especificamente ao rei. As medidas tomadas para ampliação do poder do Estado levaram a facção oposta a promover um atentado à vida do rei (1758). O plano, mesmo frustrado, foi combatido com forte repressão à facção política oposta e aos seus aliados, sobretudo, à Companhia de Jesus.

Laerte Ramos de Carvalho e Luiz Antonio Cunha defendem a tese de que a perseguição movida aos jesuítas não resultou de propósito sistemático, de intento anticlerical ou antirreligioso de Pombal. Os jesuítas também foram expulsos da Espanha (1764) e da França (1767), e acabaram por ser eliminados por bula papal.

Ocorreu que o Conde de Oeiras não tolerava a existência de segmento algum que criticasse suas diretrizes políticas, econômicas ou culturais ou qualquer indício de reação eclesiástica à política real. Assim, por força das circunstâncias, a política pombalina se transformou num programa particular de reivindicações regalistas, contra os jesuítas e seus cabedais. (CARVALHO, 1952, p. 81).

Enquanto, na primeira metade do século XVIII, a obra educadora dos jesuítas atingia, no Brasil, a sua fase de maior expansão, recrudesciam na Europa, contra a Companhia, os embates que deviam terminar com a sua extinção, com críticas advindas das universidades, dos parlamentos, das autoridades civís e eclesiásticas, e de outras ordens religiosas. Argumentava-se que a Companhia de Jesus havia perdido o antigo espírito de seu fundador, entrando em decadência e que, "dominada pela ambição do poder e de riquezas, procurava manejar os governos como um instrumento político, ao sabor de suas conveniências e contra os interesses nacionais". (AZEVEDO, 1976, p. 45). Na opinião dos seus adversários e acusadores, o ensino jesuítico tornara-se anacrônico.

A campanha contra os jesuítas era acirrada, sobretudo, por dois fatores: a miséria econômica e intelectual do reino, pela qual eram responsabilizados, e o monopólio do ensino por eles exercido desde 1555, quando D.João III lhes confiou a direção do Colégio de Artes.

A Companhia de Jesus, sem dúvida, desviara-se de seus fins exclusivamente missionários, uma vez que ela não pôde ser, na América, o que foi na Ásia: apenas missionária. Os jesuítas aqui foram também colonizadores, exercendo amplas áreas de atuação e contrariando, dados os seus privilégios, interesses econômicos.

Pode ser que tenha havido certo conteúdo anticapitalista na pregação e no ensino jesuítico. A sua ética econômica, expressa na disciplina de Teologia Moral, discutia, entre outros, problemas tais como o da justeza da venda de uma mercadoria a prazo, o da moralidade da escravidão, o da cobrança de juros. A proteção oferecida aos índios, pelos jesuítas, prejudicava muitos interesses. (CUNHA, 1978, p. 44-45). O surto econômico do Maranhão fez com que os colonos aumentassem a pressão sobre o governo, no sentido de conseguir a permissão legal para a escravização dos índios, coisa que, de fato, há tempos já acontecia. E quando conseguiram que o rei obrigasse os missionários a ensinar português aos índios, obtiveram uma vitória. Libertar os índios significava torná-los disponíveis para serem integrados à economia como escravos, se não de direito, pelo menos de fato.

Os jesuítas procuraram catequizar também os negros, combatendo o culto dos deuses africanos. Mas não lhes foi permitido oferecer aos escravos qualquer educação mais formal e, assim, a educação deles foi limitada aos Sermões que os exortavam à prática da moral e fé cristãs. Vale ressaltar que a Companhia de Jesus não foi a única, embora tenha sido a principal ordem religiosa a catequisar. Os franciscanos também se preocuparam com a educação dos índios e com o ensino manual.

Os jesuítas eram acusados de educar os índios a serviço da ordem religiosa e não dos interesses da Metrópole e de não conhecerem outro soberano que não fosse o Geral da Companhia e outra nação que não fosse a sua própria sociedade. Pombal propôs-se a solucionar o problema do ensino não mais como tarefa das ordens religiosas, mas como atribuição própria, sem ser exclusiva, do poder real. Mas, quando a Coroa começou a impor Reforma Pombalina (Alvará de 28/06/1759) e o processo de secularização do ensino, determinando o fechamento das escolas jesuíticas, a colonização já estava consolidada e a língua portuguesa e a religião cristã já estavam divulgadas entre indígenas e escravos.

A expulsão dos jesuítas, embora tenha provocado a regressão do sistema educativo da Colônia, afetou menos a educação popular que a educação das elites. O sistema de ensino por eles montado fora se transformando, progressivamente, num sistema cada vez mais destinado às elites, de acordo com os objetivos educacionais definidos pela Companhia de Jesus e consubstanciados na *Ratio Studiorum*. Em 1759, eles possuíam, além das escolas de ler e escrever, diversos seminários e 24 colégios.

Fernando de Azevedo, defensor da ação educacional da Companhia, comenta que, com o Alvará pombalino, o Brasil não sofreu uma reforma da instrução, "mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial de ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagó-



gico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que esta destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou medir a sua extensão". (AZEVEDO, 1976, p. 47).

Embora Azevedo não deixe de mostrar as falhas do sistema de educação jesuítico, quais sejam, o ensino dogmático e abstrato, a ausência de plasticidade para se adaptarem às necessidades novas, os métodos autoritários e conservadores, reconhece que a instrução se desenvolvia, desde a segunda metade do século XVI, com progressos constantes. As escolas e os colégios eram cada vez mais numerosos, sua dotação e seus recursos cresciam diariamente, e mesmo o seu método, ainda que antiquado para o Reino e para a Colônia, era considerado como suficiente pela maioria da população, que havia aprendido a estimar os competentes professores jesuítas.

Infelizmente, Pombal esperou treze anos para tentar substituir os dois séculos de trabalho jesuítico e, mesmo assim, a Ordenação de 10 de novembro de 1772, que instituiu o "subsídio literário", imposto cobrado sobre o consumo da carne e produção de aguardente, criado especialmente para a manutenção das aulas de ler e escrever e de humanidades, não foi capaz de arrecadar os recursos necessários.

A instituição do regime das "aulas régias", ou seja, aulas de disciplinas isoladas, não apresentava a coerência necessária, dada a ausência de um plano sistemático de estudos e a falta de motivação discente. Uma das razões para as escolas régias não serem frequentadas é a de que eram constantemente visitadas por soldados incumbidos de recrutar rapazes com mais de treze anos. Certamente, outros motivos mais sérios provocavam essa debandada das aulas, ministradas por professores leigos, ignorantes e sem nenhum senso pedagógico.

A herança que este período legou (1759-1808) foi a ilusão de que se pode adquirir uma educação fundamental com aulas avulsas, não-seriadas, sem um currículo que as ordenasse e as articulasse. A uniformidade da ação pedagógica, a transição adequada de um nível para outro, a graduação foram substituídas pelas dispersas aulas régias.

Para mencionar um exemplo, em 1768, tendo o governador da Capitania de São Paulo, D. Luís Antonio de Souza, necessidade de procurar novos secretários, não os encontrou em toda a Capitania e, por essa razão, elaborou os Estatutos a serem observados pelos mestres da escola de meninos de São Paulo. Esses estatutos previam a existência de dois mestres em São Paulo e de apenas um nas "cidades adjacentes". Tanto os alunos, como os professores, não poderiam ser admitidos sem o despacho do Capitão-General. Essa determinação tinha como objetivo evitar que os discentes se transferissem para outra escola sem autorização superior.:

E isto para que os mestres os possam castigar livremente, sem receio de que seus pais os tirem por esse motivo, ou por outros frívolos, que comumente se praticam, e havendo de os quererem tirar para qualquer outro em-



prego, darão fiança para apresentarem em tempo determinado certidão da Ocupação ou Oficio em que os tem empregado. (BAUAB, 1972, v. 1, p. 5).

Mas, ao que parece, esses Estatutos não tinham onde ser aplicados. Em 1770, a Câmara Geral da capital recebeu do Diretor de Estudos e Educação da Mocidade, em anexo a uma carta, a súplica dos pais de família para que houvesse uma escola de primeiras letras.

Em 1784, havia em São Paulo apenas nove escolas de primeiras letras, com mestres ignorantes e "recrutados a laço", dada a escassa remuneração que lhes era paga e o desprestígio social da profissão do docente secular. Para oferecer mais um exemplo, nesse mesmo ano (1784), o Rio de Janeiro possuía apenas nove aulas de primeiras letras e, em 1798, apenas duas funcionavam. (BAUAB, 1972, v. 1, p. 6).

O regime de aulas régias enfraquecia todos os esforços de organização. Como analisa Azevedo,

[...] a distância entre a Diretoria Geral de Estudos e os mestres não congregados em colégios mas dispersos, sem órgãos intermediários permanentes, nem pedia qualquer inspeção eficaz nem criava um ambiente favorável a iniciativas de vulto. Tudo, até os detalhes de programas e a escolha de livros, tinha de vir de cima e de longe, do poder supremo do Reino, como se este tivesse sido organizado para instalar a rotina, paralisar as iniciativas individuais e estimular, em vez de absorvê-los, os organismos parasitários que costumam desenvolver-se à sombra de governos distantes, naturalmente lentos na sua intervenção. Esta foi uma das razões pelas quais a ação reconstrutora de Pombal não atingiu senão de raspão a vida escolar da Colônia. (AZEVEDO, 1976, p. 53).

## A VINDA DA FAMÍLIA REAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1807-1808) mudou de maneira radical as relações entre a Metrópole e sua Colônia mais próspera, o Brasil. Do ponto de vista da educação, novas orientações foram, forçosamente, introduzidas, ampliando-se o processo de secularização do ensino iniciado com Pombal. Motivada por preocupações de utilidade prática e imediata, a obra escolar de D. João VI marcou uma ruptura com o programa escolástico e literário até então em vigor. Muito havia a ser feito para atender à demanda educacional da aristocracia portuguesa, preparando, inclusive, novos quadros para as ocupações técnico-burocráticas.

Como comenta Azevedo, é verdade que essa obra esteve circunscrita quase que exclusivamente à Bahia e ao Rio de Janeiro, mas, mesmo assim, ela representa um período



importante em que foram lançados, por D. João VI, os germes de numerosas instituições nacionais de cultura e de educação, tais como a Escola Nacional de Belas Artes, o Museu Real, o Jardim Botânico e a Biblioteca Pública, com acervo de, aproximadamente, sessenta mil volumes trazidos da Biblioteca do Palácio da Ajuda. Também é fato que o ensino superior foi a maior preocupação, ficando os demais níveis relegados à própria sorte, mas, com essa obra teve início o processo de autonomia que iria resultar na independência política.

A independência, proclamada em 1822, com a fundação do Império do Brasil, trouxe consigo a promessa de uma nova orientação político-educacional, com a vitória dos liberais sobre os conservadores e com os consequentes debates na Constituinte de 1823, onde não só os deputados, mas inclusive o próprio D. Pedro I - sessão de 3/5/1823-, diziam-se preocupados em atender às exigências da organização e legislação do ensino.

O projeto de Constituição apresentado a primeiro de setembro de 1823 estabelecia a criação de um sistema escolar completo, composto de escolas primárias, ginásios e universidades, além de consagrar a liberdade da iniciativa privada no campo da instrução pública. Autoridades, como o deputado Maciel da Costa, Marquês de Queluz, iam mais longe, solicitando a inclusão do sexo feminino no magistério, não vendo razões para "privar uma tão grande e tão interessante porção do gênero humano, destinada pela natureza e pela sociedade a tão importantes funções". (BAUAB, 1972, v. 1, p. 16-17). Mas a Constituição outorgada a 25 de março de 1824 apenas garantia a gratuidade da instrução primária e previa a criação de colégios e universidades.

Infelizmente, as agitações políticas dos primeiros anos de vida do Brasil como nação independente não permitiram a concretização de providências mais efetivas no setor educacional. As medidas tomadas pelo governo no tocante à instrução pública, além de não corresponderem a nenhum plano sistemático, não foram capazes de desenvolver a educação popular no país e, em alguns casos, até mesmo obstaculizaram qualquer progresso.

A Lei de 15 de outubro de 1827 - que determinava a criação de **escolas de primeiras letras** em todas as cidades, vilas, e lugares mais populosos, bem como escolas para meninas nas cidades e vilas maiores -, produziu poucos frutos, por não prever os meios econômicos e técnicos para sua aplicação. Essa lei era inspirada no projeto de Januário da Cunha Barbosa, que privilegiava ideias como a da educação como dever do Estado, da distribuição racional de escolas de diferentes níveis por todo o território do país e da graduação do processo educativo. Como alegou Geraldo Bastos Silva:

Se a denominação de escola primária representaria política e pedagogicamente a permanência da ideia de um ensino público suficientemente difundido e realmente formativo, a classificação de escolas de primeiras letras simbolizava, antecipadamente, a tibieza congênita que irá marcar a maior parte dos esforços de educação popular durante o Império, e até mesmo na República. (SILVA, 1969, p. 193).

## REFERÊNCIAS .....



AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro, 1976.

BAUAB, Maria Aparecida Rocha. **O ensino normal na Província de São Paulo (1846-1889)**: subsídios para o estudo do ensino normal no Brasil-Império. 1972. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São José do Rio Preto. 2 v.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. 1942. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã:** o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: século XVI. 2.ed. Lisboa: Ed. Portugália, 1938. 2 v.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil**: o período heroico.(1549-1570). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

MOACYR, Primitivo. **A instrução pública no Estado de São Paulo**: 1890-1893. São Paulo: Editora Nacional, 1942. v. 213 (Coleção Brasiliana)

NASH, R. A conquista do Brasil. Trad. de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição à história da educação braseileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Ed. Fulgor, 1963.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000, p.79-94.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Editora Cortez & Moraes, 1978.

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. Trabalho manual x trabalho intelectual na educação brasileira. **Didática**, São Paulo, v. 20, 1984, p. 37-48.

RODRIGUES, Leda Maria Pereira. **A instrução feminina em São Paulo**: subsídios para a sua história até a proclamação da República. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.



ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth, I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Liv. Quatro Artes, 1969.

SILVA, Geraldo Bastos. **A Educação secundária**: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SIQUEIRA, Hildebrando. Apontamentos de História. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XXXVIII, p. 53-57, jun. 1940.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da educação brasileira**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

VILLALOBOS, João Eduardo. O problema dos valores na formação e no funcionamento do sistema educacional brasileiro. **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 76, p. 34-49, out-dez. 1959.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....



ALDEN, Dauril. Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil. In: KEITH, Henry; EDWARDS, S. F. (Orgs.). **Conflito e continuidade na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

BRIQUET, Raul. Instrução pública na Colônia e no Império (1500-1889). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, out. 1944, p. 5-20.

FERREIRA, Tito Lívio. História da educação luso-brasileira. São Paulo: Saraiva, 1966.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 2. ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1969.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000, p. 43-59.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. **As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII**. Ed. Safady. São Paulo. 1980.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação da mulher no Brasil-Colônia**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

SILVA, Maria Beatriz da Silva. Cultura no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luiz Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender e Ensinar)



#### Verbetes

- Alvará Documento emitido por autoridade judiciária ou administrativa, permitindo o exercício ou a prática de certas atividades. Carta ou diploma de origem real em que se concediam mercês ou se decidia sobre algum assunto de interesse público ou particular.
- Anchieta (1534-1593) O Padre José de Anchieta nasceu na ilha de Tenerife, nas Canárias. De família nobre e rica, cursou três anos de retórica e filosofia no Colégio da Companhia de Jesus, em Coimbra. Tendo optado pela atividade religiosa, ingressou na Companhia de Jesus em 1550, como candidato da Ordem. Anchieta aportou no Brasil em 13/06/1553. A ele deve-se a elaboração da primeira gramática tupi, concluída em 1560 e impressa em 1595. De sua autoria são também os trabalhos: "Diálogos das Coisas da Fé", "Doutrina", "Confessionário", "Cantigas Devotas", "Instruções para os que hão de ser batizados e para ajudar os que estão para morrer" e a comédia bilíngue, redigida em português e tupi, "Ato da Pregação Universal".
- · Catequização Instruir oralmente uma pessoa sobre a religião cristã. Ministrar as primeiras noções de religião cristã.
- Estatutos Regulamento ou conjunto de regras de organização e funcionamento de uma coletividade. Lei ou conjunto de leis que disciplinam as relações jurídicas que possam incidir sobre pessoas ou coisas.

#### BIBLIOGRAFIA COMENTADA .....



Neste artigo sobre a educação no Brasil antes da independência, estão citadas obras consideradas imprescindíveis para o estudo do tema. São elas: *A Cultura Brasileira* (Fernando de Azevedo), *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública* (Laerte Ramos de carvalho), *Primórdios da Educação no Brasil* (Luiz Alves de Mattos), e *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Serafim Leite). Considerando-se as dificuldades previstas para a sua aquisição, uma vez que são edições esgotadas, os alunos que desejarem se aprofundar nos temas poderão consultá-las em Bibliotecas, bem como procurar as demais obras indicadas, inclusive na bibliografia complementar. Para a educação feminina, em especial, citam-se três obras interessantes, que se completam quanto ao conteúdo: "Mulheres Educadas na Colônia" e *A Educação da Mulher no Brasil-Colônia* (Arilda Inês Miranda Ribeiro), A *Instrução Feminina em São Paulo* e *A Mulher na Sociedade de Classes* (Heleieth B. Saffioti). As obras citadas de Luis Antonio Cunha (p.19-61), Maria Luiza Santos Ribeiro (p.1-30), Otaíza de Oliveira Romanelli (p. 33-45) e Vanilda Pereira Paiva (p. 56-71) são leituras obrigatórias que complementam esse texto e o aprofundam, abordando o ensino secundário e o superior.

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo/Brasília: Edições Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro, 1976.

Azevedo, sociólogo e educador, um dos signatários do Manifesto de 32 e seu relator, professor do Instituto de Educação Caetano de Campos e, posteriormente, do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Educação, Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo, é o autor de uma obra de



síntese sobre a Cultura Brasileira, cujo 3° volume dedica-se ao estudo da Transmissão da Cultura, ou seja, da Educação numa perspectiva histórica. Esse volume possui dois capítulos fundamentais para o estudo do presente tema: "O Sentido da Educação Colonial" (p.9-59) e "As Origens das Instituições Escolares" (p.60-114), nos quais ele aborda os antecedentes da educação no Brasil até a renovação da paisagem política e cultural em conseqüência da vinda da Família Real.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da Educação no Brasil:** o período heroico (1549-1570). Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1958.

Mattos, ex-professor da Faculdade de Educação do Distrito Federal, realizou, neste trabalho, uma análise minuciosa das atividades missionárias e educacionais dos jesuítas no período por ele denominado **heroico**, dadas as dificuldades enfrentadas pelos religiosos na obra de catequização. O livro, que raramente deixa de ser citado em trabalhos sobre a Colônia, aborda temas como: os colégios de meninos da Bahia e de São Vicente; o plano educacional de Manoel da Nóbrega e a oposição da Companhia e da Corte; a obra de Vicente Rijo e a de José de Anchieta e outras questões pertinentes à cultura colonial.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação da mulher no Brasil-Colônia**. São Paulo: Arte & Ciência, 1977.

Arilda Ribeiro, pesquisadora de História da Educação da UNESP, vem-se dedicando aos estudos sobre a educação da mulher, nos períodos colonial e imperial. O livro faz um apanhado da condição feminina da mulher branca de elite, através das atividades que exercia, bem como da condição de inferioridade das negras e índias. Explicita a origem da família patriarcal, abordando a educação informal das crianças e a relação de dominação entre os sexos. Como a educação formal destinava-se exclusivamente ao sexo masculino, a Autora analisa os conventos e recolhimentos que, embora dedicados à vida religiosa contemplativa, acabaram por ministrar educação formal às mulheres de elite, com o objetivo de dar-lhes acesso aos livros de rezas. Finalmente, é analisada a reforma pombalina e o estudo de Luiz Antonio Verney e sua influência sobre a educação das mulheres.

## EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO IMPÉRIO¹

Tirsa Regazzini Peres<sup>2</sup>

- Este texto foi originariamente publicado em PALMA FILHO, J. C. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.
- Doutora em Educação. Professora Aposentada FCL UNESP de Araraquara.
- Resumo: O texto inicia-se com a análise e discussão dos debates havidos sobre educação, por meio dos projetos apresentados por ocasião da instalação da Assembleia Constituinte e Legislativa, instalada logo após o rompimento dos laços políticos com Portugal. Nesse sentido, a autora percorre o seguinte itinerário: Projeto Constitucional de 1823; Liberdade de ensino; Constituição de 1824; Educação na legislatura 1826-1829; Lei de outubro de 1827; Ensino mútuo e seus resultados no Brasil; Quadro Escolar 1822-1834; O Ato Adicional de 1834; Surgimento de Liceus e Colégios; Colégio Pedro II; A função preparatória do Ensino Secundário; Reforma Couto Ferraz (1854); Escolas Normais e Ensino Profissional; Estatísticas educacionais: a distância entre a elite e o povo; O caminho da desoficialização do ensino; Reformas Leôncio de Carvalho (1878 e 1879); Pareceres de Rui Barbosa e encerra a exposição com uma breve discussão sobre as ideias pedagógicas.

**Palavra-Chave:** Educação durante a monarquia brasileira. Ato Adicional de 1834. Ideias Pedagógicas. Política Educação durante o Império (1822-1889).

Após a Independência (1822), com o advento da monarquia constitucional e sob a influência das ideias liberais há muito infiltradas no Brasil, a educação, anteriormente concebida como um dever do súdito, passou a ser compreendida como um direito do cidadão e um dever do Estado. Desde então,

Tornava-se necessário dotar o país com um sistema escolar de ensino que correspondesse satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império (CARVALHO, 1972, p. 2).

Por suas características liberais, a educação brasileira no Império se insere no quadro mais amplo da História da Educação Pública como educação nacional. Conforme periodização estabelecida por Luzuriaga, a educação pública nacional originou-se no final do século XVIII, com a Revolução Francesa (1789), efetivando-se no século XIX. Seu princípio fundamental é a educação como "[...] um direito do homem e do cidadão" (LUZURIAGA, 1959, p. 40).



Caracterizando-se como educação nacional, a educação no Império, por suas peculiaridades, integra o segundo período da História da Educação Brasileira, que se inicia em 1759 e que finda com a República em 1889. Embora permaneçam unidos Igreja e Estado, nesse vasto período se desenvolve "[...] um processo de secularização do ensino, assumindo o Estado a responsabilidade de cuidar da Instrução Pública" (CARVALHO, 1972, p. 2).

#### Projetos e Debates na Assembleia Constituinte e Legislativa

Antes de 1824, data em que se inaugurou o regime constitucional no Brasil, a Assembleia Constituinte e Legislativa, reunida em 1823, cuidou da instrução pública. Na *Fala do Trono*, por ocasião da abertura da Assembleia, em três de maio, o Imperador D. Pedro I declarou: "Tenho promovido os estudos públicos quanto é possível, porém, necessita-se para isto de uma legislação particular". Concluindo, fez um apelo à Assembleia: "Todas estas coisas [do ensino] devem merecer-vos suma consideração" (MOACYR, 1936, p. 31).

Encarregada da elaboração dessa "legislação particular", a Comissão de Instrução Pública da Assembleia apresentou dois projetos de lei: Tratado de Educação para Mocidade Brasileira e Criação de Universidades.

Muito se discutiu sobre o número de Universidades, se uma, duas ou três, e também, sobre a respectiva localização. Finalmente aprovado, o projeto determinava a criação de duas Universidades, uma na cidade de São Paulo e outra na cidade de Olinda; de imediato, porém, haveria apenas dois cursos jurídicos.

Nos debates a respeito da educação popular, houve denúncias sobre o atraso em que esta se encontrava, quer pela falta de mestres de primeiras letras e de Latim, quer pelos ordenados minguados que recebiam. Segundo convicção geral e em caráter de urgência, reivindicava-se a instrução popular em nome dos princípios liberais e democráticos que, associados ao movimento da independência, fundamentavam o novo regime então proclamado. Retomava-se, em verdade, a ideia de José Bonifácio, apresentada às Cortes Portuguesas, em 1821, sobre a inviabilidade de governo constitucional sem a instrução do povo (LEMBRAN-ÇAS E APONTAMENTOS ...1821).

Conforme projeto em discussão, mas não aprovado, seria condecorado o cidadão que melhor apresentasse um trabalho de educação física, moral e intelectual para a mocidade brasileira (MOACYR, 1936).

A Comissão de Instrução Pública aprovou, sem resultado, a publicação da Memória de Martim Francisco Ribeiro D'Andrada Machado, acerca "[...] da necessidade de instrução geral, e mais conforme com os deveres do homem em sociedade" (MOACYR, 1936, p. 118-147).

Educação como dever do Estado e graduação do processo educativo eram as ideias principais desse documento. Nele, a instrução pública, dirigida e fiscalizada por um Diretor de Estudos, apresentava-se organizada em três graus sucessivos, acessíveis a todos os cidadãos na medida de suas capacidades naturais. Para os graus iniciais, havia orientações sobre estudos, métodos pedagógicos, compêndios e mestres. Compreendendo um curso de três anos, dos 9 aos 12 anos de idade, o primeiro grau, de instrução comum, deveria ser amplamente difundido.

Inspirada em Condorcet (1791), teórico da pedagogia revolucionária francesa, a Memória de Martim Francisco, adaptada ao Brasil, já havia sido apresentada à administração joanina, a propósito da reforma dos estudos da Capitania de São Paulo, certamente com as devidas concessões ao regime absolutista (RIBEIRO, 1943). O projeto de Stockler era dessa mesma época [1812], com a proposta de escolas de quatro graus articulados, também baseado em Condorcet (SILVA, 1977).

No âmbito da Comissão de Instrução Pública (1823), não teve êxito a ideia de um sistema nacional de educação. A Memória de Martim Francisco se perdeu e, conforme projetos apresentados e discutidos, o ensino superior e a educação popular foram tratados como estruturas paralelas, refletindo preocupações e interesses distintos: de um lado, a formação de elite; de outro, a educação popular.

Por sua vez, a Comissão Constituinte, no tratamento da educação como matéria constitucional, acatou a ideia de um sistema de ensino para o Brasil, já defendida por José Bonifácio, conforme projeto encaminhado às Cortes Portuguesas em 1821. Propunha-se, então, em âmbito nacional, uma organização sistemática de educação, desde as escolas de primeiras letras às universidades (LEMBRANCAS E APONTAMENTOS ... 1821).

## Projeto Constitucional de 1823

Assim, a primeiro de setembro de 1823, a Comissão Constituinte apresentou à Assembleia o projeto de Constituição que, prevendo a difusão da instrução pública de todos os níveis, no Art. 250 dispunha: "Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais". Baseado no dispositivo análogo da Constituição Francesa de 1791, esse texto incorporava a ideia de uma organização sistemática da educação, "[...] no seu duplo aspecto de graduação das escolas e de sua distribuição racional por todo o território nacional" (SILVA, 1969, p. 192).

O Art. 251 do projeto constitucional referia-se à responsabilidade do governo em instituir leis e decretos sobre "[...] o número de estabelecimentos úteis e sua constituição".

O Art. 252 instituía, de modo genérico, a liberdade de ensino, consignada nestes termos: "É livre a cada cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que responda pelos abusos".



De acordo com o projeto constitucional de 1823, para os brancos ou supostamente brancos haveria educação escolar formal, conforme o disposto no Art. 250. Para os índios, haveria catequese e civilização e, para os negros, emancipados lentamente, haveria educação religiosa e industrial, nos termos do Art. 254.

De sentido amplamente social, esse último artigo procedia diretamente das Instruções dadas, em 1821, aos deputados paulistas, para serem seguidas junto às Cortes de Lisboa. Quando tivessem de tratar de código civil e criminal, deveriam atender "[...] à diversidade de circunstâncias do clima e estado da Povoação, composta no Brasil de classes de diversas cores, e pessoas umas livres e outras escravas" (LEMBRANÇAS E APONTAMENTOS ... 1821, p. 99).

#### LIBERDADE DE ENSINO

Dissolvida a Constituinte pelo golpe de Estado de 12 de novembro de 1823, o projeto de Constituição foi anulado, perdendo-se igualmente importantes resoluções sobre instrução pública.

Todavia, além da aprovação do projeto sobre duas universidades, projeto não sancionado, dos trabalhos da Assembleia Constituinte e Legislativa restou somente a Lei de 20 de outubro de 1823. Esta declarava em vigor, entre outros atos das Cortes Portuguesas, o Decreto de 30 de junho de 1821, permitindo "[...] a qualquer cidadão o ensino, e a abertura de escolas de primeiras letras, independente de exame ou licença". A colaboração da iniciativa privada, solicitada de maneira hábil, tivera como justificativa, além da falta de recursos públicos, a necessidade de "[...] facilitar por todos os meios a instrução da mocidade no indispensável estudo das primeiras letras". Tivera ainda a intenção de "assegurar a liberdade que todo o Cidadão tem de fazer o devido uso de seus talentos", sem prejuízos públicos.

## Constituição de 1824

Ao dissolver a Constituinte, D. Pedro I prometera uma Constituição "duplicadamente mais liberal".

O regime constitucional efetivado na Carta de 1824 representou, inegavelmente, uma conquista. Todavia, ficou muito aquém das aspirações liberais e democráticas da elite culta. O poder moderador confiado ao Soberano e a religião oficial "[...] não se compatibilizavam com o ideal de igualdade de todos os cidadãos perante a lei" (HAIDAR, 1972b, p.4).

Ainda que não claramente expressa na letra da Constituição, a ideia da educação como um direito do cidadão e como um dever do Estado saiu vitoriosa. Referente aos direitos e garantias civis, o Art. 179 postulava que a instrução primária fosse gratuita para todos os



cidadãos (item 32) e que em colégios e universidades se ensinassem os elementos das ciências, belas-letras e artes (item 33). Nesse último dispositivo, a ideia de sistema nacional de educação aparece de modo bem vago. A liberdade de ensino ou permissão para abrir escolas ficou implícita no item 24, relativo à liberdade profissional: "Nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria ou comércio pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança e saúde dos cidadãos".

## Educação na Legislatura de 1826 - 1829

O estado da educação popular pouco se alterou entre 1823 e 1826. Iniciados os trabalhos da primeira legislatura, em seis de maio de 1826, logo vieram as reclamações, os depoimentos e as propostas. Houve denúncias sobre a escassez de recursos e a precariedade do ensino nas diversas províncias do Império.

Ainda em 1826, na tentativa de realizar algo mais amplo do que o previsto na Carta de 1824, a Comissão de Instrução Pública da Assembleia Legislativa cuidou da elaboração de um plano integral de ensino público. Geralmente considerado de autoria do deputado cônego Januário da Cunha Barbosa, esse plano abrangia todos os graus escolares e todos os aspectos de sua organização e administração.

Nesse projeto de 1826, a educação nacional seria estruturada como um conjunto articulado de escolas, envolvendo estes quatro graus: *pedagogias, liceus, ginásios e academias*, sendo que o ensino dos liceus poderia, em vez de se articular com o dos ginásios, ser apenas prolongado em *escolas subsidiárias*.

O ensino no 1º grau (*pedagogias*) compreenderia os conhecimentos necessários a todos, qualquer que fosse o seu estado ou profissão: arte de escrever e de ler, princípios fundamentais de aritmética, conhecimentos morais, físicos e econômicos. As meninas seriam igualmente admitidas nas escolas de 1º grau e a sua instrução seria a mesma e simultânea.

Os mestres procurariam aproximar-se o mais possível do *método lancasteriano*, repartindo o ensino por decúrias, a fim de que os mais adiantados discípulos se exercitassem no ensino dos menos adiantados, na metade do tempo de aula, e depois recebessem eles mesmos as instruções do mestre no resto do tempo. Em cada capital de província seria criada uma escola lancasteriana, para iniciação dos professores no método.

Esse minucioso plano não passou, entretanto, de um projeto da Comissão de Instrução Pública. Apresentado à Assembleia, não chegou a ser aprovado (MOACYR, 1936, p. 148-179).

Em 1827, um outro projeto, limitado ao ensino das "primeiras letras", deu origem à Lei de 15 de outubro, a seguir especificada. Também em 1827, por Lei de 11 de agosto, foram



criados os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, os quais seriam instalados, no ano seguinte, no Convento São Francisco e no Mosteiro de São Bento, respectivamente.

Dando continuidade aos esforços de 1823, essas "leis gerais" de 1827, enquanto reveladoras de aspirações nacionais, tendiam a consagrar a estruturação de um sistema educacional muito mais favorável à formação de uma elite do que à educação popular (AZEVEDO, 1958; VILLALOBOS, 1960).

#### Lei de 15 de Outubro de 1827

A prescrição de gratuidade do ensino primário era uma "ousadia liberal" da Constituição de 1824, que provocava a maior admiração dos estrangeiros que nos visitavam (TOR-RES, 1957, apud SILVA, 1977, p.10). Segundo Silva (1977, p.10-11), "De fato, ensino gratuito para todos, custeado com dinheiros públicos, ainda era uma promessa ousada, no início do século XIX e algum tempo depois".

Os legisladores de 1826-1829 deram resposta a essa "ousadia liberal", chegando à Lei de 15 de outubro de 1827, decorrente, sem dúvida, do projeto Cunha Barbosa (1826), no que dizia respeito ao 1º grau de instrução. Determinava essa lei que: em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos deveriam existir, desde que necessárias, *escolas de primeiras letras*; além das escolas para meninos, deveriam existir também escolas para meninas; os professores fossem vitalícios, ingressando no magistério por concurso público.

Prometida pelo governo a todos os cidadãos, a escola elementar teria este currículo: escrever, ler e contar (quatro operações, decimais e proporções), geometria prática, gramática da língua nacional, moral e doutrina da religião católica. Como livros de leitura teriam preferência a Constituição do Império e a História do Brasil. Nas escolas para meninas, haveria uma variante curricular: quanto à aritmética nada mais que as quatro operações; nenhuma geometria e, em vez disso, as prendas que servem à economia doméstica. O método deveria ser o do ensino mútuo.

#### Ensino Mútuo e seus Resultados no Brasil

Já adotado no projeto Cunha Barbosa (1826), o ensino mútuo ou método lancasteriano não era uma invenção brasileira. Em Portugal, em 1815, e, no Brasil, desde 1820, já se
tomava providência a respeito de sua aplicação dadas as vantagens que poderia trazer para
a rápida e pouco onerosa difusão do ensino. Também chamado monitorial, o ensino mútuo
surgiu na Inglaterra com Bell e Lancaster, nos fins do século XVIII, expandindo-se, depois,
para numerosos países, sobretudo, França e Estados Unidos, com êxito até meados do século
XIX. Foi principalmente Lancaster quem deu um caráter sistemático à velha prática escolar
de utilizar monitores, isto é, alunos mais adiantados como auxiliares do professor. O método

foi incorporado a um sistema racionalizado de organização da escola, envolvendo técnicas didáticas, arranjo de sala de aula com dimensões adequadas para cem ou mais alunos, uso de materiais de ensino apropriados e graduação cuidadosa de conteúdos a serem aprendidos. Teoricamente o efeito multiplicador dos monitores poderia realizar-se "ao infinito" (SILVA, 1977; LARROYO, 1970; PEIXOTO, 1926).

No Brasil, os resultados do ensino mútuo não seriam os esperados pelos seus propugnadores. Conforme denúncias e reclamações constantes dos relatórios ministeriais de 1831 a 1836 (MOACYR, 1936, p. 192-200), além do mau estado em que, geralmente, se encontravam as escolas lancasterianas, faltavam prédios adequados, material didático e de professores.

O ano de 1838 marcaria o fim da história do ensino mútuo na capital do Império. Em muitas províncias ele continuaria a ser aplicado até cerca de duas décadas depois de 1838 (SILVA, 1977).

## Quadro Escolar 1822 - 1834

Algumas escolas primárias e médias de iniciativa eclesiástica e os seminários episcopais, procedentes da primeira fase do período colonial, mais as escolas menores e as aulas régias originárias da reforma pombalina, e as recentes criações de D. João VI, compunham, quanto ao ensino militar e civil, profissional e artístico, o quadro geral da instrução pública no início do Império (BITTENCOURT, 1953).

Da Independência, em 1822, à reforma constitucional de 1834, esse quadro escolar não se alterou significativamente, embora enriquecido com a criação dos cursos jurídicos (1827) e com a estruturação dos cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro em Faculdades (1832). Quanto aos estudos primários e médios, abriram-se algumas escolas de primeiras letras e, também, aulas avulsas ainda no estilo das antigas aulas régias. A Lei de 11 de novembro de 1831 havia determinado a criação de cadeiras de ensino secundário na capital e na vila mais populosa das comarcas das províncias do Brasil. O Seminário de Olinda, instituição criada, em 1800, pelo bispo Azeredo Coutinho, já decaído de seu prestígio antigo, foi transformado, em 1832, em Colégio Preparatório das Artes do curso jurídico.

A Lei Geral de 15 de outubro de 1827 fracassava em sua aplicação por motivos econômicos, técnicos e políticos. Pelo método lancasteriano ou de ensino mútuo que quase dispensava o professor, foram criadas poucas escolas, sobretudo, as destinadas às meninas; em 1832, estas não passavam de 20 em todo o território, conforme o testemunho de Lino Coutinho, Ministro do Império (AZEVEDO, 1958).

O governo central, com os encargos decorrentes de uma centralização excessiva, mostravase incapaz de cuidar da educação popular e de organizar toda a instrução pública. Era chegado o momento de o governo central dividir com as províncias as responsabilidades do ensino.



#### 1834 ATO ADICIONAL

Ao tempo da Regência (1831-1840), o Ato Adicional à Constituição do Império, de 12 de agosto de 1834, foi o acontecimento que determinou efeitos mais duradouros e amplos na política educacional brasileira.

Pela estrutura unitária do regime político-administrativo, segundo o Art. 15, n. 8, da Carta de 1824, cabia à Assembleia Geral "[...] fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las", sem qualquer restrição. Os Conselhos Provinciais só podiam formular projetos de lei que eram remetidos ao exame da Assembleia Geral. Desse modo, quanto à legislação do ensino, não havia nenhuma divisão de competências entre o governo do Império e os poderes regionais.

Como resultado da vitória das tendências descentralizadoras dominantes na época, o Ato Adicional, reformando a Constituição, transformou os Conselhos em Assembleias Legislativas Provinciais, cujas decisões teriam força de lei, se sancionadas pelo Presidente das Províncias. O Art. 10 estabelecia os casos de competência das Assembleias Provinciais para legislar.

No intuito de aliar o concurso mais direto das províncias à atuação dos poderes gerais no cumprimento da missão de instruir o povo e, assim, afastar as dificuldades que a centra-lização opunha à expansão do ensino nas províncias, o Ato Adicional, pelo § 2º do Art. 10, conferiu às Assembleias Legislativas provinciais o direito de legislar "[...] sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la". Excluía, porém, de sua competência "[...] as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral".

Assim, por esse dispositivo descentralizador (§ 2°, Art.10), ficava instituída "[...] a competência concorrente dos poderes gerais e provinciais no campo da instrução pública, o que vinha possibilitar a criação de sistemas paralelos de ensino em cada província: o geral e o local" (HAIDAR, 1998, p. 63). Mas, não foi essa interpretação que predominou. A prática acabou consagrando partilha diversa das atribuições.

De fato, após a reforma da Constituição, a atuação direta do Poder Central, no campo dos estudos primários e secundários, limitou-se ao Município da Corte; não se criaram por leis gerais quaisquer estabelecimentos desses níveis nas províncias. Por outro lado, abstiveram-se as províncias de criar estabelecimentos superiores, conservando o poder central, de fato, o monopólio dos estudos maiores (HAIDAR, 1998, p. 64).

Em benefício da instrução popular, as províncias pouco puderam fazer, pois inteiramente entregues a si mesmas, não contavam com o amparo financeiro do governo central. Além disso, havia os problemas decorrentes da descontinuidade administrativa, já que os Presidentes de Província, nomeados pelo Governo Central, sucediam-se rapidamente no po-

der. Consequentemente, as reformas provinciais do ensino, uma após outra, acabavam ficando no papel.

Quanto ao ensino público secundário, o poder central supervisionaria *diretamente* as aulas avulsas da Corte, extintas em fins de 1857, o Colégio de Pedro II, as aulas preparatórias anexas aos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda e, até certo ponto, o ensino ministrado nos seminários episcopais.

Tendo o monopólio do ensino superior, o poder central exerceria *indiretamente* o controle do ensino secundário de todo o Império, por meio dos chamados "exames de preparatórios". Tais exames habilitavam para a matrícula nos cursos superiores aqueles que não cursavam o Pedro II (HAIDAR, 1972a).

#### SURGIMENTO DE LICEUS E COLÉGIOS

Por volta de 1834, o ensino público secundário encontrava-se fragmentado em aulas avulsas de latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio, espalhadas por todo o Império. Na Corte e nas províncias, as aulas públicas providas somavam uma centena ou pouco mais. A organização dos estudos secundários havia somente em poucos seminários, de tradição jesuítica, e no Colégio criado, em 1820, pelos Lazaristas na Serra do Caraça, Minas Gerais.

A partir do Ato Adicional (1834), o panorama de educação secundária começou a modificar-se, surgindo os primeiros liceus provinciais graças à reunião de disciplinas avulsas existentes nas capitais das províncias: o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, o Liceu da Bahia e o da Paraíba em 1836.

Outros liceus provinciais foram se instalando, porém, não chegavam a alcançar o mesmo desenvolvimento dos colégios particulares de ensino secundário que floresceram como consequência do Ato Adicional.

#### COLÉGIO DE PEDRO II

O antigo Seminário de S. Joaquim, que se fundara no Rio de Janeiro, com o nome de S. Pedro, em 1739, transformou-se, por Decreto de dois de dezembro de 1837, em estabelecimento imperial de instrução secundária, para constituir o Colégio de Pedro II.

A exemplo dos colégios franceses, o Regulamento, de 31 de janeiro de 1838, introduziu os estudos simultâneos e seriados no Pedro II, organizados em um curso regular de seis a oito anos de duração. O currículo do novo colégio compunha-se de: línguas latina, francesa, grega e inglesa, a gramática nacional e a retórica, a geografia e a história, as ciências naturais, as matemáticas, a música vocal e o desenho.



O governo central propunha o Colégio de Pedro II como estabelecimento-modelo dos estudos secundários, tendo em vista nortear a iniciativa provincial que, pelo Ato Adicional de 1834, ficara com a mais completa autonomia administrativa e didática no campo do ensino primário e médio. Todavia, a nota dominante do ensino secundário brasileiro no Império seria, certamente, seu caráter fragmentário e inarticulado.

## Função Preparatória do Ensino Secundário

Com efeito, o Pedro II, os liceus provinciais e alguns colégios particulares de projeção ou seminários não foram "[...] os acidentes mais característicos da paisagem do ensino secundário brasileiro". O que deu "[...] autêntico colorido a essa paisagem" foi a "[...] preparação aos cursos profissionais superiores". Como o ensino superior era essencialmente profissional e o ensino secundário ainda não tinha objetivo formativo bem claro, "[...] somente a mais estrita e imediatista preparação ao ensino profissional superior" é que dava "[...] sentido e função" ao ensino secundário (SILVA, 1969, p. 200).

#### Exames de Preparatórios e Ensino Parcelado

Com essa função preparatória, os estudos secundários ficaram reduzidos às exigências dos exames de preparatórios, estabelecidos pelo governo central para a matrícula nas Faculdades. "Consubstanciando os requisitos mínimos necessários ao ingresso nos estudos maiores, os conhecimentos requeridos nos exames de preparatórios constituíam o padrão ao qual procuraram ajustar-se os estabelecimentos comerciais e particulares de ensino secundário" (HAIDAR, 1972a, p. 47).

Em tais circunstâncias, o ensino secundário seriado, desenvolvido em curso de duração regular, foi cedendo lugar a um ensino secundário parcelado, irregular e de curta duração. A desorganização dos estudos secundários, em razão dos exames de preparatórios, atingindo os liceus provinciais e os colégios particulares, alcançaria o Pedro II e os demais estabelecimentos de responsabilidade do governo central.

#### REFORMAS COUTO FERRAZ

Na década de 1850, na opinião de muitos, a unidade nacional estava a exigir a uniformização do ensino em todo o país. Na euforia progressista da época, reconhecia-se que a instrução carecia de "centro" e de "unidade" para que pudesse "[...] tomar o caráter de uma instituição nacional", conforme testemunho de Paranhos (1851 apud HAIDAR, 1972a, p. 27).

As primeiras medidas de organização administrativa da instrução pública e o início de um processo de uniformização do ensino vieram com as reformas realizadas pelo Ministro Couto Ferraz, a partir de 1854. A ação reformadora atingiu as Faculdades de Medicina e os cursos jurídicos, que passaram a se denominar Faculdades de Direito.

O regulamento de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, baixado com o Decreto 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854, pelo Ministro do Império do Gabinete Paraná, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, entre outras importantes providências, criou a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, órgão ligado ao Ministério do Império e destinado a fiscalizar e orientar o ensino público e particular dos níveis primário e médio na cidade do Rio de Janeiro, e estruturou em dois níveis — o elementar e o superior — a instrução primária gratuita, constitucionalmente prometida a todos. Além disso, previu um sistema de preparação do professor primário e estabeleceu normas para o exercício da liberdade de ensinar.

De aplicação restrita ao Município da Corte, o Decreto 1.331A de 1854 teve uma repercussão nacional. Atendendo ao desejo expresso do governo, então vivamente empenhado em promover a uniformização do ensino em todo o Império, procuraram os presidentes de províncias, delegados do poder central, voltar as atenções das assembleias locais para as reformas realizadas na Corte. Graças a tais esforços, as principais medidas propostas pela reforma Couto Ferraz reproduziram-se na legislação de quase todas as províncias no decorrer dos anos 1850 e 1860 (HAIDAR, 1998, p. 67).

A administração geral do ensino primário e secundário na Corte, de acordo com o regulamento de 1854, seria regida por um Inspetor Geral, com a colaboração do Conselho Diretor, composto de sete membros e de Delegados de distrito. Medidas rigorosas foram estabelecidas para o exercício do magistério público e particular. O ensino particular só poderia exercer-se com prévia autorização do Inspetor Geral, proibida a coeducação, e com relatórios trimestrais dos estabelecimentos aos respectivos Delegados. Os diretores e professores dos estabelecimentos particulares ficariam igualmente obrigados a habilitar-se perante a Inspetoria da Instrução Pública, mediante a apresentação de provas de capacidade profissional e de moralidade.

Pelo Regulamento de 1854, o ensino primário na Corte seria obrigatório, com matrícula entre cinco e 15 anos, vedada aos escravos. Nas escolas do 1º grau, de instrução elementar, o currículo compreenderia: instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais da geometria, princípios elementares da aritmética, sistema de pesos e medidas do município. A coeducação foi proibida nas escolas para o sexo feminino, haveria ainda o ensino de bordados e de trabalhos de agulha mais necessários. Nas escolas do 2º grau, de instrução superior, o currículo abrangeria também: desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, leitura explicada dos Evangelhos e notícia de História Sagrada, os princípios das Ciências Físicas e da História Natural aplicáveis aos usos da vida, geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercícios de canto, ginástica, e estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas.

Tanto na Corte como nas províncias, as escolas primárias do 2º grau, de instrução superior, não chegaram a ser criadas, ficando apenas na intenção da lei. Algumas escolas



particulares em número reduzido, sediadas na Corte e nas grandes cidades, chegaram a oferecer um ensino primário mais rico. A falta de pessoal docente devidamente habilitado, entre outras causas, impedia a ampliação e o enriquecimento do ensino elementar.

#### ESCOLAS NORMAIS

Após o Ato Adicional de 1834, além da tarefa de prover à instrução elementar, as províncias ficaram com a difícil tarefa de preparar pessoal docente para as escolas que se criassem. A primeira iniciativa foi da Província do Rio de Janeiro que, em 1835, fundou a Escola Normal de Niterói. A ela, seguiram-se, em 1836, as escolas normais da Bahia, em 1845, as do Ceará, e em 1846, as de São Paulo. Instituições semelhantes foram sendo criadas em outras Províncias, com existência efêmera e funcionamento irregular. Sua organização era rudimentar e seu currículo mal ultrapassava o nível de modestas escolas primárias (BAUAB, 1972).

À época da reforma Couto Ferraz (1854), as poucas escolas normais existentes no país, destinadas à formação de professores, encontravam-se em situação deplorável. Considerando o baixo nível do ensino normal provincial e atribuindo tal resultado à inexistência de pessoal devidamente capacitado para manter estabelecimentos dessa natureza, Couto Ferraz não criou Escola Normal na capital do país, preferiu "[...] formar em exercício, sob a supervisão de mestres experientes, o professorado para as escolas elementares da Corte" (HAIDAR, 1998, p. 67). Somente em 1880, a capital do Império teria sua Escola Normal mantida e administrada pelos poderes públicos.

#### ENSINO PROFISSIONAL

Em torno de 1860, o ensino técnico – agrícola, comercial e industrial – ainda não passava de meras tentativas e ensaios. O Liceu de Artes e Ofícios, de iniciativa privada, fundado por Bettencourt da Silva em 1856, desenvolvia-se "[...] como uma instituição artificial, transplantada para meio estranho e hostil, e mal compreendida de quase todos" (AZEVEDO, 1958, p. 83). Não havia outra escola de ensino industrial, existiam somente duas de comércio, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, no qual, em 1864, se matricularam 53 alunos, e o curso comercial de Pernambuco que, na mesma data, não excedia a 25 alunos. Quanto às escolas agrícolas, além de uma ainda em projeto, a ser criada no Rio de Janeiro, existiam duas outras, respectivamente, com 24 e 14 alunos, em 1864, nas províncias do Pará e do Maranhão. Essas escolas e outras, que depois se criaram no período imperial, não prosperaram no país por falta de recursos, de alunos e por deficiências de organização. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e os outros institutos similares, fundados na Bahia, em Pernambuco, em Sergipe, no Rio Grande, eram associações que tinham como objetivo "[...] propagar teórica e praticamente os melhores sistemas de lavoura e de exploração agrá-

ria". Entretanto, permaneciam estagnadas, "[...] sob governos apáticos e quase indiferentes" (AZEVEDO, 1956, p. 83).

Pelo Regulamento 1.331A de 1854, Couto Ferraz tentou ampliar a função dos estudos secundários, colocando-os na base de especializações técnicas. O curso do Colégio de Pedro II ficaria dividido em estudos de 1ª e 2ª classes: os primeiros forneceriam a cultura geral básica para as especializações técnicas, articulando-se com os cursos do Instituto Comercial e da Academia de Belas-Artes; os segundos, montados sobre os anteriores, preparariam para o ingresso nos cursos superiores. Inspirada no modelo prussiano das *Realschulen*, a medida não teve êxito, pois não havia no país desenvolvimento comercial e industrial que a sustentasse, como no caso dos Estados Unidos.

Em 1882, Rui Barbosa retomaria essa medida, propondo para o Colégio de Pedro II, ao lado do curso de ciências e letras, a instalação de seis cursos técnicos de nível médio – finanças, comércio, agrimensura e direção de trabalhos agrícolas, maquinistas, industrial, e de relojoaria e instrumentos de precisão –, sobrepostos a uma escola primária média. Essa proposta teria "[...] um caráter excessivamente antecipatório em face das nossas condições de país agrário, monocultor e ainda escravocrata" (SILVA, 1969, p. 213).

## ESTATÍSTICAS ESCOLARES: DISTÂNCIA ENTRE A ELITE E O POVO

No Império, dadas as características econômicas, sociais e culturais da sociedade, o trabalho manual e mecânico era desprestigiado, sendo exercido por humildes artesãos e por escravos. Daí, o número reduzido de alunos – um pouco mais de uma centena em 1864 –, esparsos por pequenas escolas comerciais e agrícolas.

Em um significativo contraste revelado pelas estatísticas, naquele mesmo ano, havia 8.600 alunos matriculados em aulas e estabelecimentos de instrução secundária, pretendendo acesso às escolas superiores e, por conseguinte, às profissões liberais (AZEVEDO, 1958, p. 82). Essa clientela procedia do patriciado rural e da pequena burguesia que procurava ascender às camadas superiores. O ideal aristocrático de educação, sendo o título de doutor um critério decisivo de classificação social, respondia pelas matrículas nos cursos superiores (AZEVEDO, 1958, p. 86-87): no decênio de 1855-64, nas duas Faculdades de Direito, a matrícula chegava a 8.036 alunos; nas duas Faculdades de Medicina, havia um total de 2.682 alunos matriculados (fora os 533 dos cursos farmacêuticos). Em 1864, a matrícula no ensino superior apresentava a seguinte quantidade de alunos: 826 nas Faculdades de Direito; 294 nas de Medicina; 154 na Escola Central; 109 na Escola Militar e de Aplicação. (A Escola Militar, novo nome da antiga Real Academia Militar, desdobrara-se nestas duas últimas escolas).

Os estabelecimentos particulares eram os que mais contribuíam para a realização dos estudos secundários necessários aos exames de preparatórios, então, exigidos para o ingres-



so nos cursos superiores. Principalmente depois do Ato Adicional de 1834, o ensino privado tomou grande impulso, suplantando em muito o ensino público, tanto em número de estabelecimentos, quanto em relação à matrícula. Em 1865, nas províncias do Ceará, Pernambuco e Bahia, havia, respectivamente, 283, 536 e 860 alunos matriculados no ensino privado, para 156, 99 e 337, no ensino público. No Município Neutro, o índice de matrículas no ensino privado subiu para 2.223, enquanto no ensino público, Colégio de Pedro II, ficou em 327. Apenas na Província de Minas Gerais, a matrícula no ensino particular era equivalente ou inferior às 638 do ensino público (AZEVEDO, 1958, p. 96-97).

Os dados relativos ao ensino secundário e superior, de um lado, e o ensino profissional, de outro, revelam a enorme distância, social, econômica e cultural que havia entre a elite e o povo, e entre as profissões liberais e o trabalho manual e mecânico.

De uma outra perspectiva, as estatísticas referentes à instrução primária evidenciam a distância que diferenciava a elite e o povo, os poucos letrados e eruditos e o enorme contingente de analfabetos. Em 1867, segundo os cálculos de Liberato Barroso, cerca de 107.500 era o total de matrícula geral nas escolas primárias em todas as províncias, para uma população livre de 8.830.000. Aproximadamente, dos 1.200.000 indivíduos em idade escolar, apenas 120 mil recebiam instrução primária, ou seja, a décima parte da população, ou ainda um indivíduo por 80 habitantes (AZEVEDO, 1958, p. 82).

## A CAMINHO DA DESOFICIALIZAÇÃO DO ENSINO

Em relatório de 1856, Couto Ferraz, o organizador, referia-se com otimismo à ação uniformizadora das províncias. Todavia, a instabilidade dos presidentes, a incapacidade e o despreparo de muitos deles, as preocupações políticas das assembleias locais, acima de seu compromisso social, e a insuficiência de recursos financeiros foram criando um clima desfavorável à instrução pública provincial. Em verdade, paulatinamente, tais fatores acabaram abrindo o caminho para a desoficialização do ensino. A expansão quantitativa da iniciativa privada também movia as províncias a liberar totalmente o ensino primário e médio. Nesses níveis, a liberdade de ensino era entendida como "[...] liberdade de abrir escolas independentemente das provas prévias de moralidade e capacidade previstas pela Reforma Couto Ferraz e igualmente consagradas nas legislações provinciais" (HAIDAR, 1972b, p. 5).

Em 1868, foi apresentado à Assembleia Geral o primeiro projeto de liberdade de ensino, assinado por Felício dos Santos, com apenas dois artigos: o primeiro instituía a mais ampla e incondicional liberdade de ensino; o segundo revogava as disposições em contrário.

Como condição básica da expansão e renovação do ensino primário e médio, a liberdade de ensino apresentava-se, também, como providência capaz de vivificar o ensino superior. Ao mesmo tempo em que se reivindicava a liberdade de ensino, condenava-se a omissão do Centro em relação ao ensino provincial. As despesas com a educação já começavam a ser vistas como o mais produtivo dos investimentos. Assim, os principais projetos de reforma da instrução pública, apresentados nas décadas de 1870 e 1880, postulavam a participação do governo central no desenvolvimento do ensino em todo o país, na forma de criação nas províncias de estabelecimentos custeados por todo ou em parte pelo governo central e concessão de auxílio financeiro a escolas criadas pelos poderes provinciais, e pela iniciativa particular.

A partir de 1870, a liberdade de ensino, cuja reivindicação englobava posições diversas, converteu-se em aspiração comum a liberais e conservadores (ALMEIDA JÚNIOR, 1956).

Paulino de Souza, Ministro do Império, conservador, acatava a liberdade de ensino no caso dos estudos superiores. Não apoiava, entretanto, o movimento favorável à eliminação das condições fixadas pela Reforma Couto Ferraz para a abertura de escolas primárias e secundárias por particulares.

Já seu sucessor, João Alfredo Correia de Oliveira, também conservador, confiante na força da iniciativa privada, aderiu fervorosamente ao movimento que reclamava maior abertura para as atividades dos particulares no ensino. Pelo projeto de 1874, de sua autoria, isentava os pretendentes ao magistério particular das provas de capacidade profissional, exigindo, como única condição para abertura de escolas, a apresentação de folha corrida de professores e diretores. Os estabelecimentos particulares, entretanto, ficariam sujeitos à fiscalização quanto à moralidade e higiene, devendo prestar às autoridades competentes as informações quando solicitadas.

## REFORMAS LEÔNCIO DE CARVALHO

Ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, com suas reformas de 1878 e 1879, não só modificou o ensino primário e secundário da Corte, mas, ainda, estabeleceu normas para o ensino secundário e superior, em todo o país.

O Decreto, de 20 de abril de 1878, alterou a estrutura curricular do Colégio de Pedro II, introduziu a frequência livre e os exames vagos (parcelados) de preparatórios aos cursos superiores e, também, isentou os alunos acatólicos do estudo da religião, modificando o juramento exigido para a concessão do bacharelado em letras, a fim de torná-lo acessível aos bacharelandos acatólicos.

O Decreto, de 19 de abril de 1879, instituiu a mais ampla liberdade para abrir escolas e cursos de todos os tipos e níveis, "[...] salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene". Qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, poderia lecionar o que quisesse, sem passar por provas de capacidade.



Dispondo a respeito do ensino em todos os seus graus, do elementar ao superior, o Decreto de 1879, segundo a síntese de Almeida Júnior (1956, p. 87):

[...] acenou com subvenções; prometeu caixas, bibliotecas e museus escolares; plantou a semente dos ginásios equiparados e das escolas normais livres. [...] Algumas de suas inovações tinham sentido realmente liberal, como a obrigatoriedade da educação primária, o auxílio em vestuário e livros aos alunos pobres, a dispensa aos acatólicos de assistirem às aulas de religião, a autorização, outorgada aos professores, de jurarem segundo a crença de cada um.

Para Almeida Júnior (1956, p. 87-88), a reforma continha "[...] novidades copiadas dos livros estrangeiros, - o ambiente social não as reclamava, ou o poder público não dispunha, na época, de forças para efetivá-las".

Muito pouco, todavia, do que constou do Decreto de 1879, foi executado. Com referência ao curso superior, como princípio vital da reforma, vingou o "ensino livre". Como a matrícula era facultativa, poderiam ser admitidos a exame todos aqueles que o requeressem. De acordo com o seu Art. 20, §6, não seriam marcadas faltas aos alunos, nem eles seriam chamados a lições e sabatinas.

De acordo com o Decreto de 1879, o ensino primário na cidade do Rio de Janeiro, município neutro, abrangeria escolas primárias de primeiro e segundo graus. Com a duração de seis anos, de frequência obrigatória para meninos e meninas dos sete aos quatorze anos, as escolas do primeiro grau introduziriam em seu currículo "noções de coisas" e, também, ginástica. A instrução religiosa seria facultativa. Quanto à coeducação: os meninos poderiam ser matriculados nas escolas femininas. Em todas as escolas do primeiro grau do sexo masculino haveria cursos noturnos. Com professores particulares contratados, haveria ensino primário ambulante (rudimentos).

Com a duração de dois anos, as escolas do segundo grau dariam continuidade às disciplinas do primeiro grau, introduzindo, além de outros conteúdos, noções gerais dos deveres do homem e do cidadão, noções de lavoura e horticultura, noções de economia social e de economia doméstica (meninas) e prática manual de ofícios (meninos).

Pelo Decreto de 1879, as Escolas Normais teriam prática do Ensino Intuitivo ou "lições de coisas", além de prática do ensino primário geral.

#### PARECERES DE RUI BARBOSA

Ao Parlamento brasileiro, Rui Barbosa apresentou dois *Pareceres* em 1882: um sobre a reforma do ensino secundário e superior e outro sobre o ensino primário. Este foi publicado apenas em 1883. Os *Pareceres* foram elaborados para servirem de subsídio à discussão do

projeto de Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e Superior em todo o Império, em substituição à reforma instituída por Leôncio de Carvalho, em 1879. Esses *Pareceres* podem ser considerados um projeto de reforma global da educação brasileira. Como um verdadeiro tratado, compreendeu praticamente todos os aspectos da educação: filosofia, política, administração, didática, psicologia, educação comparada (LOURENÇO FILHO, 1954).

Rui Barbosa fundamentou seu trabalho na análise quase exaustiva das deficiências do ensino no país e, também, no estudo da história das teorias e práticas educacionais das nações mais adiantadas, e ainda, nas contribuições teóricas dos mais eminentes educadores da época. Sua estratégia de reformador partiu de contundente desqualificação das escolas e das práticas vigentes para afirmação do novo (SOUZA, 2000).

Influenciado pelas ideias correntes no século XIX, que atribuíam fundamental importância à educação dentro da sociedade, Rui Barbosa preconizou a reforma social pela reforma da educação. Acreditava no poder da educação como meio para promover o progresso do homem e do país.

Como acontecia em alguns países europeus e nos Estados Unidos, também no Brasil, no final do século XIX, a escola popular, compreendida como instrumento de modernização por excelência, foi elevada à condição de redentora da nação.

A favor de um ensino primário obrigatório, dos sete aos catorze anos, gratuito e laico, Rui Barbosa apregoava a substituição da inócua escola de primeiras letras, voltada para o passado, pela escola primária moderna, com um ensino renovado e um programa enciclopédico, voltada para o progresso do país. A reforma do ensino primário deveria fundar, assim, uma nova realidade educacional (SOUZA, 2000).

Com oito anos de duração, a nova escola primária ficaria dividida em três graus: o elementar e o médio, cada um com dois anos, e o superior com quatro. O dia escolar teria duração de aproximadamente seis horas, das quais eram destinadas cerca de quatro horas e trinta minutos para atividades de classe, se aí fossem incluídos os exercícios ginásticos.

O elemento mais importante de toda a reforma era o *método intuitivo*, conhecido também como *lições de coisas*. Fundamentado especialmente nas ideias de Pestalozzi e Froebel, baseava-se num tratamento indutivo pelo qual o ensino deveria ir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato.

Tomar as *lições de coisas* como disciplina foi um equívoco da Reforma Leôncio de Carvalho. Trata-se, na concepção de Rui Barbosa, de um método intuitivo a atravessar todos os programas de ensino (MOREIRA, 1955). A tradução, datada de 1886, da obra de Calkins sobre Primeiras lições de coisas, escrita em 1861 e refundida em 1870, foi de Rui Barbosa.



A reorganização do programa escolar seria uma decorrência imperiosa da adoção do método intuitivo. De acordo com as ideias predominantes na época, a ampliação do programa escolar teria como princípio a educação integral: *educação física, intelectual e moral*. Indissociáveis corpo e espírito, a educação integral deveria seguir as leis da natureza e a ciência seria o melhor meio para a disciplina intelectual e moral. Essa concepção de educação integral, defendida por Spencer (1861) e compartilhada por Rui Barbosa, tornou-se a referência pedagógica norteadora da seleção dos conteúdos para a escola primária. Fundamentada em justificativas filosóficas e pedagógicas, a educação integral, acenando com uma nova cultura escolar para o povo, ampararia projeto de fundo político e social (SOUZA, 2000).

Na organização do ensino primário brasileiro, em vários Estados, se verificaria a influência de Rui Barbosa ainda depois de 1910.

#### DIFUSÃO DAS IDEIAS PEDAGÓGICAS

As duas últimas décadas do Império constituíram um período de grande efervescência de ideias, de difusão de filosofias cientificistas e liberais e, sobretudo, de valorização da educação e preocupação com a sua problemática. Entre 1873 e 1888, realizaram-se no Rio de Janeiro as *Conferências Pedagógicas*, de iniciativa do Senador Manuel Francisco Correia. Na Escola da Glória, no Largo do Machado, estiveram conferencistas ilustres, educadores, parlamentares, ministros que trataram, diante de um público interessado, dos problemas da educação, ao longo de dezoito anos. Até 1888, registraram-se um total de 50 conferências (BITTENCOURT, 1953).

Previsto para 1883, também no Rio de Janeiro, o Congresso de Instrução deveria examinar as necessidades nacionais e formular planos de ensino para o Brasil, em todos os graus. Conforme arquivo da Mesa Organizadora, Atas e Pareceres, resultantes de sessões preparatórias, foram publicados em 1884. As teses sobre ensino primário, propostas e recebidas pela Comissão do Congresso, referiam-se a temas como: classificação das escolas primárias, medidas de inspeção, disciplinas a serem ensinadas, método e programas de ensino, liberdade de ensino, coeducação, obrigatoriedade do ensino primário, educação de adultos, educação de cegos e surdos-mudos, ensino primário nos municípios rurais. Houve oportunidade de pareceres sobre Jardim da Infância (COLLICHIO, 1976).

O Congresso de Instrução não chegou a se realizar, mas a Exposição Pedagógica, prevista como parte integrante dele, ocorreu a partir de 1º de junho de 1883. Conferências efetuadas nesse evento foram publicadas em 1884.

#### COLÉGIOS E EDUCADORES DE RENOME

O ensino secundário particular, no Brasil, atingiu seu apogeu nos anos de 1860 a 1890,



multiplicando-se pelo país escolas privadas elementares, profissionais e, sobretudo, secundárias. Além dos estabelecimentos com fins comerciais, muitas foram as iniciativas de associações beneficentes ou de entidades e cidadãos desinteressados que, gratuitamente, ofereciam ensino primário e secundário.

Assim, o Colégio do Caraça, no seu segundo período de funcionamento, a partir de 1862, entrou em pleno desenvolvimento, alcançando sua "idade de ouro" entre 1867 e 1885, sob a reitoria do Pe. Júlio Clavelin.

Os jesuítas, de volta ao Brasil em 1842, abriram colégios em Santa Catarina, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, de 1845 a 1886. O Colégio S. Luís era, de início, um internato, fundado em 1867, na cidade de Itú, pelo Pe José de Campos Lara. Nesse município, prosperou até 1917, data em que foi transferido para a capital de São Paulo.

Chegaram ao Brasil, em 1883, os salesianos, de D. Bosco, desenvolvendo atividades fecundas no âmbito da educação secundária e técnico-profissional.

Como educadores laicos, cujos colégios ganharam grande projeção, distinguiram-se: Abílio Cesar Borges, Barão de Macaúbas, Joaquim José Meneses de Vieira, João Pedro de Aquino, João Estanislau da Silva Lisboa e Ernesto Carneiro Ribeiro.

Fundado em 1874, na cidade de Campinas, o Colégio Culto à Ciência logo se tornou famoso em todo o Império.

Em São Paulo, inspirada nas ideias positivistas de seus idealizadores, João Köpke e Silva Jardim, a Escola Primária Neutralidade, para crianças de sete a quatorze anos, consagrou o ensino laico, de caráter enciclopédico.

Os estabelecimentos de ensino secundário para o sexo feminino alcançaram êxito a partir de 1878. Nesse ano, Miss Eleonor Leslie Hentz fundou na Corte um colégio para meninas, reconhecido, nos primeiros anos de 1880, como um dos melhores estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro. O Colégio Progresso, também no Rio, transferido de Santa Tereza para o Engenho Velho, em 1888, ofereceu às meninas uma instrução completa, organizada em três graus, segundo o modelo americano: curso primário de primeiro e segundo graus, curso secundário e curso superior, incluindo pedagogia para as interessadas no magistério. Pelos seus modernos métodos didáticos, esse colégio foi uma das principais fontes de inspiração da reforma do ensino público proposta, em 1882, por Rui Barbosa.

Por iniciativa de missionários presbiterianos norte-americanos, foi criada, em 1870, em São Paulo, a Escola Americana, de nível elementar e frequência mista, antecessora do Mackenzie College. Graças a Horácio Lane, quando diretor da Escola, foi inaugurado, em 1880, um curso de grau médio comum aos dois sexos, no qual havia uma cadeira especial de pedagogia para os que quisessem lecionar.



Da igreja metodista americana, Miss Marta Watts fundou, em 1881, o Colégio Piracicabano (São Paulo) para meninas, oferecendo-lhes curso secundário. Em 1885, foi fundado o Colégio Americano (Porto Alegre).

### ÚLTIMAS INICIATIVAS

Com João Alfredo, Ministro do Império, em 1874, a Escola Central do Rio de Janeiro transformou-se em Escola Politécnica. E, em 1875, foi criada a escola de Minas de Ouro Preto. Ficava organizado, assim, "[...] o ensino técnico de nível superior, como D. João VI já o fizera para o ensino médico e o artístico e D. Pedro I quanto à formação jurídica" (BIT-TENCOURT, 1953, p. 51).

Como última criação da Monarquia, em 1889, inaugurou-se o Colégio Militar.

Em 1876, ao todo, 102 alunos receberam o grau de doutor; 78, o grau de bacharel; 58, o diploma de engenheiro (AZEVEDO, 1958, p. 87). Constituindo o centro mais importante da vida profissional e intelectual da nação, o conjunto de escolas superiores no Império preparou toda uma elite de médicos, bacharéis e engenheiros. Porém, a herança cultural e pedagógica do Império, do ponto de vista quantitativo, era pouco significativa.

Em 1889, para uma população de quase 14 milhões, a matrícula geral nas escolas primárias era efetuada por pouco mais de 250 mil alunos. O número de inscritos não chegava a 300 mil ou a menos da sétima parte da população em idade escolar o número de estudantes matriculados em todas as escolas dos diversos tipos e graus existentes no país (AZEVEDO, 1958, p. 111).

#### Fala do Trono 1889

Na Fala do Trono de três de maio de 1889, na sessão solene de abertura da última sessão do Parlamento do segundo Império, concentraram-se as aspirações em matéria educacional. Na oportunidade, o Imperador, D. Pedro II, sugeriu a criação de um Ministério da Instrução Pública, a fundação de escolas técnicas, a instituição de duas universidades, bem como de faculdades de ciências e letras, em algumas províncias, e vinculadas ao sistema universitário. Todo esse sistema proposto pelo Imperador se assentaria "[...] livre e firmemente na instrução primária e secundária", difundida largamente pelo território nacional (AZEVEDO, 1958, p. 110).

As amplas e ambiciosas aspirações, presentes nos *Pareceres* de Rui Barbosa (1882) e na última *Fala do Trono* (1889), "[...] não tinham para apoiá-las nenhuma mentalidade nova nem uma realidade social, maleável e plástica, nenhum surto econômico que favorecesse profundas transformações no sistema educativo" (AZEVEDO, 1958, p. 110).

Com o pronunciamento de D. Pedro II, em 1889, fechava-se o círculo das aspirações educacionais, inaugurado por D. Pedro I em 1823. Com efeito, completava-se a fase *nacional* da História da Educação Pública no Brasil, abrindo caminho ao período republicano que se caracterizaria pelos seguintes traços:

- regime de separação do Estado e igreja;
- laicismo e neutralismo escolar em matéria confessional: um passo adiante na senda da secularização do ensino;
- descentralização educacional nos quadros do federalismo republicano;
- vitória do ensino livre e esforços posteriores no sentido da organização de um sistema escolar nacional (CARVALHO, 1972, p. 3).

A República herdaria do Império a tarefa de estruturar em bases democráticas a escola pública, de estabelecer a escola primária como escola comum, aberta a todos, e de transformar a escola secundária, de escola de elite e preparatória ao ensino superior, em escola formativa, articulada à primária.



## REFERÊNCIAS .....



ALMEIDA JÚNIOR, A. Problemas do ensino superior. São Paulo: Nacional, 1956.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BAUAB, Maria Aparecida R. **O ensino normal na Província de São Paulo**: 1846 – 1889. 2v. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São José do Rio Preto, 1972.

BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, MES/INEP, v.19, n.49, p. 41-76, 1953.

BRIQUET, Raul. **História da educação**: evolução do pensamento educacional. São Paulo: Renascença, 1946.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira**: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. São Paulo, 1972. (Mimeog.)

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1971.

COLLICHIO, Therezinha Alves Ferreira. **A contribuição de Joaquim Teixeira de Macedo para o pensamento pedagógico brasileiro**. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo/ Edusp, 1972a.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. São Paulo, 1972b. (Mimeog.)

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI, Leonor Maria. A educação básica no Brasil: dos primórdios até a primeira Lei de Diretrizes e Bases. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho (Org.). **Estrutura e funcionamento da educação básica**: leituras. São Paulo: Pioneira, 1998. P. 59-101.

LEMBRANÇAS E APONTAMENTOS do Governo Provisório da Província de S. Paulo para os seus Deputados. 1821. In: ANDRADA e SILVA, José Bonifácio de. **Obras Científicas, Políticas e Sociais**. Coligida e reproduzida por Edgard de Cerqueira Falcão. São Paulo, 1965, 3v., p. 93-102.

LARROYO, Francisco. História geral da pedagogia. São Paulo: Mestre Jou, 1970, v. 2.

LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação pública. São Paulo: Nacional, 1959.

MACHADO, Martim Francisco Ribeiro D'Andrada. Memória sobre a reforma dos estudos da Capitania



de São Paulo. In: RIBEIRO, J. Querino. A memória de Martim Francisco sobre a reforma dos estudos na capitania de São Paulo: ensaio sobre a sua significação e importância. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, 1943, p. 93-109.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936-1938, v. 3.

MOREIRA, J. Roberto. Introdução ao estudo do currículo na escola primária. Rio de Janeiro: INEP/CILEME, 1955.

PEIXOTO, Afrânio. O ensino primário no Brasil em cem anos. In: Livro do Centenário da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1926, p. 463-527.

RIBEIRO, J. Querino. A Memória de Martim Francisco sobre a Reforma dos Estudos na Capitania de São Paulo: ensaio sobre a sua significação e importância. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, 1943.

SILVA, Geraldo Bastos. A educação secundária: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. A ideia de uma educação brasileira e a Lei de 15 de outubro de 1827. **Educação**. Brasília, v. 6, n. 24, p. 8-17, abr.-set. 1977.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos-Cedes**, Campinas, v. 20, n.51, nov. 2000.

VILLALOBOS, João Eduardo R. A luta pela escola pública e seu significado histórico. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). **Diretrizes e bases da educação nacional**. São Paulo: Pioneira, 1960, p. 419-435.



# A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: Primeira República (1889-1930)<sup>1</sup>

- 1. Texto originariamente publicado em PALMA FILHO, J. C. Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.
- 2. Doutor em Educação. Professor do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

#### João Cardoso Palma Filho<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto tem por objetivo apresentar, de modo sucinto, as alterações provocadas no quadro educacional brasileiro, com o advento do regime republicano, a partir de 15 de novembro de 1889.

**Palavras-Chave:** Reformas educacionais. Política educacional na Primeira República. Ciclo das reformas estaduais.

## INTRODUÇÃO

Durante o período que os historiadores denominam de Primeira República (1889-1930), também conhecido como "República Velha" ou "República dos Coronéis", o governo federal empreendeu várias reformas no campo da educação, principalmente, no que, hoje, chamaríamos de Ensino Médio e no Ensino Superior.

O eixo organizador de nossas reflexões é dado por essas reformas educacionais, realizadas neste período, na seguinte sequência: 1) Reforma Benjamin Constant (1890); Código Epitácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925), todas elas ainda na Primeira República (1889-1930) e, de algum modo, preocupadas em organizar o ensino secundário. Ainda sobre este período, discutiremos a situação do ensino primário que, desde o Ato Adicional de 1834, se encontra sobre a influência dos governos regionais, provinciais durante o Império (1822-1889) e estaduais, a partir de 1889, com a instalação da República. Também, iniciaremos a discussão das reformas realizadas durante o período que se convencionou chamar de Era Vargas (1930-1964).

Temos plena consciência de que fatos importantes estão sendo sumariamente apresentados e alguns até omitidos. Trata-se do risco que se corre com esse tipo de empreendimento que nos propomos realizar.

## I - A Reforma Benjamim Constant

O autor da reforma é um militar de formação positivista que esteve à frente do primeiro ministério criado para cuidar das questões educacionais (ministério da instrução pública e dos correios e telégrafos).

Os princípios orientadores da reforma eram: liberdade e laicidade<sup>3</sup> do ensino e gratuidade da escola primária. A organização escolar estruturava-se da seguinte forma:

- Diz-se que o ensino é laico quando não apresenta conteúdo religioso. O princípio da laicidade do ensino quer uma educação afastada do clero e da igreja.
- a) escola primária organizada em dois ciclos: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos;
  - b) escola secundária com duração de 7 anos;
  - c) ensino superior reestruturado: politécnico, de direito, de medicina e militar.

Cunha destaca que, "Além do alargamento dos canais de acesso ao ensino superior, Benjamin Constant criou condições legais para que escolas superiores mantidas por particulares viessem a conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas faculdades federais" (CUNHA, 1986, p. 172-173).

Em dois de janeiro de 1891, foram publicados dois decretos com providências nesta direção. O decreto 1.232-G criava o Conselho de Instrução Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federai, e das que lhes fossem equiparadas; de propor ao Governo Federal, os regulamentos para a inspeção dos estabelecimentos federais e das faculdades livres.

O decreto 1.232-H determinava novo regulamento para as faculdades de Direito existentes no país - a de São Paulo (Largo de São Francisco) e de Recife/Olinda -, ainda, permitia aos governos estaduais e aos particulares a fundação de escolas de Direito. Os diplomas expedidos por estas instituições teriam o mesmo valor daqueles expedidos pelas duas faculdades oficiais, desde que incluíssem nos currículos as mesmas disciplinas presentes no currículo das oficiais, se submetessem à inspeção periódica e seus exames fossem assistidos por representantes do Conselho Superior (CUNHA, op. cit., p. 155).

Em relação ao plano curricular do ensino secundário, a reforma B. Constant, sem suprimir a parte tradicional do currículo, ou seja, o estudo do Latim e do Grego, propôs que a sua parte principal fosse constituída pelo estudo das ciências fundamentais, em um curso de sete anos, na ordem lógica de sua classificação estabelecida por Augusto Comte, um dos mentores da filosofia positivista (veja anotações de aula). Desse modo, a organização curricular do ensino secundário adquiria a seguinte estruturação:



- 1º ano aritmética (estudo completo) e álgebra elementar (estudo completo);
- 2º ano geometria preliminar, trigonometria retilínea e geometria espacial;
- 3º ano geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral (limitado ao conhecimento das teorias rigorosamente indispensáveis ao estudo da mecânica geral propriamente dita);
  - 4º ano mecânica geral;
  - 5º ano física geral e química geral;
  - 6° ano biologia;
  - 7º ano sociologia e moral, e noções de direito pátrio e de economia política.

Para compor sua fisionomia enciclopédica, paralelamente a esse eixo, dispunha-se no currículo o estudo do português nos dois primeiros anos; do Inglês e do alemão do 3º ao 5º ano; do latim e do francês nos três primeiros anos; do grego no 4º e 5º anos; da geografia nos dois primeiros anos; da zoologia, da botânica, da meteorologia, da mineralogia e da geologia no 6º ano; da história natural no 6º ano; da história do Brasil e da literatura nacional no 7ª ano; do desenho, da música e da prática de ginástica nos quatro primeiros anos. Como se não bastasse, em todos os anos, estava previsto o estudo de revisão de todas as matérias anteriormente estudadas que, no 7º ano, ocuparia a maior parte do horário escolar. Obviamente, a organização proposta por B. Constant, nem chegou a ser seriamente ensaiada, uma vez que o seu elevado intelectualismo e sua grandiosidade excediam a capacidade de aprendizagem dos adolescentes.

O plano de estudos proposto por B. Constant, além das razões expostas, não foi levado a sério, pela falta de interesse que despertou nos alunos, por contrariar a concepção preparatória do ensino secundário, além do que era totalmente inexequível. Assim é que já no primeiro ano da sua implantação, vozes de protesto se levantavam pedindo a sua imediata revogação. (SILVA, 1969, p. 222).

### II - O CÓDIGO EPITÁCIO PESSOA - 1901

A reforma curricular proposta pelo Ministro do Interior (Justiça e Educação) do governo Campos Sales (1898-1902), Epitácio Pessoa, que mais tarde viria a ser Presidente da República (1918-1922), novamente acentua a parte literária do currículo do ensino secundário. Na prática, assumia que o curso secundário passava a ser um mero preparatório para ingresso nas Faculdades existentes na época. Entre outras medidas, reduzia para seis anos o curso secundário, que era de sete anos, de acordo com a reforma B. Constant.

Geraldo Bastos Silva, um estudioso da matéria, assim se refere às mudanças propostas:

A reforma Epitácio Pessoa, de 1901, assinalava nova fase na evolução do ensino secundário brasileiro, em seguimento ao período iniciado pela reforma B. Constant. Comparada com esta última, ela não é apenas uma nova reforma, mas, sobretudo, representa mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país. Essa mudança se retrata em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. Mas, também em relação ao currículo e a outros aspectos da organização didática do ensino secundário, a reforma E. Pessoa teve o sentido do encerramento do ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário (SIL-VA, 1969, p. 258).

Entretanto, fracassou a tentativa de dar ao ensino secundário um sentido próprio, uma vez que o mesmo continuará funcionando como um curso preparatório ao ensino superior. A equiparação ao Colégio Pedro II de todas as escolas do país que ministrassem ensino secundário e a consequente fiscalização federal não alcança o objetivo de torná-lo um ensino com um fim em si mesmo, uma vez que os educandos continuam a vê-lo apenas como um degrau de preparação imediata ao exame de habilitação ao ensino superior. (SILVA, op. cit., p. 263).

#### III - A REFORMA RIVADÁVIA CORRÊA -1911

A cinco de abril de 1911, o Marechal Hermes da Fonseca, então Presidente da República, promulgou o Decreto 8.659, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, elaborado pelo seu ministro do Interior, Rivadávia da Cunha Corrêa, que ficou conhecida como a reforma que desoficializou o ensino brasileiro. Essa medida já fora anteriormente adotada por ocasião da Reforma de Leôncio de Carvalho em 1879, feita em nome da liberdade de ensino - princípio caro ao liberalismo - que, nessa época, começava a influenciar a educação brasileira ao lado do credo positivista, ambos em competição com a doutrina católica. Argumentava-se que era preciso dar aos particulares, de forma ampla, o direito de ensinar. Este direito, diga-se de passagem, nunca lhes fora negado, uma vez que, durante o Império (1822-1889), o ensino secundário, na sua maior parte, esteve em mãos dos

particulares, leigos ou religiosos. Curiosamente, os positivistas, que sempre defenderam um Estado forte, passaram a fazer coro, em matéria de educação, com os liberais.<sup>4</sup>



Rivadávia Correa era de formação positivista e seguidor do político gaúcho Pinheiro Machado.

Segundo Luiz Antônio Cunha: "As justificativas apresentadas a essa reforma evocavam as antigas e reiteradas críticas à má qualidade do ensino secundário" (CUNHA, 1986, p. 163). Os principais destaques da reforma:

O ensino passa a ser de frequência não obrigatória;

Os diplomas são abolidos;

São criados exames de admissão às Faculdades (uma espécie de vestibular), que são realizados nas próprias instituições de ingresso dos candidatos.

Essas medidas propiciaram a proliferação de cursos sem qualidade, unicamente preocupados em formar bacharéis e doutores. No dizer de Silva: "A crer em certos testemunhos, o resultado da liberdade de ensino não foi diferente daquele facilmente previsível: a caça ao diploma, por uma clientela ávida de ascensão social ou pouco disposta a um esforço sério de justificação das posições sociais herdadas" (SILVA, 1969, p. 269).

Como consequência, foram desastrosos os resultados da reforma iniciada em 1911. Tão desastrosos que a mesma acabou revogada parcialmente em 1915, pelo ministro do Interior Carlos Maximiliano.

#### IV - A REFORMA CARLOS MAXIMILIANO – 1915

Talvez, esta tenha sido a reforma educacional mais inteligente realizada durante toda a Primeira República. De formação liberal, Carlos Maximiliano afasta-se da orientação de Epitácio Pessoa - rigorosa uniformização do ensino -, uma vez que estava mais preocupado em melhorar a qualidade do ensino secundário, bastante combalido pela desastrada e inoportuna reforma levada a efeito por Rivadávia Corrêa. Todavia, Carlos Maximiliano se preocupou apenas com a função de preparatório ao ensino superior que, ainda, era o que os estudantes e seus familiares esperavam do ensino secundário.

Essa concepção de ensino não poderia ser diferente, uma vez que em um país de analfabetos, onde a maioria da população sequer tinha acesso ao ensino primário, acabava sendo perfeitamente normal que os poucos a conseguir chegar ao ensino secundário, apenas o fizessem com o intuito de poder ingressar no ensino superior. Daí, também, a preferência pelos exames de parcelados, herdados do Império e que, ainda, fizeram muito sucesso durante toda a Primeira República, constituindo-se, aliás, em um grande obstáculo à consolidação do ensino secundário.

Silva afirma que foi uma reforma inteligente pelo fato de que procurou manter das reformas precedentes o que nelas houvesse de progressivo e fosse conciliável com a experiência anterior. Assim, da Lei Rivadávia conserva-se o exame de admissão às escolas superiores; do Código Epitácio Pessoa, o ensino seriado e a redução do currículo; da Reforma B.

Constant, a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais; e da relativamente longa experiência do ensino secundário brasileiro, os exames preparatórios (SILVA, 1969, p. 274).

Essa reforma é ainda responsável pela criação da primeira Universidade Brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, resultante do agrupamento em uma única instituição da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de uma escola livre de Direito.

## V - A REFORMA JOÃO LUIZ ALVES/ROCHA VAZ – 1925

Trata-se de um prolongamento e de uma ampliação das medidas preconizadas por Carlos Maximiliano em 1915, portanto, de uma reforma de consolidação da anterior e que preparou o terreno de modo definitivo para a implantação de um ensino secundário seriado, que marcará o fim dos exames de parcelados a partir dos anos 1930.

Desse modo, procurou dar ao ensino secundário um caráter de ensino regular, capaz de preencher funções mais amplas do que a mera preparação fragmentária e imediatista aos cursos superiores. Entretanto, essa é uma situação que só se consolida com as reformas empreendidas a partir de 1930, já no governo do Presidente Getúlio Vargas.

Com as medidas adotadas pelos ministros João Luiz Alves e Rocha Vaz, o ensino secundário passa a ser seriado, como já salientado, com a duração de seis anos, sendo o último ano um curso de Filosofia. Tem por finalidade fornecer preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja a profissão a que se dedicasse posteriormente o estudante. A conclusão do 5º ano já dava direito ao prosseguimento de estudos em nível superior, desde que, claro, o estudante fosse aprovado nos vestibulares. Aos concluintes do 6º ano, será atribuído o grau de bacharel em ciências e letras.

## VI - A SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

No que diz respeito à educação elementar (ensino das primeiras letras/ensino primário), a República manteve a situação criada pelo Ato Adicional de 1834. Dessa forma, apenas os estados da federação em melhores condições econômicas realizavam algumas transformações de vulto no ensino primário, da qual a reforma empreendida por Caetano de Campos, em São Paulo, acaba sendo um bom exemplo.

De acordo com Reis Filho (1981, p. 50): "O princípio pedagógico que orienta o pensamento de Caetano de Campos é o da educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica". Campos é um livre pensador, fortemente influenciado pelos ideais liberais de sua época, à época ardorosamente pregados por Rui Barbosa. Como assinala, mais uma vez, Reis Filho: "[...] seu pensamento é fruto da vulgarização das obras dos naturalistas, historiadores



e filósofos que no fim do século XIX europeu, utilizaram os conhecimentos científicos para combater a metafísica escolástica" (REIS FILHO, 1981, p. 50). Na memória encaminhada ao governador do Estado, propõe a seguinte estrutura vertical para o ensino público:

- 1. Jardim de Infância para crianças de 4 a 6 anos de idade.
- 2. Escola de 1.º grau (primário) para crianças de 7 a 10 anos de idade.
- 3. Escola de 2.º grau para pré-adolescentes de 11 a 14 anos de idade.
- 4. Escola de 3.º grau para adolescentes de 15 a 18 anos de idade.

Ao discorrer sobre temas de educação. Caetano de Campos mostra-se muito sintonizado com o pensamento pedagógico de sua época, demonstrando uma "[...] crença nos métodos e processos de ensino (...) quase mística" (REIS FILHO, 1981, p. 55), chegando a afirmar na carta que enviou ao governador do Estado, Prudente de Morais, que os métodos de ensino estão agora transformando "[...] em toda parte o destino das sociedades" (REIS FILHO, op. cit., p. 55). Também é grande sua admiração por Pestalozzi<sup>5</sup> (1746-1827), pensador iluminista, adepto das idéias de Rousseau<sup>6</sup> e que propunha a reforma da sociedade pela educação das camadas populares da sociedade, que também dava grande importância ao desenvolvimento do psiquismo da criança.

Pestalozzi, ao lado de Rousseau, é considerado um dos precursores da escola nova, movimento que muito irá influenciar as reformas educacionais do ensino primário em nosso país a partir da década de 1920. Criou o chamado método pedagógico intuitivo que rapidamente se difundiu por toda Europa e Estados Unidos. (REIS FILHO, 1981, p. 59).

5. Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) nasceu em Zurique, na Suíca. Está entre os grandes pedagogos do século XVIII, mas há divergências sobre o papel que desempenhou no campo pedagógico. Assim é que, para Gadotti (História das Idéias Pedagógicas, p. 91), o mesmo "queria a reforma da sociedade através da educação das classes populares". Já para Aníbal Ponce (1898-1938), pensador argentino, em sua obra "Educação e Luta de Classes" 1981 p.143), "O camponês conservador e tímido que existia em Pestalozzi não queria nada com mudanças e revoltas. Mais pomposo do que Rousseau, e mais declamador, Pestalozzi, gostava de falar também em fundar escolas de "homens". Mas, admitia que existiam tantos homens e tantas educações quanto classes e como a ordem social havia sido criada por Deus, o filho do aldeão deve ser aldeão, e o filho do comerciante, comerciante. Nenhuma educação teve o caráter mais manso do que a de Pestalozzi. A sua bondade sofria, certamente, com a sorte dos explorados, especialmente com a dos camponeses, que tão de perto conhecia. Mas, ele nunca pretendeu outra coisa a não ser educar os pobres para que estes aceitassem de bom grado a sua pobreza. As idéias pedagógicas e a concepção de educação de Pestalozzi estão expostas na sua obra "Leonardo e Gertrudes". Na parte final deste texto, propõe: "um código completo de reformas sociais para uso dos senhores ilustrados que desejassem assegurar a felicidade dos seus camponeses". Ainda sobre Pestalozzi, há um texto introdutório de Dora Incontri: Pestalozzi - educação e ética, editado pela Editora Scipione (1996). Neste texto, encontra-se um capítulo dedicado à influência de Pestalozzi na educação brasileira.

A partir de 1893, ainda de acordo com Reis Filho, o ensino primário, gratuito e leigo passou a ser estruturado em dois níveis: o preliminar e o complementar, mas apenas o primeiro era obrigatório dos 7aos 15 anos e facultativo até os 16 anos (REIS FILHO op. cit., p.116). A

legislação editada, a partir de 1892, previa ainda que seriam criadas escola preliminares em todas as localidades onde houvesse de vinte a quarenta alunos matriculáveis. Previa também a criação de escolas mistas nas localidades onde houvesse apenas 20 alunos matriculáveis de ambos os sexos, mas havia uma restrição para os meninos que fossem matriculados em escolas mistas que era a de não possuir mais de dez anos de idade.

Quanto ao currículo, o curso elementar previa as seguintes matérias de estudo: Leitura e dedução de princípios de gramática; escrita e caligrafia; cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; geometria prática (taximetria) com as noções necessárias para suas aplicações à medição de superfície e volumes; sistema métrico e decimal; desenho à mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; geografia do Brasil, especialmente, a do estado de São Paulo; noções de física, química e história natural, nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens; leitura de música e canto; exercícios ginásticos e militares, trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo.<sup>7</sup>

6. Jean Jacques Rousseau merece destague entre os iluministas, entre outros motivos, por ser um divisor de águas entre a escola tradicional e a escola nova, da qual é um dos mais ilustres precursores. De acordo com Bogdan Suchodolski, em seu livro: "A pedagogia e as correntes filosóficas (1972 p.50): "[...] a pedagogia de Rousseau foi a primeira tentativa radical e apaixonada de oposição fundamental à pedagogia da essência e de criação de perspectiva para uma pedagogia da existência. Para Suchodolski, a essência e a existência constituem o conflito fundamental dentro do pensamento pedagógico moderno e contemporâneo. A pedagogia da essência é representada, principalmente, pela filosofia de Platão e pelo Cristianismo. Um traco marcante da pedagogia da essência, decorrente em grande parte do seu apego ao pensamento platônico, está no fato de desprezar tudo que é empírico no homem e em torno dele, "[...] e conceber a educação como medidas para desenvolverem no homem tudo o que implica a sua participação na realidade ideal, tudo o que define a sua essência verdadeira, embora asfixiada pela sua existência empírica"( 1972 p.29). Ainda de acordo com o pedagogo e filósofo polonês: "O cristianismo manteve, transformou e desenvolveu a concepção platônica. Realçou ainda com mais força a oposição de duas esferas da realidade verdadeira e eterna por um lado, aparente e temporal por outro (1972, p.30). Embora o Renascimento tenha desenvolvido mais ainda a concepção pedagógica da essência, foi também o berço que gerou as primeiras reações a essa pedagogia. É durante o Renascimento que surgem concepções filosóficas que defendem aos homens o direito de viverem de acordo com o seu pensamento. Surgem obras sobre a vida humana, "[...] que descrevem não o que o homem deve ser (concepção essencialista), mas aquilo que é na realidade" (1972, p. 52). Esse é o tom, por exemplo, da obra literária de Rabelais (1490-1553) e Montaigne (1553-1592). Ainda que, de modo tímido e vago, nestes textos já aparece a idéia de uma pedagogia da existência, mais tarde aprofundada por Rousseau. Para Gadotti (História da Idéias Pedagógicas, p. 87): "Rousseau resgata primordialmente a relação entre a educação e a política. Centraliza, pela primeira vez, o tema da infância na educação." A concepção que Rousseau tem da educação está exposta em sua obra "Emílio ou da educação". Em síntese, depois de Rousseau, a pedagogia não será mais a mesma.

7. Artigo 5° do Decreto nº 248, de 18 de julho de 1894.

Por fim, assinale-se ainda nesse período a criação do Grupo Escolar, a reforma da escola normal e a criação das escolas noturnas, instaladas em todo lugar onde houvesse frequência provável de 30 alunos e que não se dirigiam "[...] primordialmente para a alfabetização, mas tinha intenções profissionalizantes" (REIS FILHO, op. cit., p. 121).

Quanto ao magistério, Reis Filho observa que: "[...] comparando-se com a situação do professor no Império, as condições de trabalho e o nível salarial melhoraram durante o período estudado neste trabalho" (REIS FILHO, op. cit., p. 124).



Tem razão o autor, pois a legislação da época, além de assegurar uma boa remuneração para os professores que possuíssem o curso normal, realizava concursos periódicos e facultava aos professores normalistas que quisessem completar seus estudos a possibilidade de fazê-lo com o recebimento dos vencimentos sem as gratificações. Era também assegurada à aposentadoria com vencimentos integrais para os que contassem com trinta anos de tempo de serviço.

Os professores foram particularmente valorizados durante a administração de Cesário Mota Júnior (1893-1897), uma vez que esse administrador com visão de estadista, considerava

"[...] que sem o auxílio do professorado a reforma do ensino não atingiria seus objetivos e, nesse campo, a República não realizaria seus fins" (REIS FILHO, op.cit., p.123). Bons tempos aqueles!

8. É importante lembrar que a legislação trabalhista e o direito à aposentadoria para todos os trabalhadores urbanos só seria implantada nos idos de 1940.

Entretanto, os dados referentes à matrícula efetiva de alunos, no período que vai de 1892 a 1897, mostram um progresso muito lento, em grande parte devido à falta de professores para assumirem classes nas escolas criadas, tanto na administração do Presidente do Estado Campos Sales, quanto de Bernardino de Campos.

Concluindo essas breves considerações sobre a reforma educacional empreendida pelo poder público paulista no início da República (1890-1896) é importante destacar alguns dos pontos levantados pela pesquisa feita pelo professor Casemiro dos Reis Filho:

1. Para os educadores que estiveram à frente dessa reforma, entre outros, Caetano de Campos, Gabriel Prestes e Cesário Mota Junior, "[...] a educação consistia no mais eficiente instrumento para a construção de um Estado republicano democrático" (REIS FILHO, op.cit., p. 178).

Essa crença exagerada nas possibilidades da educação, sem se preocupar com transformações sociais mais profundas na sociedade brasileira, característica do ideário liberal dessa época, é típica de uma sociedade que vive um momento de "[...] passagem do sistema agrário comercial para o sistema urbano industrial" (FAUSTO, 1978, p. 97). Conforme Nagle, é o entusiasmo pela educação que viria a ser seguido na década de 1920 pelo que chamou de otimismo pedagógico (NAGLE, 1976, p. 95).

2. Há nas reformas empreendidas no Estado de São Paulo, uma clara relação entre ensino e política, consubstanciada na afirmação de que "[...] a instrução pública bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que cabia ao governo o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento" (REIS FILHO, 1981, p. 179).

Esse elemento político da reforma educacional também é ressaltado por Nagle (1976, p. 97), que vê o ideário liberal dessa época centrado em dois elementos, "[...] em torno dos quais girava a luta para alterar o status quo: representação e justiça". (NAGLE, op. cit., 97).

- 3. A análise do quadro curricular proposto mostra a influência de Comte e Spencer, com a introdução do estudo das ciências que acaba por redundar em um estudo enciclopédico. Como assinala Reis Filho: "Acreditava-se que pelo domínio do conhecimento científico, pela posse das verdades reveladas pela ciência, formar-se-ia o homem perfeito e o cidadão completo" (1981, p. 180).
- 4. A reforma nas suas diferentes fases procura colocar o ensino elementar ministrado no estado de São Paulo no mesmo nível do ensino vigente nos Estados Unidos e na Europa.
- 5. A reforma criou um modelo de organização dos estudos, no caso o grupo escolar, que significou um grande avanço no processo de melhoria da qualidade do ensino oferecido pelo governo do estado de São Paulo.

## VII - A SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA DÉCADA DE 1920

A crônica falta de professores fez com que, em 1920, Sampaio Dória propusesse ao Presidente do Estado de São Paulo importante reforma do ensino primário. Reforma que é seguida por propostas semelhantes em diferentes estados da federação, tendo à frente Fernando de Azevedo, em 1928, no antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro); Anísio Teixeira, 1925, na Bahia; Lourenço Filho, 1923, no Ceará; Francisco Campos e Mário Casassanta, 1927, em Minas Gerais; Carneiro Leão, 1929, em Pernambuco; e Lourenço Filho, em 1930, em São Paulo. Data também dessa fase, o Inquérito realizado por Fernando de Azevedo, em 1926, para avaliar as condições da educação no estado de São Paulo, com o patrocínio do jornal *O Estado de São Paulo*.

Essas reformas, resultantes do ensino primário e normal, foram propostas dentro do espírito liberal e no quadro já mencionado do chamado entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico. De um modo geral, preocupam-se em ampliar as oportunidades educacionais e renovar os métodos de ensino nos termos do movimento da Escola Nova.

As reformas foram lideradas por um grupo de pessoas que, a partir dos anos 1930, tiveram participação ativa nos movimentos de renovação educacional, iniciado com a publicação do "Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova", em 1932. Trata-se de propostas de mudança no campo educacional, originárias do clima de discussões gerado pelo "entusiasmo pela educação" que superestimaram o papel da educação no processo de renovação social do Brasil. Advém disso a denominação de "otimismo pedagógico" dado a esse ciclo de reformas estaduais que teve, na reforma realizada em São Paulo, em 1920, por Sampaio Dória, um marco inicial importante e que, no dizer de Heládio Antunha, ao:



[...] sacudir o marasmo estão existente em São Paulo, constituiu-se num dos fatores que mais contribuíram, certamente, em conexão com outras manifestações renovadoras surgidas em outros pontos do país, para o início da mudança dos rumos da educação brasileira, a qual iria adquirir uma nova dimensão com reformas logo mais empreendidas por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Francisco Campos e outros em diferentes estados. É importante lembrar que, sendo o ensino primário até essa época um assunto da exclusiva alçada estadual e fugindo a União a comprometer-se com o seu desenvolvimento, o movimento de São Paulo deve ter contribuído, pelo menos como um brado de alerta, para tornar a educação primária uma questão nacional inclusive sob o ponto de vista da segurança do país e de suas instituições – e para facilitar o progressivo interesse da administração federal nesse domínio" (ANTUNHA, 1967).

O fato é que, ao propor essa reforma do ensino primário para o Estado de São Paulo, Sampaio Dória buscou respostas para a situação aflitiva que vivia a educação nesse momento em São Paulo. Esta se caracterizava pela existência de apenas 231 mil vagas nas escolas para uma população em idade de matrícula escolar de 380 mil crianças. Esse dado evidencia, aliás, o fracasso, pelo menos quanto à ampliação das oportunidades educacionais, das reformas empreendidas no início da República para a educação paulista. Se de um lado, com as medidas implementadas, a partir de 1890, houve uma sensível melhoria na qualidade do ensino primário, de outra parte, este não estava disponível para todas as crianças, na faixa de idade – de 7 a 12 anos – da matrícula escolar.

Desse modo, entendia Sampaio Dória, não se estava cumprindo o dispositivo constitucional da obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Assim, para enfrentar tal situação, Dória propõe a redução do ensino primário obrigatório e gratuito para dois anos e fixa a faixa etária a ser atendida em nove e dez anos de idade e concentra os programas existentes para atender à nova situação. Justifica a sua proposta na mensagem que envia ao Presidente do Estado em 1920, da seguinte forma:

Dar instrução a alguns e não a todos é profundamente injusto; é tratar com diferença aos filhos, para os quais foi assentado o lema de igualdade; é criar o privilégio da instrução; é alimentar uma classe de instruídos ao lado de uma casta de ignorantes; é inconscientemente estabelecer a inferioridade de uns sobre outros desde a meninice, e com isso fazer dominadores e servis, cidadãos ao lado de escravos, é tudo isso que não é democrático nem republicano (DÓRIA, 1920, p. 93).

Embora possa ter inspirado outros movimentos reformistas, como já assinalado, esta reforma não teve similar na época e teve curta duração, principalmente, em razão da tenaz oposição feita pelo magistério paulista que, desde o início, se colocou contra ela.



# Considerações Finais

Como vimos, com a descentralização da educação, mantida pela República, voltada para os setores populares e criada pelo Ato Adicional de 1834, apenas, alguns estados brasileiros conseguiram realizar algum progresso em relação à educação primária da população. De fato cresceu a matrícula neste nível de ensino. De acordo com os dados apresentados por Leôncio Basbaum, em 1989, a matrícula geral de alunos correspondia a 12% da população em idade escolar, em 1930, esse percentual subia para 30% (BASBAUM, 1962, p. 283).

#### Como assinala Ribeiro:

No início da República, a melhora não foi apenas quantitativa, uma vez que data daí a introdução do ensino graduado, com o aparecimento dos primeiros "grupos escolares" ou "escolas-modelo". Mas, ainda em 1907, o tipo comum de escola primária é a de um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de adiantamento (RIBEIRO, 1993, p. 85).

Também são contraditórias as pressões sociais, como discute Ribeiro, pois ao mesmo tempo em que clamam por abertura de escolas, impõem limites, como ficou, aliás, claramente demonstrado na reforma feita por Sampaio Dória, em São Paulo, no início dos anos 1920, ou seja, amplia-se a matrícula em detrimento da quantidade de anos de escolarização obrigatória oferecida.

Esse comportamento social por parte das forças sociais em jogo mereceu de Kessel a seguinte apreciação:

Já então as transformações econômicas e sociais do país e a tomada de consciência de nosso atraso em matéria de educação atuam no sentido da contínua expansão do ensino primário. Porém, aquela tomada de consciência, em muitos administradores, processa-se na direção de abaixar o nível de aspiração com referência à duração e qualidade da escolaridade – seria melhor dar 4 ou 3 anos de escola a muito, alfabetizando-os, do que um ensino mais longo e de melhor nível a poucos; e a expansão dificulta os problemas de aperfeiçoamento da organização, e acentua a repetência e evasão escolar, que se mede por números como os seguintes: de 1.100.129 alunos que ingressaram na 1ª série em 1945, somente 90.657 conseguiu ser aprovado na 3ª série em 1947, e aprovados na 4ª série, em 1948, 54,297. (SILVA, 1969, p. 319).

Romanelli oferece uma explicação plausível para a existência desse quadro até início dos anos 1930, nos seguintes termos:

[...] os fatores atuantes na organização e evolução do ensino, quais sejam o sistema econômico, a herança cultural, a demanda social de educação e o



sistema de poder permaneceram durante o período que antecedeu a década de 20, integrados na formação de um complexo sócio-econômico-político-cultural que fez com que a educação ofertada à população brasileira correspondesse às reais exigências da sociedade então existente (ROMANELLI, 1997, p. 45).

Ainda de acordo com essa autora, a demanda por recursos humanos, dada à manutenção do modelo econômico agrário exportador, não fazia grandes exigências à organização escolar brasileira. Situação que se agravava em razão de que: a herança cultural havia sido criada a partir da importação de modelos provenientes da Europa; a estratificação social, predominantemente dicotômica na época colonial, havia destinado à escola apenas parte da aristocracia ociosa. Essa demanda social de educação, mesmo quando englobou no seu perfil os estratos médios urbanos, procurou sempre na escola uma forma de adquirir e manter *status*, alimentando, além disso, um preconceito contra o trabalho que não fosse o intelectual. Enfim, todos esses aspectos se integravam. Pode-se afirmar que a educação escolar existente, com origem na ação pedagógica dos Jesuítas, correspondia às exatas necessidades da sociedade como um todo. A função social da escola era, então, a de fornecer os elementos que iriam preencher os quadros da política, da administração pública e formar a "inteligência" do regime.

Pode-se observar, assim, que não há defasagem entre educação e desenvolvimento nessa época, ou seja, é possível pensar numa ausência de defasagem entre os produtos acabados oferecidos pela escola e a demanda social e econômica de educação (op. cit., p. 45/46).

Mesmo no terreno da expansão quantitativa das oportunidades educacionais, o esforço feito na Primeira República não foi suficiente para compensar o crescimento da população em idade escolar. Embora entre 1900 e 1920 tenha havido um crescimento significativo da população que sabe ler e escrever, que saltou de 3.380.451 para 6.155.567, o percentual dos que não sabiam ler e escrever permaneceu o mesmo, ou seja, 65%, passando de 6.348.869 em 1900 para 11.401.715 (FERNANDES, 1966, p. 47).

Portanto, este é o quadro educacional que Getúlio Vargas irá encontrar ao assumir a Presidência da República, levado que fora ao poder pelo movimento vitorioso de 1930.

#### REFERÊNCIAS .....



ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. A reforma de 1920 da Instrução Pública no Estado de São Paulo. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1967.

BASBAUN, Leôncio. **História sincera da República**: de 1889 a 1930. 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1968.



CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã** – da Colônia à Era Vargas. 2.ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

DÓRIA, Antonio de Sampaio. **Recenseamento Escolar**, [s.l.: s.d.], 92 p. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Alarico Silveira, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, pelo Sr. Dr. Antonio de Sampaio Dória, Diretor Geral da Instrução Pública.

FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Editora Ática, 1985.

KESSEL, Moisés. A evasão escolar no ensino primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 56, p. 53.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: E.P.U/MEC, 1976

NAGLE, Jorge. Educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira.** v. II, t. III, São Paulo: DIFEL, 1978.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 2. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

REIS FILHO, Casemiro dos. A educação e a ilusão liberal. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira** – a organização escolar. 13. ed. rev., ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil – 19. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária**: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, vol. 94).

SUCHODOLKI, Bogdan. A pedagogia e as grandes correntes filosóficas. Lisboa, Horizonte, 1972.



# IA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1930 A 1960: A ERA VARGAS¹

#### João Cardoso Palma Filho<sup>2</sup>

- 1. Este texto foi publicado originariamente em PALMA FILHO, J. C. (organizador). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74.
- 2. Doutor em Educação (Supervisão e Currículo) pela PUC de São Paulo. Pós-Doutorado em Política Educacional pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professor Titular da disciplina Sociedade, Estado e Educação no Instituto de Artes da UNESP. Membro Titular do Conselho Estadual de Educação.

Resumo: O texto de forma contextualizada analisa as principais consequências para a educação brasileira, advindas do movimento revolucionário de 1930 que pôs fim a República Velha, ou como ainda era conhecida, "República dos Coronéis". Com a chegada de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, sede do Governo Federal, acaba a "política do café com leite". No primeiro período da denominada "Era Vargas", que vai de 1930 a 1937, o autor discute as seguintes ações: Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931), também conhecida como Reforma Francisco Campos, então Ministro de Estado da Educação e da Saúde Pública; Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932); Constituição Federal de 1934 e Projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil. No segundo período, que inicia em 1937 e termina em 1945, o texto discute os seguintes temas: Constituição Federal de 1937; Leis Orgânicas do Ensino; Organização do Ensino Técnico; O ensino primário e o Curso Normal, concluindo com uma análise da Constituição Federal de 1946.

**Palavras-Chave:** O governo Vargas. Política Educacional. Leis Orgânicas do Ensino. Constituição Federal de 1934, 1937 e 1946.

# INTRODUÇÃO

Uma das consequências mais importantes da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida no ano de 1929, foi a impossibilidade do governo brasileiro de continuar sustentando a política econômica, adotada a partir de 1910, em relação ao café. Este fato, somado a uma série de outros descontentamentos, de que fora palco a nação brasileira durante o período de 1920 a 1930, culminou na chamada Revolução de 1930, tendo à frente o político gaúcho Getúlio Vargas.<sup>3</sup>

3. Getúlio Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Em 1907, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Porto Alegre. Dessa data até 1930, elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense, deputado estadual, deputado federal, tendo sido líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. De 1926 a 1927, foi Ministro da Fazenda de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul de 1927 a 1930. No ano de 1929, candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, assumiu a liderança do movimento revolucionário de 1930 que depôs o presidente Washington Luís. Em consequência, em novembro deste mesmo ano assume o Governo Provisório (1930-1934). Em novembro de 1933, instalou-se na cidade do Rio de Janeiro, a Assembléia Nacional Constituinte que, ao promulgar



# As Transformações Da Educação No Governo Vargas (1930-1945)

Foram muitas as iniciativas tomadas por Getúlio Vargas durante o governo provisório (1930-1934) no terreno da educação. Em 14 de novembro de 1930, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos.

Normalmente, os historiadores dividem o período que Vargas esteve à frente do governo federal em duas fases: 1930-1937, que corresponde ao que se convencionou chamar de 2ª República; e 1937-1945, conhecida como 3ª República.

a nova Constituição em julho de 1934, elege Getúlio Vargas presidente da República para o período 1934-1938. Em 1937, alegando a existência de um plano comunista, conhecido como Plano Cohen, com apoio militar fechou o Congresso Nacional e instalou o Estado Novo. Mais tarde, descobriu-se que o Plano Cohen era uma farsa, tendo sido elaborado por um militar integralista, Olympio Mourão Filho que, aliás, em março de 1964, lidera o golpe militar contra o presidente João Goulart, sublevando tropas militares aquarteladas em Minas Gerais. Com o fechamento do Congresso Nacional em 10 de novembro de 1937, Vargas outorga uma nova Constituição Federal. Nos termos dessa Constituição redigida por Francisco Campos e que ficou conhecida com a "polaca", por ter se inspirado na Constituição fascista da Polônia, Getúlio Vargas passa a controlar os poderes Legislativo e Judiciário. Durante os 15 anos que governou o Brasil (1930-1945), criou o moderno Estado Nacional, orientando-se para uma intervenção do Estado na economia. Esse período é conhecido também como época do nacional-desenvolvimentismo que se caracterizou pelo desenvolvimento econômico do país, com sustentação na indústria voltada para a substituição das importações. Afastado do poder em 1945, por um golpe militar, volta ao poder em 1951, após ter saído vitorioso nas eleições realizadas em outubro de 1950, quando derrota o Brigadeiro Eduardo Gomes e o político mineiro, Cristiano Machado.

# A EDUCAÇÃO NA 2<sup>a</sup> REPÚBLICA (1930-1937)

Os principais acontecimentos no campo educacional ou com repercussão no setor educacional foram:

- a) Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.
- b) Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931)
- c) Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932).
- d) Constituição Federal de 1934.
- e) Projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil.

#### A Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior

Ao baixar o decreto 19.851 em 11 de abril de 1931<sup>4</sup>, o ministro da educação Francisco Campos traçou novos rumos para o ensino secundário<sup>5</sup> e para o ensino superior. A finalidade do ensino secundário está muito bem expressa na exposição de motivos que acompanhou o decreto da reforma:



- 4. Ao todos foram seis decretos: a) Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que cria o Conselho Nacional de Educação; b) Decreto nº 19.851, já mencionado; c) Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; d) Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do Ensino Secundário; e) Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o ensino comercial, regulamente a profissão de contador e dá outras providências, e f) Decreto 21.241, de 14 de abril de 1931, que consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.
- 5. O ensino secundário correspondia ao que hoje se denomina ensino de 2º grau ou ensino médio. À época, tinha a finalidade de preparar para o ingresso no curso superior.
- A referência bibliográfica completa é a seguinte: Francisco Campos. *Exposição de motivos*, p. 3 e
   Ministério da Educação e da Saúde Pública. Rio de Janeiro. 1931.

[...] a finalidade do ensino secundário é, de fato, mais ampla do que a que se costuma atribuir-lhe. Via de regra, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezando-se, assim, a sua função eminentemente educativa que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas (CAMPOS, 1931)<sup>6</sup>.

Nos termos do decreto 19.851, o ensino secundário é organizado em dois segmentos. O primeiro deles, com a duração de cinco anos, corresponde ao ensino ginasial, ao qual se segue o curso complementar com a duração de dois anos, com caráter de especialização, subdividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico. Essa organização, na prática contrariava o que fora dito na

exposição de motivos, anteriormente transcrita, pois continuava percebendo o ensino secundário como preparatório para o curso superior. Acrescente-se, ainda, o fato de que o conteúdo curricular continuava a serviço de uma elite intelectual, que se pretendia formar. Este descompasso entre a política de desenvolvimento industrial empreendida por Vargas e

a reforma educacional proposta pelo seu Ministro da Educação encontra explicação no fato de que os setores conservadores ligados ao campo sofreram derrota apenas parcial com a Revolução de 1930 e ainda têm muita força no interior do governo, principalmente, no Ministério da Educação.

7. O currículo escolar era organizado em torno das seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Física, Química, História Natural e Desenho.

Cabe lembrar que a indicação de Francisco Campos para a pasta da Educação contou com forte apoio da igreja católica, a partir de uma liderança prestigiosa do catolicismo, representado pelo intelectual Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Desse modo, Vargas procurava atrair o apoio do clero católico. Tanto é que concordou com o fim do ensino laico, facilitando, com sua interferência, a volta do ensino religioso católico, principalmente, no ensino primário.

Ora, esses setores não tinham interesse na construção de um sistema nacional de educação pública, razão pela qual, a reforma nada propõe em relação ao ensino primário e à educação popular. A preocupação em reorganizar o ensino fica restrita ao curso superior

e ao secundário, ou seja, Francisco Campos passa ao largo das novas exigências educacionais colocadas pelo processo de industrialização que Vargas pretende alavancar ao adotar o modelo econômico do nacional-desenvolvimentismo, como afirma Romanelli na seguinte passagem:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina consequentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

Essa baixa demanda por educação encontra sua explicação no predomínio do setor agrário na economia brasileira. Acrescente-se, ainda, o fato de que esse setor utiliza formas anacrônicas de produção. Outros fatores são a baixa densidade demográfica da população brasileira e a incipiente urbanização do país (ROMANELLI, 1999, p. 60).

Embora elitista e de cunho conservador, no dizer de Romanelli (1999. p. 135), a reforma criou uma situação muito diferente da que existia em relação ao ensino secundário. Nesse sentido, estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental com a duração de cinco anos e outro complementar, com dois anos de duração e a exigência de habilitação nesses ciclos para o ingresso no ensino superior. Ainda, criou a inspeção federal e equiparou todos os estabelecimentos de ensino secundários oficiais ao Colégio Pedro II, dando a mesma oportunidade aos colégios secundários particulares, desde que se sujeitassem à inspeção federal recém-criada. Para isso, criou a carreira de inspetor de ensino; estabeleceu normas para o exercício

da atividade docente e seu registro junto ao Ministério da Educação<sup>8</sup>.

8. Esse registro foi abolido em 1998 pelo Ministro da Educação Paulo Renato Souza.

Por fim, cabe assinalar que o caráter elitista, não é devido apenas ao conteúdo curricular enciclopédico, que obviamente acabava por favorecer os alunos vindos das camadas superiores da pirâmide social, mas também ao sistema de avaliação dos estudos criado pela mesma reforma. Sobre esse aspecto da reforma, assim se expressa Romanelli:

O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas

e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Ambos os decretos<sup>9</sup> estabeleciam, por seus artigos,um

9. Decreto 19.890, arts. 36, 37 e 38, e Decreto 21.141, arts. 36, 37, 38, 39, 40 e 41.



processo de avaliação altamente seletivo. Para uma média de 10 disciplinas anuais, estavam prescritas em lei, para cada disciplina: a) uma argüição mensal; b) uma prova parcial a cada dois meses; c) um exame final. A nota final seria a média das notas mensais de argüição, das provas parciais e do exame final de cada disciplina. Isso tudo equivalia, aproximadamente, para o ano todo, 80 argüições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que durante o período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula. Vê-se, portanto, que não se tratava de um sistema de ensino, mas de um sistema de provas e exames. E é evidente que o aluno que conseguisse varar ileso o sistema, ao longo dos seus 5 ou 7 anos de duração, era realmente privilegiado (ROMANELLI, 1999, p. 137).

# Manifesto Dos Pioneiros Pela Educação

Os anos de 1930 são marcados por intensa disputa ideológica no campo político, econômico e, como não poderia deixar de ser, também, no âmbito educacional. Trata-se de uma conjuntura que não é apenas brasileira. Na Europa, assiste-se à consolidação do fascismo na Itália, do stalinismo na URSS e à ascensão do nazismo na Alemanha.

Essa situação na Europa não poderia deixar de influenciar os ânimos também em nosso país, particularmente, no campo político e na esfera educacional. Assim é que, no campo político, rivalizam-se a ANL (Aliança Nacional Libertadora), sob a principal influência dos comunistas liderados por Luiz Carlos Prestes, o cavaleiro da esperança, e a AIB (Ação Integralista Brasileira), sob a liderança de Plínio Salgado e com forte apoio da igreja católica.

Essa divisão no campo político repercute no âmbito educacional. De um lado, estão intelectuais liberais, socialistas e comunistas, alguns deles, protagonistas de reformas educacionais em seus estados de origem<sup>10</sup>, agrupados em torno do movimento conhecido como Escola Nova; de outro lado, católicos e conservadores

de diferentes matizes ideológicos, reunidos em torno de um projeto conservador de renovação educacional.

10. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, entre outros.

As divergências concentram-se, basicamente, ao redor de quatro pontos:

- Obrigatoriedade para todos do ensino elementar.
- Gratuidade desse mesmo ensino.
- Currículo escolar laico. 11
- Coeducação dos sexos.

- 11. Sobre o princípio educacional do ensino laico, consulte-se o Saiba Mais ao final do texto.
- 12. Adoção de um mesmo currículo escolar para meninos e meninas em classes mistas.

Inconteste é o fato de que a igreja católica não aceitava perder a grande influência que ainda detinha no campo educacional.



Reunidos na Conferência Nacional de Educação, convocada no mês de dezembro de 1931 e instados por Vargas a apresentarem diretrizes para a elaboração de um projeto educacional para o país, os dois grupos não chegaram a um acordo. Diante da ocorrência, 26 participantes encarregam Fernando de Azevedo de escrever o que ficou sendo conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". Esse episódio mereceu de Romanelli o seguinte comentário:

Quando se reuniu em dezembro de 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima, nem condições para atender o pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado "Ao Povo e ao Governo". Surge, pois, o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", publicado em 1932 (ROMANELLI, 1999, p. 144).

#### O CONTEÚDO DO MANIFESTO DOS PIONEIROS

O Manifesto não é apenas um documento preocupado em estabelecer um diagnóstico do quadro educacional brasileiro. Há nele uma proposta de criação de um sistema nacional de educação, consubstanciado num esboço geral de um programa educacional, do qual se extrai os principais pontos:

- "I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme nas necessidades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:
- a) A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;
- b) Cabe aos estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidos na Constituição e em leis ordinárias pela União, a quem compete a educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenadora e estimuladora pelo Ministério da Educação.
- c) O sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com suas aptidões naturais; única para todos, e leiga, sendo a educação primária (7



a 12 anos) gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até os 18 anos e à gratuidade em todos os graus.

II. Organização da escola secundária (12 a 18 anos) em tipo flexível de nítida finalidade social, como escola para o povo, não preposta a preservar e transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum (3 anos), as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preferência manual e mecânica (cursos de caráter técnico).

III . Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessidade variedade de tipos e escolas: de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas); Industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); De transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia industrial.

IV. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação

*Profissional* para o estudo prático do problema de orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.

V. Criação de Universidades, de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tríplice função que lhes é essencial, elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos: à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada; à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino); à formação de profissionais em todas as profissões de base científica; à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todo os meios de extensão universitária.

VI. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica)

Destinados à manutenção e desenvolvimento da educação em todos os graus e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma porcentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos municípios.



VII. Fiscalização de todas as instituições particulares de ensino que cooperarão com o Estado, na obra de educação e cultura, já com função supletiva, em qualquer dos graus de ensino, de acordo com as normas básicas estabelecidas em leis ordinárias, já como campos de ensaios e experimentação pedagógica.

VIII. Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós-escolares: para a defesa da saúde dos escolares, como os serviços médico e dentário escolares (com função preventiva, educativa ou formadora de hábitos sanitários, e clínicas escolares, colônias de férias e escola para débeis), e para a prática de educação física (praças de jogos para crianças, praças de esportes, piscinas e estádios); para a criação de um meio escolar natural e social e o desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação social (como as caixas escolares, cooperativas escolares etc.); para a articulação da escola com o meio social (círculos de pais e professores, conselhos escolares) e intercâmbio interestadual e internacional de alunos e professores; e para a intensificação e extensão da obra de educação e cultura (bibliotecas escolares fixas e circulantes, museus escolares, rádio e cinema educativo).

IX. Reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino, em todos os departamentos, de tal maneira que todos esses serviços possam ser:

a) executados com rapidez e eficiência, tendo em vista o máximo de resultado com o mínimo de despesa; estudados, analisados e medidos cientificamente, e, portanto, e rigorosamente controlados no seu resultado; e constantemente estimulados e revistos, renovados e aperfeiçoados por um corpo técnico de analistas e investigadores pedagógicos e sociais, por meio de pesquisas,inquéritos, estatísticas e experiências.

X. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais e formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objetivo a organização da escola unificada, desde o Jardim da Infância à Universidade, em vista da seleção dos melhores, e, portanto, o máximo de desenvolvimento dos normais (escola comum), como o tratamento especial de anormais, subnormais (classes diferenciais e escolas especiais)". (AZEVEDO, s.d. p. 88-90 apud RIBEIRO, Maria Luisa Santos, 1993, 108-110).



# A Constituição Federal De 1934

No dia 16 de julho de 1934 foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. De acordo com texto constitucional, Getúlio Vargas era eleito para um período de 04 anos. De um modo geral, a Constituição concilia interesses diversos. De um lado, atende os liberais constitucionalistas, quando estabelece eleições livres, voto secreto, o voto feminino e cria o Tribunal Eleitoral. De outra parte, agrada também aos tenentes, que embora enfraquecidos ainda detêm parte do poder, quando estabelece um certo dirigismo estatal na economia, quando cria a justiça do trabalho, a previdência social e estabelece as bases para o surgimento do salário mínimo (CUNHA, 1981, p. 27).

O enfraquecimento dos tenentes se dá em grande parte devido à dissidência liderada por Luiz Carlos Prestes, que nesta época já havia aderido ao Partido Comunista do Brasil e, em 1935, vai ser o presidente honorário da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e, em novembro do mesmo ano, participa de um movimento para a derrubada de Getúlio Vargas.

No plano educacional, a Constituição de 1934 adota boa parte do ideário político educacional presente no "Manifesto dos Pioneiros", consagrando todo um capítulo às questões educacionais. Os principais pontos são:

- O artigo 5º estabelece como competência privativa da União a elaboração de diretrizes e bases para a educação nacional.
- O artigo 149 afirma ser a educação direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo poder público. Afirma ainda ser finalidade da educação, desenvolver a solidariedade humana.
- O artigo 150 remete várias competências à União: a) fixar o plano nacional de educação que deve compreender todos os graus de ensino. Deve ainda coordenar a sua execução; b) determinar as condições para o reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino, exercendo sobre eles a devida fiscalização; c) organizar e manter nos Territórios sistemas educativos apropriados aos mesmos; d) manter no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) ensino secundário e complementar deste, superior e universitário; e) suprir as deficiências dos sistemas estaduais de ensino.
- O ensino primário deverá ser integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos. O ensino posterior ao primário deverá tender à gratuidade
- Nos estabelecimentos particulares, o ensino deverá ser ministrado no idioma pátrio, com exceção ao estudo das línguas estrangeiras.
- É assegurado o reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino, desde que assegurem aos seus professores estabilidade na função enquanto bem servirem e uma remuneração condigna.



- Cabe aos Estados e Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos respectivos territórios.
- É criado o Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, com o fim de elaborar o Plano Nacional de Educação que deverá ser aprovado pelo poder legislativo.
- O ensino religioso, antes proibido, passa a ser de matrícula facultativa, devendo ser ministrado de acordo com o credo religioso do aluno, sendo matéria do horário de aula das escolas.
- O artigo 156, disciplina pela primeira vez num texto constitucional, a questão do financiamento da educação, nos seguintes termos: 1) A União e os Municípios deverão aplicar nunca menos de dez por cento em educação; os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.
- São ainda criados fundos que, em parte, destinarão auxílios aos alunos deles necessitados. A União deverá também reservar pelo menos vinte por cento do que destinar à educação, para o ensino na zona rural.
- Os cargos do magistério serão preenchidos mediante a realização de concursos públicos de títulos e provas (artigo 158).

# A Constituição Federal De 1937

Com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, com apoio militar, implanta o que denominou de Estado Novo, na prática uma ditadura. O pretexto, como não poderia deixar de ser, mais uma vez, foi o perigo comunista. Pura invencionice. Os comunistas estavam presos e os soltos encontravam-se na mais dura clandestinidade, sem nenhuma possibilidade de ação concreta. O Congresso Nacional foi fechado. O ditador passou a governar através de Decretos-leis. Estabeleceu-se a mais dura censura nos meios de comunicação e foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que passou a interferir em todas as manifestações culturais. Francisco Campos elaborou o texto da nova Constituição, em grande parte, inspirado na constituição fascista da Polônia. Enfim, cria-se um estado corporativista.

Um capítulo especial para a educação e a cultura (artigos 128 a 134) é mantido. Entretanto, a obrigação do Estado em matéria de educação fica muito modesta. Assim é que, logo de saída, o artigo 128 afirma ser "dever do Estado *contribuir*, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outras favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino." Desaparece a exigência de um plano nacional de educação. A



obrigação do poder público é, apenas, para aqueles que demonstrarem insuficiência de recursos para se manter numa escola particular. Nesse sentido, o ensino profissional passa a ser a principal obrigação do Estado em matéria de educação e destina-se "às classes menos favorecidas" (artigo 129). Aliás, a leitura na íntegra desse artigo não deixa margem a dúvidas:

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma adequação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (CAMPANHOLE e CAMPANHOLE, 1978, p. 452).

Como observa Romanelli (op. cit., p. 153): "Aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva."

#### LEIS ORGÂNICAS DO ENSINO

A partir do ano de 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema dá início à publicação de vários decretos-lei. Quatro decretos são editados durante o Estado Novo: a) Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), c) Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e d) Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

Após o golpe militar que derrubou Vargas (1945), durante o Governo Provisório presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), foram publicados mais quatro decretos-lei: a) Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); b) Decreto-lei 8.530, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal); c) Decreto-lei 8.621 e 8.622, em 10 de janeiro de 1946, criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e d) Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

Com essa legislação, o Governo Vargas explicita firme intenção de estruturar o ensino técnico profissional e quando cria o SENAI convoca o empresariado nacional a participar dessa empreitada.

#### A REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Em relação ao ensino secundário são poucas as modificações, este continua sendo um curso preparatório para o ingresso no ensino superior, embora o discurso oficial buscasse disfarçar essa intenção. Na ocasião da edição da Lei Orgânica para o Ensino Secundário, assim se pronunciava o Ministro Gustavo Capanema:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, em ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais, da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino (NU-NES, 1999, p. 102).

O ensino secundário ficava estruturado em dois níveis: ginásio, com a duração de quatro anos, ao qual se seguia o colégio com a duração de três anos. Este, não mais subdividido em três ramos, mas sim, em dois (científico e clássico). Alguns estudiosos entendem que, dessa forma, se atenuava o caráter de preparatório ao vestibular (CHAGAS, 1978, p. 53). Em termos de conteúdo, clássico e científico são muito parecidos. Há, apenas, uma diferença de ênfase; no científico dá-se mais atenção às Ciências Naturais e no clássico, às Humanidades. Na prática, fica "tudo como dantes no quartel de Abrantes", quem ingressa no curso colegial, está mesmo de olho nos vestibulares. Se cursou o clássico, encaminha-se para o curso de Direito ou para um dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; se vem do científico, dirige-se ao vestibular para o curso de Medicina, Odontologia, Farmácia ou Engenharia. A preferência dos alunos era pelo curso científico, visto este ter um currículo mais adequado que prepara para qualquer tipo de vestibular (Chagas, op. cit., p. 53).

Em palestra proferida para inspetores do ensino secundário, no ano de 1954, assim se expressava Anísio Teixeira sobre o ensino secundário:

A escola secundária brasileira sempre foi, no passado, uma escola preparatória. Preparava os candidatos ao ensino superior; como escola de "preparatórios", tinha objetivos determinados e uma clientela determinada. A clientela era a que se destinava ao ensino superior; e os objetivos, os de fornecer o que, na época, se chamada de cultura geral. Tal escola secundária, como aliás a escola secundária de todo o mundo, sendo preparatória para o ensino superior, não visava a dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir,mas, simplesmente, a ministrar uma educação literária, que era toda a educação que a esse tempo se conhecia (TEIXEIRA, 1999, p. 175).

O Decreto-lei previa ainda que o egresso do curso primário deveria submeter-se ao exame de admissão para ingresso no curso ginasial.



Nunes (op. cit., p. 106) aponta como aspectos positivos da Reforma Capanema em relação à Reforma Francisco Campos, "a diminuição do ginásio para quatro anos, o maior interesse dado ao ensino da História e da Geografia do Brasil e da América."

# A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

A estruturação definitiva dos cursos técnicos profissionalizantes, destinados às camadas populares, é mérito indiscutível da reforma educacional empreendida pelo Ministro Gustavo Capanema, como, aliás, vimos estava estabelecido pela Carta Constitucional outorgada por Getúlio Vargas, em 1937. O ginásio e colégio secundários às "elites condutoras"; o ensino técnico-profissionalizante, "às massas a serem conduzidas". Tudo certinho, só faltou combinar com o povo que continuou sem escola na sua grande maioria, e os que conseguiam furar o bloqueio do exame de admissão ao ginásio, evidentemente, preferiam o curso secundário, pois apenas esse dava acesso ao curso superior. Este aspecto da legislação educacional dos "tempos Capanema" é, aliás, altamente discriminatório em relação às camadas populares e consagrava o já conhecido "dualismo" do sistema educacional brasileiro, muito bem caracterizado por Anísio Teixeira na feliz expressão: "de um lado a escola para os nossos filhos, de outro, a escola para os filhos dos outros"

Do ponto de vista organizacional, o ensino técnico nos seus três ramos seguia o padrão adotado para o ensino secundário: ginásio técnico (4 anos) e colégio técnico (3 anos). Assim como já ocorrera com a reforma do ensino secundário, também no ensino técnico, a tônica era a rigidez da organização dos diferentes ramos e a permanência de certos anacronismos que vinham desde o período colonial e foram mantidos pela reforma Francisco Campos. Assim é que, para cursar o ginásio técnico, também se exigia do candidato que fosse aprovado no exame de admissão.

De acordo com Romanelli, essa exigência descabida, em um país que para industrializar-se necessitava de mão-de-obra qualificada, era uma clara indicação da sobrevivência da mentalidade aristocrática, "que estava aplicando ao ensino profissional, que deveria ser o mais democrático dos ramos de ensino, os mesmos princípios adotados na educação das elites" (ROMANELLI, op. cit., p. 156).

#### O ENSINO PRIMÁRIO E O CURSO NORMAL

Embora detalhadas ainda durante o Estado Novo, a reforma do ensino primário e a do curso normal foram publicadas no ano de 1946, portanto, já com o ditador fora do poder e em um merecido repouso na sua estância em São Borja, Rio Grande do Sul.

O artigo 130 da Constituição de 1937 estabelecia que:

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matriculo, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Como bem observa Ghiraldelli Jr. (2003):

Com o artigo 130 o Estado Novo forneceu indícios de não desejar carrear os recursos públicos provindos dos impostos para a democratização das oportunidades de educação para a população. Pelo contrário, deixou transparecer a intenção seguinte: os mais ricos, diretamente, deveriam financiar a educação dos mais pobres. Institucionalizou-se, assim a escola pública paga e o *donativo* obrigatório através da caixa escolar (GHIRALDELLI JR., 2003, p. 83).

Importante destacar que o ensino primário, ao longo de mais de cem anos, não fora objeto de nenhuma atenção especial por parte do Governo Federal<sup>13</sup>, uma vez que ficara sob a responsabilidade dos governos regionais, desde o Ato Adicional de 1834.

13. A última lei geral sobre o ensino elementar data de 1827 e foi uma iniciativa do Deputado Januário da Cunha Barbosa, que no projeto previa a educação como dever do Estado, a criação de escolas por todo o território nacional e a graduação do processo educativo, ou seja, criação de um sistema educacional com diferentes níveis de ensino (Ribeiro, 1993, p. 46)

De acordo com o Decreto-lei nº 8.259, promulgado a 2 de janeiro de 1946, o ensino primário ficava dividido em duas categorias: 1) o ensino primário fundamental e 2) o ensino primário supletivo. O ensino primário fundamental subdividia-se em: a) primário elementar com a duração de quatro anos e primário complementar com a duração de um ano. Ambos destinavam-se a crianças de 7 a 12 anos.

De acordo com Romanelli (1999, p. 161), a criação do ensino primário supletivo foi fundamental para a diminuição das taxas de analfabetismo ao longo das décadas de 40 e 50 do século XX. Mas este não é o único aspecto positivo da reforma do ensino primário. O clima de liberdade e de livre expressão do pensamento, que sucede com o fim da ditadu-

ra Vargas, acabou por favorecer uma reforma do ensino primário mais adequada à realidade brasileira e aos anseios dos educadores, porque resgatou boa parte das idéias pedagógicas presentes no "Manifesto dos Pioneiros". Assim é que o ensino primário, deveria orientar-se segundo os seguintes princípios:

14. De acordo com os Censos Demográficos, a população de adolescentes e adultos analfabetos alcançava 59% (13,2milhões) em 1940; 53% (15,2 milhões) em 1950; 39% (18,8 milhões) em 1960 e 33% (17,9 milhões) em 1970.(Chagas, op. cit., p. 75)



[...] desenvolvimento sistemático e graduado adequado aos interesses da infância; do ponto de vista didático centrar-se nas atividades do próprio educando; apoiar-se nas realidades do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização; revelar as tendências e aptidões dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido do bem-estar individual e coletivo; inspirar-se, em todos os momentos, no sentimento de unidade nacional e fraternidade humana; desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social (ROMANELLI, op. cit., p. 161).

Para que esses princípios pudessem ser alcançados, os artigos 39 e 41 do Decreto-lei estabeleciam a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Os artigos 24 e 25 previam a descentralização desse mesmo nível de ensino. Obrigatoriedade, gratuidade e descentralização eram princípios caros aos "pioneiros pela educação nova".

O artigo 25 determinava, ainda, que Estados, Territórios e Distrito Federal organizassem seus sistemas de ensino, mediante as seguintes providências:

- Planejamento dos serviços de ensino, em cada ano, de tal modo que a rede escolar primária satisfaça as necessidades de todos os núcleos da população (princípio da universalização do ensino elementar);
- Organização para cumprimento progressivo, do plano de construções e aparelhamento escolar;
- Preparo do professorado e do pessoal da administração, segundo as necessidades do número das unidades escolares e de sua distribuição geográfica (ROMANELLI, op. cit., p. 161).

Mas, para que tudo isso pudesse tornar-se realidade, era necessário prover os recursos financeiros necessários. Para tanto, o Decreto-lei em seus artigos 45, 46, 47 e 48 estipulava qual deveria ser a contribuição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o Fundo Nacional do Ensino Primário e as normas de redistribuição desses recursos pela União.

Por fim, os artigos 25, itens "c" e "d" e os artigos 34, 35 e 36 cuidam da formação de professores, da carreira, da remuneração e das normas para o preenchimento dos cargos na carreira do magistério.

A ausência de professores habilitados nos cursos normais para o exercício da docência era particularmente grave. De acordo com Werebe (1963), apesar do aumento no número de escolas normais, continuava crescendo o número de professores leigos no ensino primário. Segundo a mesma autora, em 1940, havia 40% de professoras leigas, percentual que sobe para 47% no ano de 1957. Neste ano, para um total de 183.056 professores havia 85.684 leigos (FERNANDES, 1966).

Apesar de todas essas boas intenções presentes na legislação educacional, particularmente no tocante ao ensino primário, a realidade desse ensino teimava em não mudar. Essa constatação mereceu de Florestan Fernandes (1966), o seguinte comentário: "em suma, a distância em relação ao passado é mais aparente que real, na esfera da educação escolarizada" (FERNANDES, 1966 apud ROMANELLI, 1999, p. 163). Outro não é o desabafo de Anísio Teixeira quando dizia que, na educação brasileira, havia grande distância entre os valores proclamados e aqueles que eram de fato realizados.

#### O Ensino Normal

O primeiro curso normal, no Brasil, foi fundado, em 1835, na escola pública, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, outras escolas foram surgindo. Até o ano de 1880, havia sido criada uma dezena delas. A partir da República, multiplicaram-se pelo país afora. Em 1950, eram em número de 540.

A criação e organização das escolas normais, a exemplo do que acontecia com o ensino primário, era de responsabilidade dos governos estaduais. O Decreto-lei nº 8.530 estabelecia uma série de normas que deveriam ser observadas pelos cursos normais em todo o território nacional. O ensino normal passava a ter as seguintes finalidades:

- Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
- Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas;
- Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (ROMANELLI, op. cit., p. 164).

Além das Escolas Normais foram criados os Institutos de Educação. O Curso Normal, a exemplo dos demais cursos profissionalizantes, ficou organizado em dois ciclos: a) 1º ciclo (Formação de Regentes); b) 2º ciclo (Formação de Professor Primário). Quanto ao currículo,

no 1º ciclo predominavam as matérias de educação geral. No 2º havia um maior equilíbrio entre as disciplinas de educação geral e aquelas relacionadas com a formação profissional (Metodologia do ensino primário, sociologia educacional, psicologia educacional, história e filosofia da educação, prática de ensino, etc.). <sup>15</sup>

15. Para aprofundar o conhecimento sobre essa matéria, consulte, neste caderno, o texto de autoria da professora Jane Soares de Almeida: A formação do docente ao longo da história da educação brasileira.

Nos anos de 1940 e 1950 houve uma expansão acelerada dos cursos normais, quer funcionando isoladamente, quer abrigados nos Institutos de Educação, particularmente, no Estado de São Paulo. Uma das razões desse incremento da matrícula nos cursos de formação de professores decorreu do fato de que, a partir de 1954, esses cursos foram equiparados aos demais cursos de nível médio e o concluinte, portanto, podia prestar exame vestibular para ingresso em qualquer curso superior. Desse modo, o curso se descaracteriza como mo-



dalidade profissionalizante, o que de resto iria acontecer também com os demais cursos de formação profissional.

# A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946

A Carta Constitucional de 1946 inspirou-se no ideário liberal e democrático. Além de um capítulo dedicado à educação (artigos 166 a 175), essa Carta contém outros dispositivos que interessam diretamente à educação. Assim é que o artigo 141, § 5°, declara livre o pensamento sem que dependa de censura prévia. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. De acordo com o parágrafo 7° do mesmo artigo: "é inviolável a liberdade de consciência e crença...", e o parágrafo 8° declara que: "por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos". O artigo 168 garante a "liberdade de Cátedra". O artigo 173 estabelece que "As ciências, as letras e as artes são livres".

Nos termos do artigo 5°, inciso XV, volta a integrar o texto Constitucional, dispositivo presente na Constituição de 1934, e que fora revogado pela Carta do Estado Novo que afirma ser competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional 16.

16. Em cumprimento a este dispositivo constitucional, o Ministro da Educação do Governo Dutra, Clemente Mariani, em 1948, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educacional, que somente no ano de 1961 se converteria na nossa primeira LDB, sob o nº de Lei 4.024.

Nos termos do artigo 168, a legislação de ensino adotará os seguintes princípios educacionais:

I – O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II – O ensino primário oficial é gratuito para todos, o ensino ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III – As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para seus servidores e os filhos destes<sup>17</sup>; IV – As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem para seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores.

No período de vigência desse texto constitucional (1946 a 1967), o Brasil passou por profundas transformações sócio-econômicas, caracterizado por um surto contínuo de desenvolvimento industrial que veio consolidar as iniciativas tomadas durante o período que Getúlio Vargas esteve à frente do governo (1930-1945).

17. Em 1964, já no regime militar, com a criação do Salário Educação, as empresas poderiam optar entre manter o ensino ou recolher o Salário Educação, que incidia sobre a folha de pagamento da empresa.



Como não poderia deixar de ser, esse conjunto de transformações na base material da sociedade criou novas necessidades para o setor educacional que, todavia, não respondeu de modo satisfatório a essas novas demandas da sociedade, como, aliás, ficou demonstrado pelo estudo das reformas educacionais que fizemos ao longo desse período.

Como teremos oportunidade de abordar no texto: "A educação brasileira nos últimos quarenta anos: de JK a FHC, a própria LDB de 1961, sob esse aspecto, também muito deixou a desejar". Apesar da mudança visível na composição do alunado que adentrava o ensino público, principalmente aquele posterior ao ensino primário, a legislação permanecia conservadora e elitista, criando inúmeros obstáculos ao progresso dos alunos na escola. Essa é, aliás, uma realidade que só começa a mudar a partir dos anos de 1980.

Nesse sentido, os dados estatísticos são eloquentes: em 1959, a matrícula no ensino médio particular está em torno de 700 mil alunos, contra pouco mais de 370 mil no ensino público. Dez anos mais tarde, a situação está invertida: mais de 2 milhões de estudantes estão cursando o ensino médio em estabelecimentos públicos contra 1,5 milhão no setor privado.

Em síntese, a legislação educacional do período, apesar de alguns avanços, não soube traduzir em ações os princípios liberais democráticos presentes, tanto no texto constitucional de 1934, quanto no de 1946.

### Referências.....



CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. Todas as Constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1978.

CAMPOS Francisco, Exposição de motivos. Ministério da Educação e da Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1931 p. 3 e 5.CHAGAS, Valnir. **Educação br**asileira: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois? São Paulo: Edição Saraiva, 1978.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo.** São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1981. (Educação Contemporânea)

FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

GHIRALDELLI JR., Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. Barueri (SP): Editora Manole, 2003.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino secundário e sociedade brasileira.** São Cristóvão (SE): Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 13. ed. rev. e ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993.



ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino brasileiro**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

# A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 1960-2000: DE JK A FHC<sup>1</sup>

#### João Cardoso Palma Filho<sup>2</sup>

- 1. Este texto, com ligeiras modificações, foi originariamente publicado em: PALMA FILHO, J.C. (organizador). Pedagogia Cidadă-Cadernos de Formação –História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP e Santa Clara Editora, 2005 p.75-100.
- 2. Doutor em Educação (Supervisão e Currículo). Pós-Doutorado em Política Educacional pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professor Titular da disciplina "Sociedade, Estado e Educação" no Instituto de Artes da UNESP. Membro Titular do Conselho Estadual de Educação.

Resumo: Com este texto, o autor encerra o estudo da educação brasileira durante o período republicano. Na maior parte do período (1960-2000), a política educacional foi ditada pelo regime militar que se instalou no Brasil, a partir do ano de 1964, fruto de um golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, responsável pela promulgação da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que permaneceu em discussão no Congresso Nacional durante treze anos (1948-1961). A questão educacional, desse período, inicia-se com a apresentação do contexto social e político que antecede o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964. Segue-se uma breve análise da educação nos governos Jucelino Kubitschek de Oliveira, Jânio da Silva Quadros e João Goulart (Jango). São ações educacionais desse período: o sistema Paulo Freire de alfabetização; a criação dos Centros Populares de Cultura (CPC); o Movimento de Educação de Base (MEB) e promulgação em 20 de dezembro de 1961 da LDBEN, com destaque para a Campanha de Defesa da Escola Pública. Segue-se a análise da política educacional do regime militar e, por fim, as implicações para o campo educação com a redemocratização do país, com o fim do Ato Institucional nº 5, em 1978, que culmina com a anistia e a realização de eleições diretas para os governos estaduais e prefeituras municipais.

Palavras-Chave: Política educacional. Lei de Diretrizes e Bases. Regime Militar

# INTRODUÇÃO

Com este texto, concluímos o estudo sobre a Educação Brasileira que teve seu início, em 1549, com a chegada dos padres da Companhia de Jesus, por ocasião da vinda do primeiro governador geral da Colônia, Tomé de Souza. Muitos foram os acontecimentos educacionais ocorridos desde o final do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) até meados do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2000).

# O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO QUE ANTECEDE O GOLPE MILITAR

Desde a queda do Estado Novo (1945), com o início do período de redemocratização do país, há um crescimento dos movimentos populares. Já no ano de 1946, o PCB disputa as eleições e colhe um bom resultado. Esse desempenho eleitoral dos comunistas mereceu do historiador Fausto (2002) o seguinte comentário:

A votação do PCB, agora na legalidade, foi bastante expressiva. Lançando um candidato desconhecido – o engenheiro Iedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis –, o PCB alcançou uma votação correspondente a 10% do total, com uma significativa concentração em eleitores das grandes cidades. Os comunistas se beneficiaram internamente do prestígio de seu líder Luiz Carlos Prestes e, externamente, do prestígio da União Soviética, que pagara o preço mais alto em vidas e perdas materiais para derrotar o nazifascismo. (FAUSTO, 2002, p. 398).

Esse significativo resultado eleitoral assustou os conservadores e anticomunistas, e, no ano de 1947, já no contexto da "Guerra Fria", que nem sempre foi tão fria assim, faz com que a agremiação comunista, formada por uma bancada de 14 parlamentares, liderada pelo Senador Luiz Carlos Prestes, seja colocada na ilegalidade. O Supremo Tribunal Federal, por três votos favoráveis e dois contrários, cassou o registro eleitoral da legenda comunista.

Nas eleições presidenciais seguintes (1950 e 1955), ocorre o triunfo das forças políticas agrupadas no binômio PSD/PTB e nas eleições de 1960, embora o eleito (Jânio Quadros) tenha recebido o apoio do partido derrotado nas eleições anteriores (UDN), o Vice-presidente eleito (João Goulart) vinha da coligação vencedora nos pleitos anteriores.

João Goulart era visto pelas forças conservadoras como um político aliado dos comunistas. A UDN fora derrotada em três eleições sucessivas: as duas primeiras (1946 e 1950), com o Brigadeiro Eduardo Gomes e, a última (1955), com o General Juarez Távora, militar egresso das fileiras do tenentismo, a essa altura rompido com o getulismo, que tem como herdeiro político exatamente o político gaúcho João Goulart.



Vargas, no seu último período presidencial (1951-1954), adotara uma postura nacionalista, principalmente a partir do momento em que criara o monopólio estatal do petróleo, na figura da PETROBRAS. Também ao reajustar em 100% o salário mínimo, que desde a sua criação pelo mesmo Vargas, na década de 1940, não sofrera reajuste algum, vira-se obrigado, diante da reação de um grupo de Coronéis do Exército, a exonerar o seu Ministro do Trabalho, o sr. João Goulart.

Com o agravamento da crise institucional e a partir da tentativa de assassinato do Deputado Federal udenista, jornalista Carlos Lacerda, que resultou na morte do Major Vaz, Getulio, para não ser mais uma vez deposto, pratica suicídio e, com seu gesto, causa uma grande comoção nacional, principalmente nos grandes centros urbanos.

Nas eleições realizadas em 1955, sai vitorioso o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, candidato pela dobradinha PSD/PTB e que tinha como vice, exatamente, João Goulart. As mesmas forças políticas que levaram Vargas ao suicídio, agora querem impedir a posse de Juscelino, alegando que o mesmo não obtivera no pleito a maioria dos votos, mas sim a maioria simples. Alegação é descabida, uma vez que o texto constitucional e a legislação eleitoral da época exigiam apenas a maioria simples. Para complicar, o vice-presidente, João Café Filho, liderança política do Rio Grande do Norte, ligado ao ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, adoece. Assume a presidência da República o Deputado Carlos Luz, Presidente da Câmara Federal, ligado aos golpistas de 1954, que tentaram depor Vargas.

Em 11 de novembro de 1955, o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, aborta o golpe militar em andamento, que contava com o aval do Presidente Carlos Luz que pretendia impedir a posse de Juscelino. Em um contragolpe, depôs Carlos Luz e empossou na presidência da República o presidente do Senado Federal, Senador Nereu Ramos. Desse modo, garantiu a posse de Juscelino Kubitschek.

Nas eleições de 1960, a coligação governista apresenta como seus candidatos o Mal. Henrique Teixeira Lott para presidente e João Goulart para vice-presidente. Juscelino se envolve pouco na campanha eleitoral. A oposição ao seu governo, liderada pela UDN, lança como candidato Jânio Quadros, que concorre com dois candidatos a vice-presidente na sua chapa: Milton Campos (UDN, de Minas Gerais) e Fernando Ferrari, político gaúcho dissidente do PTB, que sai candidato pelo MTR (Movimento Trabalhista Renovador). Em São Paulo, sindicalistas simpáticos à candidatura João Goulart, criam o movimento JAN-JAN (Jânio-Jango). Os eleitores votam separadamente no presidente e no vice-presidente. Abertas as urnas, o resultado favorecia Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice-presidente. Ambos tomam posse em janeiro de 1961, já na nova capital do país: Brasília. Como se dizia na época, a capital da esperança!

Jânio entrega a área econômica de seu governo aos setores conservadores, tendo como Ministro da Fazenda o banqueiro baiano Clemente Mariani. No plano internacional, ensaia uma postura independente dos Estados Unidos, reatando as relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética. Nesse mesmo diapasão, condecora com a Ordem do Cruzeiro do Sul o líder revolucionário Ernesto Che Guevara, ato que provoca forte reação dos setores pró-Estados Unidos e a ira do governador do então Estado da Guanabara, o ex-deputado Carlos Lacerda. Em um gesto também inusitado, envia seu vice-presidente em viagem à China de Mao-Tse-Tung, o que irrita ainda mais os conservadores.

No campo doméstico, Jânio proíbe desfile de biquíni, briga de galo, e outras tantas coisas, sem importância. Jânio não tem maioria no Congresso Nacional, pois a dupla PSD/PTB havia conquistado a maior parte dos assentos nas duas casas de leis. Para complicar um pouco mais a situação, não era homem dado ao diálogo, ao contrário, exibia uma exacerbada postura autoritária. Desse modo, de janeiro a agosto de 1961, quando renuncia, não consegue dialogar com o Congresso Nacional. Não cabe no escopo deste texto discutir as reais motivações de Jânio Quadros que, com esse gesto, põe a perder uma meteórica carreira eleitoral que começara com a vereança na Câmara Municipal de São Paulo, beneficiado que fora com a cassação dos vereadores comunistas em 1949. Jânio conseguira se eleger suplente de vereador, pela bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

O gesto coloca o país à beira da guerra civil, pois os ministros militares se declaram contra a posse do vice-presidente que, aliás, encontrava-se em visita oficial à China, como já assinalado. Está criado o impasse institucional. Na sequência, o governador do Rio Grande do Sul, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, com o apoio do comando militar do III Exército, General Machado Lopes, desencadeia a campanha da legalidade e através das ondas da Rádio Guaíba, de Porto Alegre, conclama os brasileiros a exigirem a posse do vice-presidente.

Os ministros militares resistem a princípio, mas acabam por ceder com a condição de que o Presidente da República tivesse os seus poderes presidenciais de chefe do Poder Executivo diminuídos. A saída foi o Congresso Nacional aprovar a emenda parlamentarista. Jango, como era conhecido de João Goulart, político conciliador, aceita. Porém, não desiste do regime presidencialista, como, aliás, é da tradição republicana brasileira. Desse modo, em 1963, os eleitores são novamente chamados para, em plebiscito, decidirem pelo parlamentarismo ou pelo presidencialismo. A esmagadora maioria optou pelo presidencialismo, devolvendo ao presidente Goulart plenos poderes de chefe do executivo, por pouco tempo, é verdade, pois, como é sabido, em abril de 1964, é deposto e parte para o exílio no Uruguai. Quase 75% dos mais de 12 milhões de eleitores votaram pelo NÃO ao parlamentarismo.

Na sequência são apresentados os momentos marcantes desse período, no campo cultural e educacional.



#### A Breve Alvorada Democrática

O golpe militar de 1º de Abril de 1964<sup>3</sup> veio pôr fim a 18 anos de regime político democrático, iniciados, em 1946, com a Presidência do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), passando por Getúlio Vargas (1951-1954),

3. De fato, a movimentação de tropas comandadas pelo General Mourão Filho se iniciou no dia 31 de março de 1964.

Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio da Silva Quadros, terminando, em 1964, com o golpe civil-militar que depôs o presidente João Belchior Marques Goulart, o qual deveria ter cumprido o mandato constitucional para o período 1961-1966, interrompido com a intempestiva renúncia de Jânio Quadros.

No campo cultural, os anos que antecederam 1964 foram de grande efervescência, marcados por grandes realizações no campo da música, do teatro e do cinema. No campo musical, a renovação veio com a bossa nova, movimento que contou com tantos nomes de talento, com destaque para Vinicius de Moraes, Tom Jobim e Carlos Lira, entre outros. No cinema, destaca-se o Cinema-Novo, tendo à frente nomes como Glauber Rocha, Anselmo Duarte. Este último é ganhador da Palma de Ouro em Cannes, com o filme *O Pagador de Promessas*, baseado em um texto teatral do dramaturgo Dias Gomes.

#### Segundo Coutinho (2000):

O início dos anos 60 é um período de muito florescimento cultural. É o período, por exemplo, em que Ênio Silveira efetivamente transforma a Civilização Brasileira numa editora a serviço de uma cultura progressista. É o período dos Cadernos do Povo, do Violão de Rua, do início da publicação no Brasil de alguns autores marxistas críticos. Porque, até então, a cultura marxista no Brasil estava sob controle do PCB. Estritamente. Inclusive da editora oficial do PCB, a Vitória, que publicava sobretudo manuais soviéticos. Como Leandro Konder dizia: 'não são escritos a oito mãos, mas a oito patas'. Em geral tinham nomes como Fundamentos do marxismo-leninismo, que o Leandro também dizia: 'são os afundamentos do marxismo-leninismo'. Então eu acho que o Ênio teve um papel, o Ênio e o grupo que o cercou, Moacyr Felix. (COUTINHO, 2000 apud RIDENTI, 2000, p. 67).

No campo cinematográfico, os anos 1960 iniciam-se sob a égide do Cinema Novo, que coloca o cinema na "linha de frente da reflexão sobre a realidade brasileira, na busca de uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiro à procura de sua revolução". (RIDENTI, 2000, p. 89). Para Santos (2000 apud RIDENTI, 2000, p. 90), um dos principais protagonistas no campo da sétima arte brasileira:

O Cinema Novo representou a descolonização do cinema, como a que tinha acontecido antes com a literatura. Por isso, há influência da literatura nor-

destina, dos anos 30, de Jorge Amado, Graciliano. E não podemos esquecer os nossos paulistas como Oswald e Mário Andrade. A música [...], a pintura brasileira foi a vanguarda da descolonização, que deu mais essa coisa de reconhecer a verdadeira face do povo brasileiro. Por exemplo, Di Cavalcanti, Pancetti, [...] Portinari. (SANTOS, 2000 apud RIDENTI, 2000, p. 90).

Talvez, um aspecto marcante dessa época pré-64 seja o entrelaçamento entre o cultural e o educacional, ou seja, os movimentos culturais adquirem um sentido pedagógico. Como nos relata Moacyr de Góes (CUNHA; GÓES, 1985):

Assim foi no Recife (Movimento de Cultura Popular – MCP), em Natal (Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler), no âmbito da Igreja Católica (Movimento de Educação de Base – MEB); na UNE (Centro Popular de Cultura – CPC). Estes foram os movimentos que emergiram em 1960-1961 e, pelo estudo de suas propostas e práticas, é possível acompanhar um tempo de alvorada – curta alvorada. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 16).

#### O SISTEMA PAULO FREIRE

De acordo ainda com CUNHA e GÓES (1985), a primeira tentativa de alfabetização de adultos (quatro homens e uma mulher), com a utilização de um método, que inclusive utilizava meios visuais, deu-se em janeiro de 1962, uma proposta de Paulo Freire. Segundo relatos da época, um dos alunos dessa turma, após trinta horas de aprendizado, conseguia ler trechos relativamente difíceis. Discorrendo sobre a sua proposta, Freire (1962) afirmava, ao enfocar a questão pelo ângulo da Antropologia Cultural:

Pareceu-nos [...] que o caminho seria levarmos ao analfabeto, através de reduções, o conceito antropológico de cultura. A distinção entre os dois mundos: o mundo da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua e com a sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. (FREIRE, 1962 apud CUNHA; GÓES, 1985, p. 21).

De modo sucinto, pode-se decompor o Método Paulo Freire nas seguintes etapas: 1) levantamento do universo vocabular do grupo de alfabetizandos; 2) seleção nesse universo das palavras geradoras, levando em consideração um duplo critério: o da riqueza fonêmica e o da pluralidade do engajamento na realidade social, regional e nacional; 3) criação de situações existenciais, típicas do grupo que se vai alfabetizar; 4) criação de fichas roteiros, que auxiliam os monitores de debates no trabalho; e 5) construção de fichas com a decomposição das palavras fonêmicas correspondentes às palavras geradoras. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 21).



A partir de 1962 e no embalo das reformas de base do Presidente João Goulart, o método Paulo Freire passa a ser usado nacionalmente.

# O CENTRO POPULAR DE CULTURA (CPC)

O CPC é outro movimento pioneiro voltado para a educação popular, tendo como veículo manifestações culturais. Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, militante do PCB, foi o
seu idealizador, tendo ao seu lado nomes, como Leon Hirzman, Carlos Estevam Martins e
num segundo momento Carlos Diegues e Ferreira Gullar. De acordo com Moacyr de Góes
(1985), "o referencial teórico do CPC está explicitado em dois textos básicos." O primeiro
intitulado "A questão da cultura popular", de Carlos Estevam e o segundo "A cultura posta
em questão", escrito por Ferreira Gullar. O primeiro estabelece a distinção entre arte popular
e arte do povo, e difere ambas da arte praticada pelo CPC que considera arte popular revolucionária.

Durante sua curta existência, o CPC produziu várias peças culturais. No campo das Artes Cênicas, montou cerca de 20 peças teatrais. No cinema, produziu o filme "Cinco vezes favela" e um documentário. Na música, shows e gravação de dois discos. A partir de 1963, ingressou também no terreno da alfabetização de adultos.

Concluindo esse breve apanhado do período pré-64, Góes transcreve um trecho do texto de Estevam, já mencionado, "A questão da cultura popular", que fornece um bom perfil do ideário jovem e otimista que o grupo tinha da relação da cultura/educação com a sociedade brasileira da época, visão esta que seria desmentida pelos fatos pós-64:

Pela investigação, pela análise e o devassamento do mundo objetivo, nossa arte está em condições de transformar a consciência de nosso público e de fazer nascer no espírito do povo uma evidência radicalmente nova: a compreensão concreta do processo pelo qual a exterioridade se descoisifica, a naturalidade das coisas se dissolve e se transmuda [...]. A arte popular revolucionária aí encontra o seu eixo mestre: a transmissão do conceito de inversão da práxis, o conceito do movimento dialético segundo o qual o homem aparece como o próprio autor das condições históricas de sua existência. [...] Nenhuma arte poderia se propor finalidade mais alta que esta de se alinhar lado a lado com as forças que atuam no sentido da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade. (ESTEVAM, 1962 apud CUNHA; GÓES, 1985, p. 30).

Mais tarde, após o decreto do Ato Institucional nº 5 (dezembro de 1968), Gullar (1962) tem uma avaliação mais crítica do que foi o CPC, quando assim se expressa:

O grande erro do CPC foi dizer que a qualidade literária era secundária, que a função do escritor é fazer de sua literatura instrumento de conscien-



tização política e atingir as massas, porque se você for sofisticado, se fizer uma literatura, um teatro, uma poesia sofisticada, você não vai atingir as massas. Então, propunha fazer uma coisa de baixa qualidade para atingir as massas. [...] Nós nem fizemos boa literatura durante o CPC, nem bom teatro, nem atingimos as massas. Então, nós sacrificamos os valores estéticos em nome de uma tarefa política que não se realizou porque era uma coisa inviável. (GULLAR, 1962 apud RIDENTI, 2000, p. 111).

# MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)

Concluindo esta parte do texto, consideramos importante ainda, mesmo de modo muito abreviado, resgatar a existência de um movimento educacional cultural, também do início dos anos 1960 e que nasce de uma ação articulada da Igreja Católica com o governo federal.

Assim é que, em 21 de março de 1961, o presidente Jânio Quadros institucionalizou os entendimentos que vinha mantendo com a Igreja Católica e, através do decreto federal nº 50.370, criou o Movimento de Educação de Base (MEB). Nesse caso, o rádio era o principal instrumento utilizado para atingir a população. O MEB atuou principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A JUC (Juventude Universitária Católica) e a AP (Ação Popular) forneceram os principais quadros que vão atuar através do MEB.

De acordo com Góes (1985), um dos documentos doutrinários mais importantes do MEB, que nos permite avaliar a filosofia de base do movimento, tem por título "Cultura popular: notas para estudo". Trata-se de texto elaborado pela Equipe Nacional do movimento, resgatado e publicado pelo professor Fávero (1973), do qual Góes (1985) transcreve o seguinte trecho:

No Brasil, há reconhecimento da situação por parte dos grupos culturalmente marginalizados. Não há, no entanto, plena consciência de todas as implicações dessa marginalização, no plano da pessoa humana. Há, por outro lado, grupos de pessoas — operários sindicalizados, camponeses politicamente organizados, estudantes, militantes políticos — para os quais o desnível se tornou consciente, obrigando-os a optar por uma ação transformadora dos padrões culturais, políticos, econômicos e sociais que o determinam. Dessa ação, resulta um conflito ideológico, já que os grupos dominantes (social, econômica, política e culturalmente) a ela opuseram seus interesses. Daí resulta que qualquer atitude frente à cultura popular é necessariamente situada no conflito ideológico. Cultura popular no Brasil não é um fenômeno neutro, indiferente; ao contrário, nasce do conflito e nele desemboca necessariamente. (FÁVERO, 1973 apud CUNHA; GÓES, 1985, p. 29).



Muito embora o MEB tenha sobrevivido ao golpe militar de 1964, com o recuo da hierarquia da Igreja, esse movimento acabou se descaracterizando como movimento de educação popular a partir de 1966. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 28).<sup>4</sup>

4. Para uma leitura mais detalhada do período 1946-1964, consulte-se Fausto (2002).

# A Nossa Primeira Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional

O texto constitucional aprovado pelos constituintes em 1946 atribuía à União competência exclusiva em relação às diretrizes e bases da educação nacional. Na prática, significava estabelecer o princípio de um sistema nacional de educação que, aliás, nunca chegou a se concretizar (Constituição Federal de 1946; art. 5°, XV, d).

Em decorrência do preceito constitucional, em 1948, o Ministro da Educação, Clemente Mariani, encaminha ao Congresso Nacional para discussão o anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, relatado por Almeida Júnior, um dos signatários do manifesto da Escola Nova de 1932.<sup>5</sup>

Numa clara demonstração de que educação não é uma questão que prioritariamente preocupasse a "classe política", o anteprojeto permaneceu por alguns anos esquecido nas gavetas dos parlamentares da época. Na realidade, havia no Congresso Nacional forte resistência do Deputado Federal Gustavo Capanema que ocupara o Ministério da Educação durante 12 longos anos (1934-1946) e se opunha à concepção descentralizadora do projeto encaminhado pelo Ministro da Educação (BUFFA, 1979, p. 20). De 1949 a 1951, o projeto permaneceu praticamente paralisado no Congresso Nacional. De 1952 a 1956, a discussão gira em torno da dicotomia: centralização X descentralização.

A partir de 1956, como assinala Ester Buffa (1979, p.20), "a ideia da descentralização começa a combinar-se com os interesses privados". Outro estudioso da temática, João Edu-

5. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por mais 25 intelectuais ligados ao campo da educação. Destacam-se, entre outros, Anísio Teixeira, Lourenco Filho, Paschoal Lemme, Almeida Junior, Cecília Meireles e Francisco Campos. Além de Cecília Meireles, duas outras mulheres assinaram o manifesto, Noemi da Silveira e Armanda Álvaro Alberto. Esta foi acusada de envolvimento com o movimento comunista e ficou presa por um período de oito meses entre 1936/1937. Foi absolvida por falta de provas, em julho de 1937. Atualmente, a professora Ana Chrystina Mignot, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. vem realizando a pesquisa "Professoras escrevem suas vidas: Memórias de formação", através de autobiografias. Com esse estudo, pretende dar voz e tirar do anonimato pioneiras educadoras, mantidas à margem pelos livros que tratam da história da Educação no Brasil. Os escolanovistas defendem a educação pública, como primeiro dever do Estado, a educação obrigatória, pública, laica (ausência de conteúdo religioso) e o princípio da coeducação (uma mesma educação para meninos e meninas). Combate ainda o dualismo existente na educação brasileira, que reserva uma escola de boa qualidade para os ricos e outra para os pobres, reivindicando uma escola única para todos. O movimento pedagógico conhecido como Escola Nova tem sua origem na Europa e nos Estados Unidos. Na Europa, o movimento contou com a participação de Ovídio Decroly (Bélgica), criador da pedagogia dos Centros de Interesse; Maria Montessori (Itália), Edouard Claparede (França), Tolstoi (Rússia), Lubienska (Polônia) e C. Freinet (França). Nos Estados Unidos, o seu principal representante foi John Dewey, que influenciou, no Brasil, o pensamento educacional de Anísio Teixeira.



ardo Rodrigues Villalobos, destaca que a partir desse momento, os defensores das escolas particulares passam a brandir contra o anteprojeto do Ministério da Educação, o princípio da liberdade de ensino, procurando dessa forma barrar a expansão do ensino público (VILLA-LOBOS, 1969, p. 58). Daí para frente, portanto, o embate se estabelece entre os que querem impedir o crescimento do ensino público e aqueles que defendem essa expansão, alegando que a mesma fere o princípio da liberdade de ensino. À frente desses, encontra-se a Igreja Católica, na voz de alguns ilustres representantes. O alvo principal é o educador Anísio Teixeira.

Para D. Vicente Scherer, prelado de Porto Alegre, Teixeira era um seguidor das ideias de John Dewey "e, portanto, de uma ideologia inspirada no socialismo que coloca a comunidade no centro da vida e de uma teoria que 'nega a existência de verdades fixas e imutáveis e considera a religião um fenômeno passageiro dependendo das condições econômicas e culturais em que vive o homem".

Outros nomes ilustres do Clero Católico ou da intelectualidade católica lideraram o combate à expansão do ensino público, com destaque, entre outros, para os padres Evaristo Arns e Fonseca da Silva, e os intelectuais Gustavo Corção e Tristão de Ataíde (VILLALO-BOS, 1969, p.86-87). Do lado da defesa da escola pública, sobressai boa parte dos signatários do Manifesto dos Pioneiros, de 1932, tendo à frente Anísio Teixeira, o jornal *O Estado de S.Paulo* e alguns professores da Universidade de São Paulo, entre eles, com destaque, Laerte Ramos de Carvalho, Paulo Duarte, Roque Spencer Maciel de Barros e Florestan Fernandes.

## A CAMPANHA DE DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Em 26 de novembro de 1958, o Deputado Carlos Lacerda apresentava substitutivo ao projeto de LDB, cuja justificativa se concentrava na discussão em torno do princípio da "liberdade de Ensino".<sup>6</sup>

6. A íntegra deste substitutivo encontra-se em Barros (1960, p. 504-522).

Na prática, a proposta de Lacerda acaba com o ensino oficial. O substitutivo foi ardorosamente combatido pelos educadores que se alinhavam na defesa da escola pública, com destaque para o jornal *O Estado de S. Paulo* que, a partir do mês de dezembro de 1959, publicou vários editoriais, propondo a sua rejeição pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.<sup>7</sup>

7. Cf. BUFFA, 1979, p.38 et seq.

A reação mais organizada se deu em torno de um movimento que congregava os educadores defensores da escola pública, alguns deles vinham ainda dos tempos da Escola Nova. De outra parte, o substitutivo Lacerda tinha na Igreja Católica o seu mais ardoroso defensor.

O movimento de defesa da escola pública organizou também um substitutivo, apresentado à Comissão de Educação da Câmara Federal pelo deputado Celso Brant. Este argumentava basicamente com a Constituição Federal, que em seu artigo 167 assegurava a coe-



xistência entre o ensino público e o particular. Nesse sentido, defendia ser inconstitucional o substitutivo apresentado pelo Deputado Carlos Lacerda.<sup>8</sup>

8. Para uma análise mais detalhada, pode-se consultar Villalobos (1969, p. 101-133).

# A FASE FINAL DE DISCUSSÃO E O TEXTO APROVADO

A partir de maio de 1959, o plenário da Câmara Federal iniciou a discussão do segundo substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, acrescido do segundo texto apresentado pelo deputado Carlos Lacerda e o substitutivo dos educadores, encaminhado por Celso Brant.

Acabou prevalecendo um posicionamento conciliador. No dizer de Anísio Teixeira, o projeto aprovado significou uma meia vitória do movimento dos educadores em defesa da escola pública, pois na essência a proposta de Carlos Lacerda acabara por ser rejeitada, muito embora alguns dispositivos assegurassem verbas públicas para o ensino particular. Nesse sentido, também para os defensores do ensino particular, a redação final conferida ao texto da LDB significou uma meia vitória, pois além de verbas, passavam a contar com seus representantes nos conselhos estaduais de educação, conforme dispunha o artigo 5°. Essa presença, nesses conselhos de educação, ganhava relevo se considerarmos que o princípio da descentralização acabara vitorioso, uma vez que as escolas particulares de ensino primário e médio passariam para a jurisdição estadual e não mais federal, como era até então. Também no Conselho Federal de Educação era garantida a presença do magistério particular (LDB, art. 8°, § 1°).

Como pode ser notado, do ponto de vista da estrutura e da organização do ensino, as alterações não foram significativas. A lei que levou treze anos para ser aprovada já nascia velha, pois não dava conta das muitas transformações pelas quais passara o país, principalmente, a partir do final da II Guerra Mundial. O Brasil dos anos 1960 é urbano e em acelerado processo de industrialização. Os 50 anos em 5 de JK, principalmente com a transferência do centro político do país para o planalto central e a instalação da indústria automobilística no ABC paulista, colocavam novas exigências para o setor educacional, que a nova lei da educação não levava em conta.

A LDB demorou muito para ser aprovada, mas teve vida curta, pois, em 1968, já era reformada na parte que tratava do ensino superior que passou a contar com legislação própria e separada do conjunto dos ensinos fundamental e médio (Lei Federal nº 5.540, de 28.11.1968).



# A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO REGIME MILITAR (1964-1985)

Consumado o golpe de estado, assume a presidência da república o Marechal Castelo Branco que teve posição de destaque no período conspiratório pré-64.

Flávio Suplicy de Lacerda é indicado para o Ministério da Educação, sucedendo o exreitor da Universidade de São Paulo, o jurista Luiz Antonio da Gama e Silva, que acumulara os cargos de Ministro da Justiça e da Educação e Cultura nos primeiros dias do golpe militar. Ainda, no governo Castelo Branco, foram Ministros da Educação: Raimundo de Castro Moniz de Aragão (interino), Pedro Aleixo e Guilherme Augusto Canedo de Magalhães (interino).

As principais medidas tomadas nesse ano de 1964, no campo da educação foram a invasão por tropas militares da Universidade de Brasília e a consequente destituição do seu primeiro Reitor, Anísio Teixeira. Este foi substituído, então, pelo médico professor Zeferino Vaz, indicação feita pelo Ministro Gama e Silva. Mais tarde, Zeferino Vaz seria nomeado Reitor da Universidade de Campinas.

A UNE, após ter a sua sede na Praia do Flamengo incendiada, foi colocada na ilegalidade e o seu último presidente, José Serra, exilado. Criam-se os Diretórios Acadêmicos que deverão substituir os Centros Acadêmicos e, no âmbito da Universidade, surge o DCE (Diretório Central dos Estudantes). Portanto, os estudantes já não têm mais nem representação

estadual (UEEs), nem a representação nacional. O regime militar utiliza como mote: "Estudante não deve fazer política, mas sim estudar." Extingue-se o servico de assistência ao menor (SAM) e, em seu lugar, surge a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). O primeiro acordo MEC/ USAID (United States Agency for Development) para o aperfeiçoamento do ensino primário é assinado. Em decorrência disso, são contratados seis assessores americanos, pelo prazo de dois anos. A Lei Federal nº 4.440, de dezembro de 1964, cria o Salário Educação, com recursos provenientes das empresas. A Universidade de Brasília é novamente invadida por tropas militares para reprimir uma greve de professores e alunos, que se realiza contra atos autoritários da reitoria. Duzentos e dez professores pedem demissão coletivamente, em sinal de protesto pela situação reinante. Tropas da

9. Trata-se de um organismo do governo dos Estados Unidos que, a partir de 1964, passa a dar assessoria ao regime militar, principalmente, na área da educação. Os vários acordos assinados vieram a público no final do ano de 1966. A concepção educacional da USAID assenta-se em três princípios básicos: 1) educação e desenvolvimento, o que significa formação de profissionais para atender às demandas de mão-de-obra pelo mercado de trabalho, que se supõe em expansão; 2) educação e segurança, que visa formar o cidadão consciente que, no caso brasileiro, se consubstancia no ensino das disciplinas Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros (esta no ensino superior); e 3) educação e comunidade, que procura estabelecer relações entre a escola e a comunidade, através de conselhos de empresários e professores. A natureza dos Acordos MEC-USAID foi amplamente desnudada pelo jornalista Márcio Moreira Alves, no livro "Beabá dos MEC-USAID", publicado, no ano de 1968, pela Editora Gernasa, do Rio de Janeiro.



polícia estadual do governador Adhemar de Barros invadem a F.F.C.L. da Universidade de São Paulo, inutilizam equipamentos e prendem vários professores e estudantes.

No Estado de São Paulo, além das arbitrariedades sofridas por professores e alunos da Universidade de São Paulo, vários Institutos Isolados de Ensino Superior, que mais tarde (1976) constituiriam a Universidade Estadual Paulista (UNESP), são atingidos, com destaque para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto que teve vários professores e estudantes presos e, posteriormente, afastados do convívio acadêmico, sofrendo ainda com a intervenção de um diretor, Juiz de Direito da cidade, nomeado pelo então governador do Estado, Adhemar de Barros. Com o fim do governo Castelo Branco, assume a presidência da República o General Costa e Silva. O MEC passa a ser ocupado por Tarso de Moraes Dutra e interinamente por Favorino Bastos Mércio.

Os principais atos no campo da educação foram:

## as seguintes criações:

- o Projeto Rondon, integrado por estudantes universitários, sob a supervisão de militares, que tem por objetivo prestar assistência social às populações carentes. A primeira expedição sai em direção à região Norte do país; e
- a comissão Meira Mattos (Coronel do Exército) para analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino, notadamente nas universidades;

### os acordos:

- MEC/USAID de assessoria para a modernização da universidade brasileira, que passa a se denominar assessoria do planejamento do ensino superior; para a orientação vocacional e treinamento de técnicos rurais; e para tratar da reforma do ensino médio; e
- entre o MEC e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros visando estabelecer cooperação para a publicação de livros técnicos, científicos e educacionais;

## a promulgação:

- da Lei Federal nº 5.370, que cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 15 de dezembro de 1967 dados oficiais apontam a existência de 32,0% de analfabetos no país; e
- do Decreto-Lei 252 que tem por objetivo proceder à reforma universitária e criar a estrutura dos departamentos.



#### No ano de 1968:

- acirram-se os conflitos entre os estudantes e o regime militar, bem como aumenta a resistência do movimento operário, com a realização de ocupação de fábricas nas cidades de Osasco, em São Paulo, e em Contagem, Minas Gerais;
- em São Paulo, grupos paramilitares de direita, do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), protegidos pela polícia política, invadem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, situada na rua Maria Antonia, depredam o prédio, resultando na morte do estudante José Guimarães;
- no Rio de Janeiro, o restaurante universitário do Calabouço é invadido com o assassinato do estudante Edson Luiz Souto. Nessa cidade, há a "passeata dos cem mil" pelo fim da ditadura e pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Participam do evento estudantes, intelectuais, artistas, políticos e povo em geral. A polícia cerca a Universidade Federal do Rio de Janeiro e prende os estudantes no estádio do Botafogo Futebol e Regatas;
- a universidade de Brasília é invadida pela terceira vez;
- na cidade de Ibiúna, perto de 900 estudantes, que estavam realizando o XXX Congresso da UNE, são presos. Entre os presos, estão as principais lideranças do movimento estudantil (Luiz Travassos, José Dirceu e Wladimir Palmeira);
- constitui-se o GT da Reforma Universitária que elabora um anteprojeto, o qual, posteriormente, transforma-se na Lei 5.540 (Reforma Universitária);
- edita-se o Decreto Federal 63.341, de 1º de outubro de 1968, que fixa critérios para a expansão do ensino superior;
- em 21 de novembro do mesmo ano, a Lei Federal nº 5.537, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, é promulgada;
- finalmente, ainda no ano de 1968, o Decreto-Lei nº 405, que fixa normas para o incremento de matrículas no ensino superior, é publicado.

No ano de 1969, como consequência da edição do Ato Institucional nº 5 que perdura até 1978, vários professores universitários são compulsoriamente aposentados. Entre outros, destacam-se Bolívar Lamounier, Florestan Fernandes, Villanova Artigas, José Leite Lopes,



Manuel Maurício de Albuquerque, Maria Yeda Linhares, Miriam Limoeiro Cardoso, Bento Prado Junior, Caio Prado Júnior, Elza Berquó, Emilia Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Isaias Raw, Jean Claude Bernadet, José Artur Gianotti, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Mário Schemberg, Paulo Duarte e Paulo Singer. Nesse mesmo ano, assume a Presidência da República, o General Emílio Garrastazu Médici, que nomeia para ministro da educação o Coronel Jarbas Passarinho. Entra em vigor o Decreto-Lei nº 477 (26 de fevereiro de 1969) que, aplicado aos professores, alunos e funcionários das instituições de ensino, proíbe qualquer manifestação de caráter político nas Instituições de Ensino.O Decreto visa, sobretudo, acabar com o protesto estudantil, no que, aliás, alcança êxito pleno,

empurrando muitos estudantes para a resistência armada contra o regime militar. De acordo com Cunha (1991, p. 241), esse Decreto era uma decorrência natural do Ato Institucional nº 5, editado em dezembro de 1968, e atendia a uma das recomendações do Relatório Meira Matos.

10. Para um conhecimento mais detalhado dessa página da nossa história, pode-se consultar: Germano (1993, p.106-116), de onde retiramos as principais informações aqui relatadas.

No dia 11 de agosto de 1971, a Lei Federal nº 5.692, que fixa as diretrizes e bases para o funcionamento dos ensinos de 1º e 2º graus (antigo primário e ensino médio), é promulgada. Entre outras implicações, que serão posteriormente analisadas, essa Lei amplia a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos; acopla ao ensino primário de quatro séries, o antigo curso ginasial, eliminando, dessa forma, o exame de admissão. O ensino médio, agora sob a denominação de ensino de 2º grau, passa a ser profissionalizante. O Parecer 853, do Conselho Federal de Educação, relatado pelo Conselheiro Valnir Chagas estabelece a doutrina do currículo, indicando os conteúdos do núcleo comum, integrado por três matérias: Comunicação e Expressão; Ciências e Estudos Sociais. Define o conceito de matéria, como campo de conhecimento e estabelece o tratamento didático a ser dado às matérias curriculares: atividade, áreas de estudo e disciplina. Anexo ao parecer está a Resolução nº 8 do mesmo Conselho Federal de Educação, que fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo seus objetivos e amplitude.

A partir da promulgação da Lei 5.692, o Conselho Federal de Educação entra numa fase de verdadeira fúria legisferante e passa a regulamentar tudo o que está na lei, cerceando possíveis aberturas da própria legislação educacional. Onde a lei era flexível, o CFE tratou de engessá-la. Já no ano de 1972, o Parecer CFE nº 45, relatado pelo Conselheiro Pe. José Vasconcellos, fixa o currículo mínimo a ser exigido para cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins no ensino de 2º grau. O Parecer CFE nº 339, de autoria do Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza, discute o conceito de formação especial e o Parecer CFE 871 procura esclarecer os conceitos e a organização curricular, na forma como fora estabelecido pelo Parecer 853, do mesmo Conselho Federal de Educação.

No plano curricular, a revisão de conteúdos retira dos currículos escolares as disciplinas de História e Geografia (Ensino de 1º Grau), substituídas por Estudos Sociais; no Ensino

de 2º Grau desaparecem os estudos de Filosofia e Sociologia. Ainda no terreno curricular, antes mesmo da promulgação da Lei 5.692, através de um Decreto-Lei da Junta Militar de 1969, passam a integrar, como parte obrigatória dos currículos escolares, as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. No Ensino Superior, os acadêmicos passam compulsoriamente a assistir às aulas de Estudos dos Problemas Brasileiros. Para ser professor de Educação Moral e Cívica, faz-se necessário apresentar uma "Folha Corrida de Antecedentes Criminais", fornecida, no caso do Estado de São Paulo, pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

O Ministério da Educação passa a monitorar a elaboração dos conteúdos curriculares por parte das Secretarias Estaduais de Educação, utilizando como principal instrumento de persuasão o fornecimento de recursos financeiros para o "treinamento" dos professores

na nova legislação de ensino. Como consequência, as Unidades Federadas elaboraram os chamados "Guias Curriculares". <sup>11</sup> Um fato que merece ser assinalado, dado a sua amplitude, é a proliferação de Universidades Federais durante o regime militar. Só no período de 1965 a 1969 são criadas 14. A maioria dos cursos criados pertence ao campo das Ciências Humanas, com destaque para as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, sobressaindo-

11. Para uma análise mais detalhada desses textos curriculares, pode-se consultar: Palma Filho (1989), e para um detalhamento desse aspecto da reforma educacional: Valnir Chagas (1978).

se os cursos de Pedagogia e Letras. Nos anos 1970, a maior expansão se deu no campo da

12. No concurso para o ingresso ao magistério realizado no Estado de São Paulo, no ano de 1993, apenas 8% dos 94.281 candidatos às provas obtiveram aprovação

iniciativa privada, particularmente expressiva foi a criação de novos cursos, geralmente, aqueles que exigiam menos recursos para instalação, como Filosofia, Pedagogia e Letras, o que contribuiu para o descrédito desses cursos quanto à formação de professores. Aliás, a má qualidade desses cursos é atestada pelo insucesso dos candidatos nos concursos de ingresso ao magistério. 12

## A POLÍTICA EDUCACIONAL DO REGIME MILITAR NOS PRIMEIROS DEZ ANOS

Até aqui nos limitamos, com alguns breves comentários, a apresentar os fatos mais importantes do período 1964-1974. A seguir, vamos tecer considerações sobre o significado desses acontecimentos.

Em primeiro lugar, vamos abordar o significado da Reforma Universitária de 1968. O primeiro documento que serve de base ao anteprojeto de reforma é o chamado Relatório Atcon. Trata-se, no caso, de Rudolph Atcon, assessor norte-americano que, por força do acordo MEC/USAID para a reforma do ensino superior, elabora o mencionado documento. Nele, enfatiza "a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade" (GERMANO, 1993, p. 117). Destaca ainda a necessidade de



"racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando a questão da privatização do ensino" (GERMANO, 1993, p. 117).

De acordo com Cunha (1991, p. 239), em "Educação e Desenvolvimento Social no Brasil", "No período 1964-1968 o número de candidatos às escolas superiores cresceu 120%, taxa superior à elevação do número de vagas que foi de 56% no mesmo período". Como consequência, segundo ainda Cunha (1991, p. 239) ("o número de excedentes das escolas superiores nessa época (isto é, o número de inscritos que superava o número de vagas) cresceu 212% entre 1964 e 1968." Evidentemente, essa situação gerava muito descontentamento, principalmente nas camadas médias da população que, aliás, em 1964 emprestaram seu apoio ao bloco civil-militar, o qual conquistara o poder. Era de tal magnitude o problema que, só nos vestibulares de 1968, o número de excedentes (estudantes que passavam nos exames vestibulares, mas não conseguiam se matricular por falta de vagas), atinge a casa dos 125 mil.

Para dar algum tipo de encaminhamento a essa questão, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) fazia as seguintes recomendações: a) a expansão das vagas no ensino superior é desejável e necessária; b) entretanto, essa expansão não deve prejudicar o atendimento das demandas de escolarização nos níveis inferiores, mais prioritários; c) logo, é preciso encontrar uma maneira do sistema se expandir com um mínimo de custo. (CUNHA, 1991, p. 241-242).

Entre as mudanças para racionalizar e diminuir os custos da expansão das matrículas, Cunha (1991, p. 243) destaca, entre outras: 1) a criação das unidades departamentais, que buscava eliminar a duplicidade de trabalho e otimizar a utilização do espaço físico, instalações, equipamentos e professores; 2) é instituído o regime de matrícula por disciplina (regime de créditos). Esta foi uma medida que não se efetivou plenamente em todo o ensino superior; 3) instituição do curso básico; 4) unificação do vestibular por região; 5) O vestibular passa a ser classificatório, o que tem como consequência o fato de que, dependendo do número de vagas, candidatos de fraco desempenho poderão ingressar em cursos superiores. Cunha (1991, p. 244) destaca ainda "a fragmentação do grau acadêmico de graduação". Antes, os cursos correspondiam a um curso profissional completo. Essa mudança vai propiciar o surgimento de cursos de curta duração, como foi o caso das chamadas "licenciaturas curtas". A criação de carreiras profissionais com base em cursos de curta duração é atribuída às reais necessidades do mercado de trabalho (SOUZA, 1981, p. 158).

# A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

Cunha (1991) considera que a política educacional do governo federal, consubstanciada na Lei 5692/71, caracteriza-se por um processo de contenção no ensino de 2º grau e no ensino superior, e por um processo de liberação no âmbito do ensino de 1º grau. (CUNHA, 1991, p. 233).

No âmbito do ensino de 2º Grau, as principais medidas propostas tendem a frear a demanda crescente pelo ensino superior. Os formuladores da política educacional temem que, se esta expansão não for contida, ela criará um exército de desempregados de nível superior. Logo, a solução proposta é a profissionalização do ensino médio.

O Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, citando o Ministro do Planejamento, Reis Veloso, assim se expressa, em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 1970: "A pura e simples criação de vagas talvez não tivesse outro efeito senão o de substituir o problema dos excedentes de vestibulares pelo dos excedentes profissionais" (VELOSO, 1970 apud CUNHA, 1991, p. 245). Portanto, a meta da reforma educacional, no tocante ao ensino médio é profissionalizar o estudante, encaminhando-o para o mercado de trabalho e, desse modo, diminuir a pressão sobre o ensino superior.

A tentativa de profissionalizar compulsoriamente todo o ensino de 2º grau, entretanto, fracassa por diversas causas. Entre elas, podem ser lembradas:

- 1) resistência das camadas médias da população que sempre aspiraram e continuaram aspirando para seus filhos o ingresso na Universidade, de preferência pública. Esse desejo fez, aliás, que as escolas particulares procurassem adequar a oferta de cursos técnicos aos programas dos vestibulares. Nesse sentido, Cunha (1991, p. 246) menciona a oferta de cursos técnico de turismo que "estaria de acordo com cursos superiores de história, geografia e línguas estrangeiras; um curso de intérprete, de acordo com cursos superiores de letras." Ou, como aconteceu no Estado de São Paulo, onde se assistiu a uma proliferação de cursos de análises clínicas, frequentados por estudantes que iriam depois prestar vestibular para medicina;
- 2) falta de recursos materiais e financeiros para transformar as escolas regulares (antigos grupos escolares, ginásios, etc.) em escolas técnicas;
- 3) Falta de professores especializados nas matérias técnicas. Este fato, aliás, foi reconhecido pelo próprio Conselho Federal de Educação. 13

13. Cf. Parecer CFE nº 76/75, relatado pela Conselheira Maria Terezinha Tourinho Saraiva.

Na prática, os grandes prejudicados foram os estudantes das escolas públicas de 2º Grau que passaram a frequentar cursos desprovidos de conteúdos de educação geral que, aliás, continuavam a ser cobrados nos vestibulares. De fato, eram arremedos de cursos técnicos, ou seja, não estavam preparados nem para o acesso ao ensino superior e nem para o mercado de trabalho.

A situação tornou-se insustentável e, em 1982, já no governo do General João Batista Figueiredo, a lei 5.692 foi reformada pela lei 7.044, que pôs fim ao ensino de 2º grau compul-



soriamente profissionalizante. Era o reconhecimento tardio de que as mudanças propostas para o ensino de 2º grau não estavam dando bons resultados.

# A ABERTURA POLÍTICA E A EDUCAÇÃO

Com o fim do Ato Institucional nº 5 e a concessão da Anistia Geral aos exilados e presos políticos, tem início um processo de abertura política (1978) que o regime desejava fosse lenta e gradual. Esse processo de distensão política vai ser conduzido pelo Presidente João Batista Figueiredo, o último dos presidentes saídos da caserna. O bipartidarismo, em consequência, é revogado e surgem novos partidos políticos. O MDB transforma-se no PMDB; Tancredo Neves lidera o Partido Popular, logo em seguida fundido com o PMDB. Brizola, ao perder a sigla do PTB para a ex-deputada federal Ivete Vargas, cria o PDT e no ABC, Luiz Inácio da Silva, o Lula, funda juntamente com um grupo de operários e intelectuais, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Na sequência da abertura política, são convocadas, ainda no ano de 1982, eleições diretas para governador nas 26 unidades federadas. Realizadas as eleições, a oposição vence em 10 estados, em nove deles com o PMDB e, no Rio de Janeiro, depois de uma tentativa por parte do Poder Central de fraudar as eleições, Leonel Brizola é aclamado pelas urnas como governador do Estado.

14. Para a Secretaria da Educação, o ex-ministro da Educação do governo João Goulart, é designado o advogado Paulo de Tarso Santos. Este compõe a sua equipe com educadores vindo de diferentes partidos políticos, inclusive mantendo alguns quadros profissionais provenientes das administrações anteriores. Para a chefia do seu gabinete, nomeia José Mário Pires Azanha. Moacir Gadotti é nomeado assessor de gabinete e fica com a incumbência de organizar o Fórum da Educação; Cecília Guaraná, que tinha tido destaque na resistência ao regime autoritário, é nomeada coordenadora da grande São Paulo. Para a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, é designada Clarilza Prado de Souza, pertencente ao corpo docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ainda no ano de 1983, o secretário Paulo de Tarso anuncia a criação do Ciclo Básico (CB), uma inovação de natureza pedagógica que reúne em um único segmento de dois anos de estudos, a 1ª e a 2ª séries do ensino de 1º Grau. A iniciativa da pasta da educação gera muita polêmica entre os profissionais da educação.

Em São Paulo, em uma eleição que também contou com as candidaturas de Rogê Ferreira, Luiz Inácio Lula da Silva, Jânio Quadros e Reynaldo de Barros, herdeiro do malufismo, vence André Franco Montoro. Na mesma eleição, Paulo Salim Maluf elege-se Deputado Federal com expressiva votação. Empossado no cargo, no dia 15 de março de 1983, Montoro nomeia o Deputado Mário Covas Prefeito da cidade de São Paulo. 14

No plano nacional, os governadores da oposição ao governo federal, liderados por Franco Montoro e com a participação de amplos setores da sociedade civil, lançam a campanha das Diretas - Já. O movimento pretendia que, já no ano de 1984, o futuro presidente da república fosse eleito por eleições diretas, interrompendo, dessa forma, a sucessão de presidentes eleitos pelo chamado Colégio Eleitoral. Entretanto, a Emenda Constitucional apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para presidente da República, foi derrotada.

Na sequência, o partido da situação (PDS) lança a candidatura de Paulo Salim Maluf. Todavia, este não tem unanimidade no seu partido, o que faz com que surja uma forte dissidência, liderada por José Sarney, Marco Maciel e Antonio Carlos Magalhães, que abandona o PDS e funda o partido da Frente Liberal (PFL), com forte representatividade nos estados do Nordeste Brasileiro. A oposição aproveita-se da situação e, numa composição com o PFL, lança o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, como candidato à presidência da República, ainda no processo eleitoral indireto. José Sarney é indicado para a vice-presidência. Maluf é derrotado no Colégio Eleitoral, mas Tancredo Neves adoece e não toma posse, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985. Sarney é o novo presidente da república. O PT vai para a oposição.

Finalmente, no ano de 1989 são realizadas, após 29 anos, eleições diretas para presidente da república, no regime de dois turnos. Vários são os candidatos: Aureliano Chaves (PFL), Mário Covas (PSDB), Lula (PT), Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Fernando Collor de Melo, entre outros. Lula e Collor vão para o segundo turno, que acontece no mês de novembro, resultando na vitória de Collor de Melo por uma diferença de mais de cinco milhões de votos, a maioria deles obtidos no estado de São Paulo, ou seja, o maior estado operário do país rejeita um operário na presidência.

Nessa eleição, ainda, o PCB participa pela primeira vez com candidato próprio, o deputado federal pelo estado de Pernambuco, Roberto Freire, obtém pouco mais de 1,0% dos votos. Com o fim da União Soviética, poucos anos depois, a maioria dos membros do PCB cria o PPS (Partido Popular Socialista), com o mesmo Roberto Freire na liderança. Collor não termina seu mandato. Acusado por atos de corrupção e para evitar a cassação do seu mandato, renuncia. Assume o vice-presidente, Itamar Franco, ex-prefeito de Juiz de Fora e ex-Senador da República pelo estado de Minas Gerais.

Nas eleições realizadas em 1994, Fernando Henrique Cardoso é eleito o senador por São Paulo e ex-ministro da fazenda de Itamar Franco. Vence, aliás, no primeiro turno, alavancado pelo prestígio do Plano Real, lançado no governo de Itamar Franco. Esse Plano consegue estancar o processo inflacionário que há décadas vinha corroendo as finanças públicas e as rendas da população em geral, principalmente, das camadas mais humildes que não tinham como se proteger com aplicações financeiras. Portanto, não é de se estranhar que Itamar Franco tenha feito o seu sucessor ainda no primeiro turno, fato inédito na história do país, ao menos nos últimos sessenta anos.

# A POLÍTICA EDUCACIONAL DESSE PERÍODO (1980-1994)

Três foram os ministros da educação durante o governo do Presidente Figueiredo, Eduardo Portela, Ester Figueiredo Ferraz e Rubens Ludwig, este militar, contudo, poucas foram as ações no campo da educação. Vale destacar a reforma da lei 5692 que, com a edição da lei



7044, deixou de obrigar a profissionalização compulsória no ensino de 2º Grau. Na prática, com a promulgação dessa lei, o governo federal reconhece ter fracassado na tentativa de tornar o ensino médio profissionalizante. As razões já foram anteriormente analisadas.

De outra parte, os números da educação deixam muito a desejar. De acordo com o Censo de 1980, a população brasileira em idade escolar é de aproximadamente 23 milhões, da qual 7.540.451 não frequentam a escola de 1º grau, portanto, 1/3. Na zona rural, a situação ainda é pior. De um total de 9.229.511 pessoas em idade escolar, quase metade não frequenta a escola. O índice de analfabetismo no Brasil é de 25,5%, portanto, também no terreno da universalização do ensino de 1º grau, os governos militares não lograram êxito.

No âmbito curricular, o Conselho Federal de Educação restabelece a possibilidade de a disciplina de Filosofia voltar a integrar o currículo escolar, ainda que em caráter opcional. Aproveitando a abertura dada, as escolas do estado de São Paulo, a partir do ano de 1983/84 voltam a incluir na parte diversificada dos currículos as disciplinas de Filosofia, Sociologia e Psicologia. Cabia à escola decidir a inclusão das três, duas, uma ou nenhuma delas.

No Estado do Rio de Janeiro, já no governo Brizola (1983), são criados os CIEPs (Centro Integrado de Educação Popular), como uma iniciativa do antropólogo e educador Darcy Ribeiro, cuja proposta educacional contemplava a permanência do aluno em tempo integral na escola. Esses Centros foram muito combatidos pelos chamados educadores progressistas que consideravam a medida extremamente onerosa para os cofres públicos e temiam pela sorte das escolas que continuassem funcionando no regime escolar anterior, ou seja, no turno de no máximo quatro horas.

No âmbito ainda do Conselho Federal de Educação são editados Pareceres normativos para explicar a nova doutrina educacional consagrada pela lei 7044.

No governo Sarney ocupam o Ministério da Educação, os senhores Marco Maciel, Jorge Konder Bornhausen, Hugo Napoleão, todos do PFL, e o Deputado Federal da bancada da Bahia do PMDB, Carlos Sant'Anna. Como se vê, um ministério de alta rotatividade e consequente descontinuidade nas ações.

Durante o governo Sarney, foi promulgada a nova Constituição Federal (05 de outubro de 1988), sob a liderança do Presidente da Câmara Federal, Deputado Ulysses Guimarães, que a considerou 'Constituição Cidadã'. De fato, o texto constitucional inovava em vários aspectos, principalmente no capítulo das garantias individuais e na ordem social.

Como não poderia deixar de ser, também no campo da educação muitos são os avanços, que sumariamente analisamos. Continua sendo competência privativa da União legislar em matéria de diretrizes e bases da educação nacional.(art. 22, XXIV). Os principais dispositivos relacionados com a educação integram o Capítulo III (arts. 205 a 214). As inovações mais importantes são as seguintes:

- O acesso ao ensino público obrigatório e gratuito passa a ser direito público subjetivo, o que importa responsabilidade da autoridade pública caso o mesmo não seja oferecido ou seja irregular a sua oferta (art. 208, 1º e 2º).
- Quanto ao custeio da educação, o texto constitucional obriga a União a investir anualmente na área nunca menos que 18% e os estados e municípios nunca menos que 25% da receita resultante dos impostos.

O artigo 210 estabelece a obrigatoriedade da fixação de conteúdos mínimos, em âmbito nacional, para o ensino fundamental, tendo em vista o respeito aos valores nacionais e regionais (Com base neste artigo, o MEC, já no governo FHC, elaborou a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais).

- O texto assegura ainda às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (art. 210, § 2°).
- A educação é vista como um direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ainda contar com a colaboração de toda a sociedade (art. 205).
- Os municípios deverão atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- O ensino de 1º grau passa a denominar-se ensino fundamental e o ensino de 2º grau, ensino médio.
- Além da União, dos Estados e do Distrito Federal, também os municípios poderão organizar os seus sistemas de educação, o que deverá ser feito em regime de colaboração entre os diferentes entes administrativos.

# A ABERTURA POLÍTICA, A SOCIEDADE CIVIL E A EDUCAÇÃO

Com o fim do AI 5, não apenas a atividade política ganhou, como também a educação passou a se beneficiar da distensão política, iniciada no governo Geisel e aprofundada no governo Figueiredo, bem como no período de transição iniciado com o presidente Sarney.

Os sindicatos dos professores são reorganizados e passam a contar com lideranças combativas que reivindicam melhores salários e condições de trabalho. No estado de São Paulo, já nos anos de 1978 e 1979, os professores vão à luta e realizam uma longa paralização por melhores salários. O movimento enfrenta forte resistência do governador do Estado, Paulo Maluf, que inclusive pune com suspensão dos salários um grupo de 21 diretores de escola que se negou a entregar à Secretaria da Educação a lista dos professores grevistas. Entre os punidos, encontram-se professores, diretores de escolas e supervisores de ensino que, mais tarde, já no governo Montoro, vão ocupar postos importantes na Secretaria da Educação.



Nas Universidades Públicas também foram organizadas as Associações dos Docentes (ADUNICAMP, ADUSP E ADUNESP). Surge a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES).

No âmbito não sindical surgem entidades como a ANPED (Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação); ANDE (Associação Nacional para o Desenvolvimento da Educação); CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade). No ano de 1980 (31 de março a 03 de abril) essas três entidades e o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) realizam na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Primeira Conferência Brasileira de Educação (CBE), que teve a sua Comissão Organizadora, integrada por Guiomar Namo de Mello (ANDE), Jacques R. Velloso (ANPED), Luiz Antonio Cunha (CEDEC) e Moacir Gadotti (CEDES). Embora essa Comissão Organizadora fosse integrada por nomes de educadores que faziam oposição ao regime militar, o governo federal contribuiu com recursos financeiros para a realização do evento, através de convênios da ANPED com o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), além de outros órgãos governamentais. Representantes do governo federal e de alguns governos estaduais participaram de mesas-redondas.

Com essa atitude governamental, percebia-se uma mudança do governo no seu relacionamento com a sociedade civil, uma vez que, no ano de 1978, impedira que a SBPC realizasse o seu evento anual em prédio público. O congresso anual da SBPC acabou acontecendo nas dependências da PUC de São Paulo, constituindo-se num marco de resistência contra a ditadura militar.

## A DISCUSSÃO EM TORNO DO PROJETO DE UMA Nova LDB

Como vimos anteriormente, a Constituição Federal de 1988 mantinha, como competência da União, a aprovação pelo Congresso Nacional das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Pode-se notar que, quando da aprovação da primeira LDB (1961), a iniciativa partira do Poder Executivo. No caso da atual LDB, ao contrário, a iniciativa foi da Câmara Federal, através do anteprojeto apresentado em dezembro de 1988 pelo Deputado Federal do PMDB de Minas Gerais, Octávio Elisio, ex-Secretário da Educação durante o governo Tancredo Neves (1983-1987).

O anteprojeto é inovador sob vários aspectos. Cria um sistema nacional de educação congregando os vários serviços educacionais desenvolvidos no território nacional. Esse sistema tem por finalidade articular as redes federal, estadual, municipal e particular nos diferentes graus, modalidades e tipos de educação (art. 5° e art. 6°). No artigo 15 prevê que "as linhas mestras da administração da educação serão definidas no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais aprovados de quatro em quatro anos pelos respectivos

Conselhos de Educação." O artigo 16 estabelece que a educação fundamental abrangerá o período correspondente à faixa etária de zero aos dezessete anos e tem por objetivo geral o desenvolvimento integral dos educandos de modo a torná-los aptos a participar ativamente da sociedade.

Também as atribuições e a composição do Conselho Federal de Educação são redefinidas. O CFE passa a contar com maior autonomia econômica, administrativa e financeira. Trata-se de um órgão de natureza deliberativa e os seus membros são escolhidos da seguinte forma: 1/3 de livre escolha do Presidente da República; 1/3 indicado pela Câmara Federal e 1/3 indicado por entidades representativas do magistério. Todos os membros são nomeados pelo Presidente da República. O mandato é de quatro anos.

Ao todo, o anteprojeto contempla 83 artigos distribuídos em 10 títulos. O título mais desenvolvido é o que trata da questão do financiamento da educação (arts. 58 a 77). Fato este que demonstra o esforço do legislador em realmente prover a educação dos recursos necessários para que a lei seja cumprida e que a obrigação não fique apenas no papel, como já ocorrera no passado.

# O SUBSTITUTIVO DO DEPUTADO FEDERAL JORGE HAGE

Já a partir de 1988, o anteprojeto do Deputado Federal Octávio Elísio inicia sua tramitação na Câmara Federal e começa a receber emendas. Em março de 1989, o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-Ceará), à época presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal, constituiu Grupo de Trabalho para discutir a LDB, sob a coordenação do deputado Florestan Fernandes (PT-SP), tendo como relator o deputado Jorge Hage (PSDB-BA). Como nos informa Saviani (1997), ao projeto original foram anexados sete projetos completos e mais 17 projetos que cuidavam de aspectos específicos, de algum modo, correlacionados com a LDB, além de 978 emendas de parlamentares.

Também, mais de 30 entidades da sociedade civil, congregadas no Fórum em Defesa da Escola Pública, sem falar na OAB, CNBB, SBPC, INEP, AEC, entre outras, contribuíram com propostas para o novo texto da LDB.

Em 28 de junho de 1990, o plenário da Comissão de Educação, agora presidida pelo deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), aprovava o parecer do relator Jorge Hage, resultando em um projeto que deveria ir ao plenário da Câmara Federal, com 172 artigos: mais que o dobro da proposta original do deputado Octávio Elísio (ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 1990).

Trata-se de um texto extremamente detalhista e, em muitos dos seus aspectos, de difícil consecução. Entre as novidades está a que subordina o MEC ao Conselho Nacional



de Educação (art. 10). Este artigo previa, ainda, a existência de um órgão de consulta e de articulação chamado de Fórum Nacional de Educação. Ao Conselho Nacional de Educação eram atribuídas 20 competências. Evidente que, em um sistema fortemente presidencialista, como o nosso, querer subordinar o Ministério da Educação a dois órgãos colegiados é se afastar do plano da realidade. Era de se esperar que o Poder Executivo Federal reagisse fortemente a tais intenções. O que de fato ocorreu a partir da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso que, através de seu Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, passou a articular junto ao Senado Federal, onde se encontrava o projeto aprovado na Câmara Federal, pelo seu arquivamento.

Ainda no tocante à tramitação do projeto de LDB na Câmara Federal, é importante consignar que o mesmo recebeu 1.263 emendas no Plenário e, quando do início da votação das mesmas, só o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) apresentou 1.287 destaques. Se levarmos em conta que esse parlamentar era o líder do governo Collor, somos forçados a concluir que o Presidente Collor de Mello não tinha interesse em levar adiante o projeto de LDB.

Paralelamente, tramitava no Senado Federal um anteprojeto de autoria do senador Darcy Ribeiro, apresentado em 1992. Além de Darcy Ribeiro, assinaram o projeto o exministro da Educação do governo Sarney, senador Marco Maciel, e o líder do PDT, senador Maurício Corrêa. Darcy Ribeiro agradecia, ainda, pela colaboração que recebera da Assessoria do Senado, representada pelos professores Cândido Alberto Gomes e Maria do Céu Jurema, bem como pelas coordenadorias pedagógicas que conduziram a implantação do sistema dos CIEPs no Rio de Janeiro, especialmente, pelas contribuições do professor Jorge Ferreira. Assinalou que, também com ele, colaborara a equipe do Ministro da Educação, José Goldemberg, particularmente, a professora da Universidade de São Paulo Eunice Ribeiro que, segundo Darcy Ribeiro, junto dele examinara artigo por artigo do projeto apresentado.

Voltando à Câmara Federal, no Plenário, o projeto resultante do substitutivo do deputado Jorge Hage ganha nova relatoria na pessoa da deputada Ângela Amin (PDS-SC). A partir de 1991, os defensores da escola pública vão enfrentar maiores dificuldades para assegurar seus pontos de vista nas discussões, uma vez que a bancada que defende tais princípios está desfalcada de importantes parlamentares que não conseguiram se reeleger nas eleições de 1990. Entre outros, estão: Hermes Zanetti (PSDB-RS), Lídice da Mata (à época PC do B-BA), o próprio relator do projeto original Jorge Hage (PDT-BA), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e Gumercindo Milhomen Neto (PT-SP).

Duas comissões importantes para a tramitação do projeto agora estão nas mãos de parlamentares ligados aos interesses dos setores privatistas na educação. A de educação tem na presidência Aécio de Borba (PDS-CE) e na relatoria Ângela Amin (PDS-SC); a de Constituição e Justiça têm na relatoria Edevaldo Alves da Silva, mantenedor da rede FMU de São Paulo e muito próximo de Paulo Maluf.

Aproveitando-se desse domínio na Comissão de Constituição e Justiça, em setembro de 1991, os defensores do ensino privado realizam manobra regimental, visando colocar em votação nessa Comissão o Parecer do relator Edevaldo Alves da Silva, amplamente favorável aos interesses dos "donos" das escolas particulares. De fato, como nos informa Saviani (1997, p. 154), trata-se de um novo projeto de LDB. Todavia, graças à mobilização do Fórum em Defesa da Escola Pública na LDB, a manobra não logrou êxito. Como o relatório não foi votado na Comissão de Constituição e Justiça, acabou sendo encaminhado ao Plenário da Câmara Federal.

Na Comissão de Educação, a relatora (Ângela Amin) buscou estabelecer certo consenso que, de fato, foi conseguido, muito embora tenha contemplado alguns interesses dos mantenedores de escolas particulares (Saviani, 1997, p. 154). Estes ficaram satisfeitos com a redação dada aos capítulos referentes ao Sistema Nacional de Educação, ao Financiamento, e à Carreira dos Profissionais da Educação.

Após longas discussões e acordos, que foram coordenados pelo Deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) e pelo Deputado Roberto Freire (PPS-PE), então líder do governo Itamar Franco, no dia 13 de maio de 1993, por acordo de lideranças, a Câmara Federal aprovou o projeto-substitutivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste substitutivo deixou de existir o Sistema Nacional de Educação, embora boa parte do conteúdo deste Título tenha sido preservada sob a denominação "Da Organização da Educação Nacional".

## A DISCUSSÃO DA LDB NO SENADO FEDERAL

A partir desse momento, o projeto vai para apreciação do Senado Federal, permanecendo em discussão até fevereiro de 1995. Foi designado relator o Senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE) que promoveu várias audiências públicas e, nesse sentido, se valeu de estratégia muito próxima daquela que fora adotada na Câmara Federal pelo Deputado Jorge Hage. Estabeleceu, ainda, uma sólida interlocução com o Fórum de Defesa da Escola Pública. Carvalho, conhecedor que era do projeto apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro, incorporou alguns dispositivos da proposta apresentada pelo Senador pelo Estado do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com Saviani (1997, p. 150), o Senador Sabóia de Carvalho melhorou o projeto originário da Câmara Federal. Aliás, o próprio relator no seu parecer destaca:

Com o objetivo de corrigir os problemas apontados e de caracterizar a proposição como realmente de diretrizes e bases da educação, está sendo apresentado Substitutivo ao Projeto em análise. É preciso registrar que, apesar das alterações propostas, o Substitutivo mantém a concepção e a estrutura básica do projeto original. (SAVIANI, 1997, p. 150).



Em 30 de novembro 1994, a Comissão de Educação do Senado Federal aprovou o Substitutivo e, em 12 de dezembro, o mesmo foi encaminhado ao Plenário do Senado. Tudo indicava que o Substitutivo do Senador Cid Sabóia seria aprovado pelo Plenário, a não ser o fato de que, a partir de fevereiro de 1995, o governo seria outro e também outra seria a composição do Congresso Nacional, saído das urnas de outubro de 1994.

Como nos lembra Saviani (1997, p. 157), "A aliança de centro-direita que conduzira Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República sob a liderança da coligação PSDB-PFL, predispunha as condições para uma nova ofensiva conservadora".

Não demorou muito para que o Ministro da Educação Paulo Renato Souza manifestasse publicamente a sua posição contrária, tanto ao Projeto da Câmara, quanto ao Substitutivo Cid Sabóia de Carvalho. No Senado, a posição do novo governo ganha corpo, quando o Senador Beni Veras (PSDB-CE) solicita através de requerimento que o projeto de LDB retorne à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nesta Comissão, a relatoria foi entregue ao Senador Darcy Ribeiro. Estava consumado o golpe contra o projeto originário da Câmara e que já havia sido aprovado na Comissão de Educação do Senado Federal.

No seu Parecer, o Senador Darcy Ribeiro alega ser o projeto da Câmara, na sua maior parte, inconstitucional. Tanto o Senador, quanto o MEC batem na tecla de que nos termos em que o projeto colocava a atuação do Conselho Nacional de Educação configura-se um cerceamento da ação do Poder Executivo.

Para não nos alongarmos mais nessa discussão, basta lembrar que a "manobra regimental" realizada no Senado alcançou êxito, e daí para frente, o Senador Darcy Ribeiro, conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça do Senado o Substitutivo por ele mesmo redigido e que contava com o aval do Ministro Paulo Renato Souza, que acompanha a tramitação do projeto de LDB, passo a passo, através de sua representante, professora Eunice Ribeiro Durhan.

A partir desse instante, o projeto de LDB vai apresentando sucessivas versões, incorporando alguns pontos do projeto da Câmara e, finalmente em fevereiro de 1996, é aprovado pelo Plenário do Senado Federal. A espinha dorsal é aquela apresentada na primeira versão do projeto Darcy Ribeiro. Entretanto, no conteúdo, faz algumas concessões ao projeto da Câmara Federal.

Aprovado no Senado, o projeto retorna à Câmara, na forma do Substitutivo Darcy Ribeiro, tendo sido designado relator o deputado José Jorge (PFL-PE). Este, em seu relatório, não altera substancialmente o Substitutivo Darcy Ribeiro e nem podia, pois este era o projeto que agradava ao governo, de cuja bancada fazia parte, tanto é que sua sanção pelo Presidente da República se dá sem nenhum veto. Fato raro, como lembra Saviani (1997, p. 162).

A lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, em 20 de dezembro de 1996, recebeu o nº 9.394 e também ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro, em uma homenagem ao seu principal autor. Por esse aspecto, a homenagem é justa, embora seja, do ponto de vista ético, muito discutível o papel desempenhado pelo ilustre antropólogo em todo esse episódio.

## APRECIAÇÃO GERAL DA LDB

A Lei Federal nº 9.394 inova em vários aspectos. De início, há que se destacar o fato de que estabelece uma efetiva coordenação do Ministério da Educação, criando, desse modo, condições para o desenvolvimento de uma política para o setor da educação em âmbito nacional. Nesse sentido, o artigo 9º atribui à União a responsabilidade pela elaboração de um Plano Nacional de Educação, aliás, já aprovado pelo Congresso Nacional e em vigor desde o ano de 2001. Estabelece, ainda, um sistema de colaboração entre Governo Federal, Estados e Municípios. Atribui, também, à União, em colaboração com esses entes federativos, a responsabilidade pela elaboração de diretrizes para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), princípios esses que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

Pela primeira vez, estabelece-se em uma LDB a criação de um processo nacional de avaliação do rendimento escolar, tanto na educação básica, quanto no ensino superior. Nesta mesma linha, prevê-se também o estabelecimento de um processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior.

No que diz respeito à educação básica, a LDB contempla alguns princípios que flexibilizam a organização dos estudos escolares, possibilitando diversidade na construção dos espaços e dos tempos escolares (art. 23) e, desse modo, cria condições para o exercício de uma autonomia por parte das escolas. Ao contrário da lei federal 5.692, a LDB não engessa as escolas. Com a criação dos Sistemas Municipais de Educação a administração municipal passa a gozar de maior liberdade no cumprimento das suas obrigações no campo da educação.

Os artigos 12 e 13 atribuem à escola e ao corpo docente a responsabilidade pela elaboração do projeto pedagógico de cada unidade escolar. A escola passa a ser também, ao lado do estudante e da família, responsável pelo aprendizado do alunado.

A educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa do processo de educação escolar.

# Outras Medidas Adotadas pelo Governo FHC no Campo da Educação

Ainda no ano de 1996, o Governo Federal conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse um conjunto de alterações no texto constitucional referente ao capítulo da educação.



Trata-se da Emenda Constitucional de nº 14. Desse modo, foi dada nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), com um prazo de vigência de 10 anos. De acordo com essa Emenda Constitucional, pelo menos 15% dos recursos que Estados, Distrito Federal e Municípios, em razão do texto constitucional, devem destinar à educação, serão aplicados no ensino fundamental. As normas gerais para o funcionamento do FUNDEP foram estabelecidas pela Lei Federal nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

Os recursos alocados no FUNDEF serão distribuídos entre Estado e Municípios na proporção dos alunos matriculados no ensino fundamental. Esta disposição, aliás, acabou sendo uma forte indutora do processo de municipalização desse nível de ensino. A lei do FUNDEF prevê, ainda, a criação de conselhos gestores da aplicação dos recursos nele consignados. Nos Estados e Municípios onde os recursos forem insuficientes para cobrir o per capita/aluno/ano, a União fica obrigada a complementá-los.

No mínimo, 60% dos recursos alocados no fundo deverão ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério. Está previsto, também, que, nos primeiros cinco anos de vigência do fundo, parte desses 60% possa ser aplicada em programas de capacitação de professores leigos. Exige-se, ainda, que os planos de carreira do magistério contemplem investimentos na capacitação dos professores leigos, os quais serão colocados em quadro em extinção, com o prazo máximo de cinco anos, ou seja, esses professores têm o prazo máximo de cinco anos para se qualificarem profissionalmente.

Ainda no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Conselho Nacional de Educação (Lei federal 9.131, de 24.1195) que alterou os artigos 6°, 7°,8° e 9° da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (nossa primeira LDB). Este Conselho é integrado por duas Câmaras (Educação Básica e Educação Superior) que têm atribuições

normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação. De um modo geral, o Conselho se manifesta sobre as iniciativas tomadas pelo Ministro da Educação. A Câmara de Educação Básica, por exemplo, tem uma única competência deliberativa deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação, para os cursos de graduação. 15

15. De acordo ainda com o artigo 2º, "As deliberações e pronunciamentos do Conselho Pleno e das Câmaras deverão ser homologados pelo Ministro de Estado da Educação".

Ainda no ano de 1995, através da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro, foram alteradas as regras e procedimentos para a escolha e nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimento de ensino superior. De acordo com essa lei, os colegiados que elegem essas autoridades universitárias deverão contar com no mínimo 70% de docentes.

No âmbito curricular e atendendo ao disposto no artigo 210 da Constituição Federal, o Ministério da Educação divulgou, no ano de 1997, um conjunto de textos intitulado "Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs" para o ensino fundamental. Ao todo são 10 volumes, que distribuem os conteúdos da seguinte forma: 1) Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais; 2) Língua Portuguesa; 3) Matemática; 4) Ciências Naturais; 5) História e Geografia; 6) Arte; 7) Educação Física: 8) Apresentação dos temas transversais e Ética; 9) Meio ambiente e saúde e 10) Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

No ano de 1998 foram divulgados os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio. Na estrutura do texto, em volume único, segue-se a orientação explicitada nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, consubstanciada no Parecer 15/98 e na Resolução 03/98. Competências, habilidades e conteúdos de aprendizagem são agrupados em três grandes áreas, a saber: I-Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; II — Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, e III — Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A reforma do Ensino Médio tem sido o aspecto mais polêmico da LDB em vigor. De fato, a concepção de ensino médio que acaba prevalecendo nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional não difere muito do modelo adotado por ocasião das Leis Orgânicas do Ensino na década de 1940. Para uma análise mais detalhada dessa questão, pode-se consultar Kuenzer (1997).

## Considerações Finais

Procuramos neste texto que você acaba de ler, traçar um painel do que foi a educação brasileira nos últimos 40 anos. Temos consciência de que algumas ações relevantes foram apenas mencionadas e, portanto, estão ainda por merecer uma análise mais detalhada. Seja como for, o espaço que nos foi destinado para tratar desse período importante da educação brasileira não comportava ir além do que fomos. Só nos dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tantas foram as mudanças realizadas no campo da educação, que comportaria um texto maior do que o que você tem em mãos. O mesmo poderia ser dito do período militar (1964-1985). Para sanar essas dificuldades, estamos apresentando uma bibliografia que, se consultada, poderá esclarecer melhor o que foi a educação brasileira nesses últimos 40 anos.

Cronologicamente o texto pode ser dividido nos seguintes momentos:

- I Período que antecede o golpe militar de 1964 (1960-1964).
- II Período militar (1964-1985).
- III Período de transição para a democracia liberal (1985-1990).



IV- Período da democracia liberal: Collor, Itamar e FHC (1990-2002).

Alguns filmes, já disponíveis nas locadoras, poderão ajudar você a contextualizar melhor os acontecimentos educacionais desse período. Assim, sugerimos que você assista aos seguintes filmes: *Getúlio*; *JK*; *JG*; *Lamarca*; *O que é isso companheiro*; A minissérie da rede Globo de Televisão *Agosto*.

# REFERÊNCIAS .....



ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo: Cortez, 1990.

BARROS, Roque Spencer Maciel de (Org.). Diretrizes e Bases da Educação. São Paulo: Pioneira, 1960.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pen ensino médio. Brasília: [Mec], 1999.

BUFFA, Ester. Ideologias em conflito: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CHAGAS, Valnir. **Educação Brasileira**: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois? São Paulo: Saraiva, 1978.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CUNHA, Luiz Antonio. A universidade reformada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. O golpe na educação. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil**: 1964-1985. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. A instrução popular no Brasil antes da República. In: BREJON, Moisés (Org.). Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus: leituras. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 37-51.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissio**nal: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A reforma curricular da Secretaria do Estado de São Paulo para o ensino de 1º grau**: 1983-1987 uma avaliação crítica. 1989. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo** brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: LDB trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

SOUZA, Maria Inês Salgado de. **Os empresários** e a educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. **Diretrizes e Bases da E**ducação: ensino e liberdade. São Paulo: Pioneira, 1969.

# BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....



BERGER, Manfredo. Educação e dependência. São Paulo: DIFEL, 1984. (Corpo e alma do Brasil).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (orgs.) **Dicionário de educadores no Brasil** – da Colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; [Brasília]: MEC-INEP, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. **Formação integral**: preparar para um emprego ou preparar para um trabalho. **Em Aberto**, Brasília, v. 1, p. 6, nov. 1981.

SALM, Cláudio D. Escola e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da; MACHADO, Lourdes Marcelino (Org.). **Nova LDB**: trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.



ABC: A sigla corresponde ao conglomerado das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A área tornou-se um grande pólo industrial na década de 1950, basicamente voltada para a indústria metalúrgica. Foi também o berço do novo sindicalismo que surge, no final dos anos 1970, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva e que se constituiu num foco de resistência ao regime militar (1964-1985).

**AEC**: Sigla correspondente à Associação de Educação Católica.

**Antropologia**: [De antrop(o)- + -logia.] S. f. 1. O estudo ou reflexão acerca do ser humano, do que lhe é específico. 2. Designação comum a diferentes ciências ou disciplinas cujas finalidades são descrever o ser humano e analisá-lo com base nas características biológicas (v. antropologia biológica) e socioculturais (v. antropologia cultural) dos diversos grupos em que se distribui, dando ênfase às diferenças e variações entre esses grupos. Antropologia biológica. 1. Ciência que tem por objeto a variação biológica do ser humano, tanto em seu desenvolvimento evolutivo quanto em sua expressão histórica e contemporânea; antropologia física. Antropologia cultural. 1. Antropologia social (q. v.). Antropologia física. 1. Antropologia biológica (q. v.). Antropologia social. 1. Ramo da antropologia que trata das características socioculturais da humanidade (costumes, crenças, comportamento, organização social) e que se relaciona, portanto, com várias outras ciências, tais como etnologia, arqueologia, linguística, sociologia, economia, história, geografia humana; antropologia cultural. [A designação antropologia cultural é m. us. nos E.U.A., enquanto na Grã-Bretanha o termo antropologia social designa ou a etnologia, ou a antropologia cultural. Nos demais países europeus - p. ex., na França -, observa-se uma tendência para o uso dos três termos que representam os níveis de pesquisa que, gradualmente, se vêm estabelecendo nos E.U.A. dentro da antropologia cultural: etnografia, etnologia comparada, antropologia social. Os autores nacionais fazem uso de ambas as designações.]

**CEF:** Conselho Federal de Educação. Criado pela LDB de 1961, foi extinto em 1994 por ato do Presidente Itamar Franco.

CIEP's: Centros Integrados de Educação Pública criados no Estado do Rio de Janeiro durante o governo de Leonel Brizola (1982-1986) graças a projeto pedagógico concebido por Darcy Ribeiro e projeto arquitetônico de Oscar Niemayer.

Cinema novo: Tratava-se de uma proposta inovadora na arte e na estética cinematográfica nacional, trazendo aspectos da cultura e da realidade social brasileira. A concepção do Cinema Novo foi sintetizada numa frase de Glauber Rocha, um de seus mais importantes expoentes: "uma ideia na cabeça e uma câmera na mão".

**CNBB**: Sigla correspondente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CNE: Conselho Nacional de Educação. Criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, veio substituir o antigo Conselho Federal de Educação. Por força da Lei Federal nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 é um órgão de assessoramento do Ministro da Educação.

**Dialética**: [Do gr. *dialektiké* (*téchne*), pelo lat. *dialectica*.] S. f. 1. Filos. Arte do diálogo ou da discussão, quer num sentido laudativo, como força de argumentação, quer num sentido pejorativo, como excessivo emprego de sutilezas. 2. Filos. Desenvolvimento de processos gerados por oposições que provisoriamente se resolvem em unidades. 3. Hist. Filos. Conforme Hegel (v. *hegelianismo*), a natureza verdadeira e única da razão e do ser que são identificados um ao outro e se definem segundo o processo racional que

procede pela união incessante de contrários - tese e antítese - numa categoria superior, a síntese. 4. Hist. Filos. Segundo Marx (v. marxismo), o processo de descrição exata do real.

**FMU:** Sigla correspondente às Faculdades Metropolitanas Unidas.

**Fonema**: [Do gr. *phónema*, pelo fr. *phonème* e pelo ingl. *phoneme*.] S. m. E. Ling. 1. Unidade mínima distintiva no sistema sonoro de uma língua. [Cf. *fone*<sup>1</sup>.]

Guerra fria: Contexto histórico de oposição militar, econômica e política surgido após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que teve como protagonistas os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS.

**INEP**: Sigla correspondente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

**MDB** e **ARENA:** Siglas do "Movimento Democrático Brasileiro" e "Aliança Renovadora Nacional", respectivamente, correspondentes às duas agremiações que substituíram os partidos políticos com a imposição do bipartidarismo em 1965 por parte do regime militar.

MEC: Ministério da Educação. Foi criado em 1930, com a denominação de Ministério da Educação e da Saúde. No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) separou-se da Saúde, passando a denominar-se Ministério da Educação e da Cultura.

**OAB**: Sigla correspondente à Ordem dos Advogados do Brasil.

Parlamentarismo: [De *parlamentar*<sup>1</sup> + -ismo.] S. m. 1. Regime político em que o gabinete (q. v.), constituído pelos ministros de Estado, é responsável perante o parlamento, que através dele governa a nação.

**PC do B**: Sigla correspondente ao Partido Comunista do Brasil fundado em 1922.

PCB: Partido Comunista Brasileiro, também conhecido nos meios intelectuais como "partidão", foi fundado por Astrogildo Pereira e um grupo de militantes e intelectuais em 25 de março de 1922. Atualmente tem no arquiteto Oscar Niemeyer, um de seus principais representantes.

**PDS**: Sigla correspondente ao Partido Democrático Social que congregou as mesmas forças políticas da antiga ARENA.

**PDT**: Sigla correspondente ao Partido Democrático Trabalhista, fundado por Leonel Brizola em 1979, após ter perdido a disputa com Ivete Vargas pela sigla do PTB.

PFL: Sigla correspondente ao Partido da Frente Liberal, fundado em 1985, pouco antes da eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, ainda quando não havia eleições diretas para a Presidência da República. Surgiu de uma dissidência do PDS liderada pelos políticos José Sarney, Marco Maciel, Jorge Bonhausen, Aureliano Chaves e Antonio Carlos Magalhães.

**PMDB**: Sigla correspondente ao "Partido do Movimento Democrático Brasileiro" criado em 1979 quando termina o bipartidarismo num movimento ligado à gradual abertura política promovida a partir da promulgação da Lei de Anistia no Governo de João Batista de Oliveira Figueiredo.

**PPS**: Partido Popular Socialista fundado, em 1992, por um grupo de políticos, intelectuais e trabalhadores, na sua maior parte, egressos das fileiras do PCB. Tem no Senador Roberto Freire uma das suas principais lideranças. Até recentemente, o seu presidente de honra era Salomão Malina.

**Praxis**: Em Marx significa o conjunto de práticas que permitem ao homem transformar a natureza por intermédio de seu trabalho, ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo numa relação dialética (*Dicionário de Filosofia* – Gerard Durozoi e André Roussel).



**Presidencialismo**: [De *presidencial* + -*ismo*.] S. m. 1. Regime político em que a chefia do governo cabe ao presidente da República, mantendose a independência e a harmonia dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário); sistema presidencial; regime presidencial.

**PSD**: Partido Social Democrático. Foi fundando, em 1945, com o fim da ditadura Vargas. Extinto pelo Ato Institucional nº 2, em 1965.

**PSDB:** Sigla correspondente ao Partido da Social Democracia Brasileira, fundado, em 1988, por um grupo de políticos, intelectuais e líderes sindicais egressos, na sua maior parte das fileiras do PMDB e tendo à frente Franco Montoro, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Tasso Gereissati, entre outras lideranças políticas.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro, fundado sob a égide do pensamento trabalhista de Getúlio Vargas. Foi também extinto por imposição dos militares no poder em 1965, mas quando terminou o bipartidarismo no Brasil a sigla do partido foi retomada, em 1979, pela então Deputada Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas, já falecida, que ganhou a disputa em torno da sigla, também pretendida por Leonel Brizola.

**PUC/SP:** Pontificia Universidade Católica de São Paulo.

SAIBA MAIS SOBRE HISTÓRIA DA EDU-CAÇÃO: VEJA O ENDEREÇO ELETRÔNICO DO Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Disponível em: <a href="http://www.tu-neldotempo.inep.gov.br/fases/fase1.htm">http://www.tu-neldotempo.inep.gov.br/fases/fase1.htm</a>>.

SAIBA MAIS: "50 anos em 5" foi o compromisso político assumido pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em seu mandato de 1956 a 1961. O lema de campanha refere-se a uma promessa de desenvolvimento pela industrialização da economia por meio do assim chamado "Programa de Metas", sobretudo, pela implantação da indústria automobilística em municípios da grande São Paulo.

**SBPC:** Sigla correspondente à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que, durante o período da ditadura militar, além de congregar os mais ilustres intelectuais e cientistas brasileiros, foi uma instituição comprometida com os ideais democráticos e libertários.

**UDN:** União Democrática Nacional, partido político fundado com a queda da ditadura Vergas (1945) e que foi pelo Ato Institucional nº 2 (1965).

**UNE**: União Nacional dos Estudantes

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Também conhecida como União Soviética. Foi constituída no ano de 1922, como uma consequência direta da revolução que levou os Bolcheviques ao poder na Rússia Czarista em 1917, tendo à frente as lideranças político-revolucionárias de Vladimir Ilich (Lênin) e Leon Trotsky. Termina, em 1991, com um colapso político-econômico iniciado com a queda do muro de Berlim em 1989. Durante quase setenta anos, a União Soviética procurou regerse por um modelo de Estado não capitalista e em que a distinção entre as classes não fosse a base da organização social.

## Agenda da Primeira Semana

24/06/2010 a 26/06/2010



Agora que vocês já concluíram os estudos referentes ao Módulo 1, encontram-se em condições de iniciar os estudos referentes aos componentes curriculares do Módulo 2.

Este Módulo é composto pelas seguintes disciplinas: História da Educação; Filosofia da Educação; Psicologia da Educação; Sociologia da Educação e Introdução à Pesquisa Científica na Educação, que serão apresentadas nesta sequência.

O conteúdo da D06 - Disciplina História da Educação está estruturado com os seguintes temas:

- 1) Educação pública antes da Independência;
- 2) A educação brasileira no Império;
- 3) A República e a educação no Brasil Primeira República (1889-1930);
- 4) A educação brasileira no período de 1930-1960: a Era Vargas;
- 5) A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC.

Para cada tema há um texto escrito que leva o mesmo título e que integra o Caderno de Formação. Vocês terão ainda acesso a nove programas de televisão (vídeos) sob a responsabilidade da UNIVESP/TV, os quais têm a seguinte sequência:

Programa/Vídeo 1: "Os primeiros tempos: a educação pelos Jesuítas" que tem como texto gerador: "A educação pública antes da Independência", de autoria da professora doutora Maria Aparecida dos Santos Rocha.

Programa/Vídeo 2: "A reviravolta de Pombal: nasce a educação laica" com o mesmo texto gerador.

Programa/Vídeo 3: "João VI: o ensino superior e profissional", que tem como texto gerador: "A educação brasileira no Império", de autoria da professora doutora Tirsa Regazzini Peres.

Programa/Vídeo 4: "No império chega o ensino secundário", que tem o mesmo texto gerador.

Programa/Vídeo 5: "O voto e a educação", que tem como texto gerador: "A República e a educação no Brasil- Primeira República (1889-1930), de autoria de João Cardoso Palma Filho.

Programa/Vídeo 6: "Os Pioneiros, entusiastas da Educação Nova", com o seguinte texto gerador: "A educação brasileira no Período de1930 a 1960: a Era Vargas", de autoria de João Cardoso Palma Filho.

Programa/Vídeo 7: "Dos 40 aos 60: a educação paulista se expande", com o mesmo texto gerador.

Programa/Vídeo 8: "Educação na Ditadura: a marca da repressão", que tem como texto gerador: "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC", de autoria de João Cardoso Palma Filho.

Programa/Vídeo 9: "República: alfabetizar... alfabetizar", que tem como texto gerador: "A República e a educação no Brasil - Primeira República (1889-1930), de autoria de João Cardoso Palma Filho.



Estes conteúdos serão distribuídos ao longo dos encontros presenciais e períodos virtuais, programados para esta disciplina, que se inicia hoje, dia 24 de junho de 2010 e termina no dia 31 de julho de 2010. Então, confiram a programação, nas agendas semanais!

As atividades desenvolvidas, durante esta primeira semana, poderão ser entregues, sem descontos em nota, até sábado, dia 03 de junho de 2010, as 23h55. As atividades entregues fora do prazo estabelecido, entrarão no período de recuperação de prazos que termina no dia 28 de julho de 2010, as 23h55, e terão suas notas avaliadas com descontos (consultem o Manual do Aluno). Por isto, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

Os quadros abaixo mostram como ficou o esquema das aulas.

1<sup>a</sup> Aula Presencial: 24/06/2010

Atividade 01: Apresentação geral da disciplina.

Atividade 02: Assistir ao Vídeo 1: "Os primeiros tempos: a educação pelos Jesuítas".

Atividade 03: Reflexão sobre a influência dos Jesuítas na Educação brasileira.

1º Período Virtual: 25 e 26/06/2010

Atividade 04: Leitura de texto: "A educação pública antes da Independência".

Atividade 05: Reflexões a cerca do texto "A educação pública antes da Independência".

Lembrem-se de que os materiais podem ser acessados também, por meio do DVD-ROM.

Atividades Avaliativas

agenda uniwesi



## Atividades da Primeira Semana

1ª Aula Presencial: 24/06/2010



## Atividade 1: Apresentação geral da disciplina

Hoje iniciaremos nossas atividades com a apresentação geral da Disciplina. Seu Orientador fará, então, uma explanação sucinta de todos os períodos da história que serão abordados ao longo dessa disciplina.

Em seguida introduzirá rapidamente o tema Educação pública antes da independência, que será trabalhado essa semana.

Depois desta apresentação, não se esqueçam da próxima atividade proposta para essa aula: Atividade 2.

#### Atenção aos prazos de entrega das atividades!

As atividades propostas para as quatro primeiras semanas da disciplina de História da Educação poderão ser entregues, sem desconto na nota, até os sábados subsequentes à disponibilização de cada agenda, excetuadas aquelas para as quais forem estabelecidos prazos diferentes. As atividades que forem entregues fora do prazo estabelecido serão consideradas no período de recuperação de prazos, com data final fixada para o dia 28 de julho de 2010 e, neste caso, as notas serão com descontos. Por essa razão, não deixem para postar suas atividades na última hora.

Início da entrega: 24 de junho de 2010.

Término da entrega: 03 de julho de 2010 (23h55).

Período de recuperação de prazos: até dia 28 de julho de 2010 (23h55).

## Atividade 2: Assistir ao Vídeo 1 – "Os primeiros tempos: a educação pelos Jesuítas"

Agora que seu Professor Orientador de Disciplina já fez a apresentação inicial do tema, vamos assistir ao vídeo "Os primeiros tempos: a educação pelos Jesuítas", veiculada pela TV Digital - UNIVESP/TV.

Para acessá-lo pelo computador, vocês já sabem: basta clicar no *link* direto, ou acessar a Ferramenta Material de Apoio – Pasta Vídeos – Vídeo 1 – D06\_Os primeiros tempos: a educação pelos Jesuítas.

0

Link: Vídeo 1 - D06\_Os primeiros tempos: a educação pelos Jesuítas.

http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/109

#### Atividade 3: Reflexão sobre a influência dos Jesuítas na Educação brasileira

Agora vamos nos apronfudar no tema, fazendo uma discussão em pequenos grupos e respondendo a seguinte questão:

1) Que importância teve para a educação popular a presença dos jesuítas no Brasil?

Componham suas respostas em um arquivo, com o título D06\_atividade03 e postem em seus respectivos Portfólios de Grupo, deixando "Compartilhado com Formadores" e não se esqueçam de associá-lo à avaliação.

Lembrem-se que para postarem suas atividades nos Portfólios de Grupo, precisarão primeiro criar seus grupos. Para tanto:

- Entrem na Ferramenta Grupos, no menu do lado esquerdo;
- cliquem em criar novo grupo;
- nomeiem os grupos (exemplo: Grupo A, Grupo B, Grupo C, etc.);





- escolham os participantes.

Depois dos grupos formados, os portfólios de grupo estarão prontos para as postagens.

**Valor:** 10.0

Tipo da Atividade: Em grupo

Objetivos: Aprofundar as reflexões sobre a influência dos Jesuítas na Educação brasileira.

Critérios:

 Inserir comentários no Portfólio de Grupo, respondendo a pergunta da atividade, dentro do prazo estabelecido;

Sigam os critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).

1° Período Virtual: 25 e 26/06/2010



#### Atividade 4: Leitura de Texto 1: "A educação pública antes da Independência"

Hoje continuaremos nossos estudos sobre o tema da aula anterior, com a leitura do Texto 1: "A educação pública antes da Independência".

Assim, disponibilizamos para vocês na Ferramenta Leituras, e no *link* direto, o texto indicado acima.

Façam a leitura e depois acessem a Atividade 05.

Link: D06\_A educação pública antes da Independência. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/104

## Atividade 5: Reflexões a cerca do texto "A educação pública antes da Independência"

Para finalizarmos os estudos sobre esse período da história, respondam individualmente as seguintes propostas:

- 1. Compare os dois primeiros períodos da presença dos jesuítas no Brasil, de acordo com Luiz Alves de Mattos. Considere o fato de que o autor em questão enfatiza a empatia dos jesuítas para com os problemas da comunidade.
- 2. Reflita se essa questão do relacionamento com a comunidade, de fato auxilia no processo de ensino e aprendizagem.

Para sua comodidade disponibilizamos o texto novamente, no link direto.

Respondam as propostas de reflexões, e anexem o arquivo em seu Portfólio Individual, com o título D06 atividade05.

Esta é uma atividade avaliativa, então não deixem de associá-la à avaliação, nem de "Compartilhar com Formadores".

Link: D06\_A educação pública antes da Independência. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/104

**Valor: 10.0** 

Tipo da Atividade: Individual

**Objetivos:** Traçar paralelos entre a postura dos jesuítas frente a comunidade e os resultados apresentados na educação.

Critérios:

- Entrega dentro do prazo estabelecido;
- Sigam os critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).



## Agenda da Segunda Semana

28/06/2010 a 03/07/2010



Nesta semana, trabalharemos basicamente com dois temas:

A Educação pública antes da Independência.

A educação brasileira no Império.

Para tanto, preparamos várias atividades interessantes, relacionadas aos temas discutidos.

Vocês terão até o dia 03 de julho de 2010, às 23h55, para finalizarem e entregarem essas atividades\*. Não deixem para o período de recuperação de prazos, que termina dia 28 de julho de 2010, às 23h55. Se organizem e realizem todas as atividades propostas. A entrega das atividades em período de recuperação de prazos implica em descontos na nota (consultem o Manual do Aluno).

Lembrem-se de que os materiais necessários para a realização das atividades também podem ser acessados, por meio do DVD-ROM.

Então vamos lá!

Vejam como ficou o esquema da semana e acessem a Ferramenta Atividades para outros detalhes!

2<sup>a</sup> Aula Presencial: 28/06/2010

Atividade 6: Retomada e discussão do texto "A educação pública antes da Independência".

Atividade 7: Apresentação do Vídeo 2 - "A reviravolta de Pombal: nasce a educação laica"

- Atividade 8: Reflexão sobre reformas Pombalinas (Grupo).



2º Período Virtual: 29 e 30/06/2010

Atividade 09: Fórum de Discussão 1\* - "Impactos da dominação colonial na educação brasileira".

Atividade 10: Leitura do texto: "A educação brasileira no Império".



3ª Aula Presencial: 01/07/2010

Atividade 11: Retomada e discussão do texto: "A educação brasileira no Império".

Atividade 12: Apresentação do Vídeo 3 - "João VI: o ensino superior e profissional"



3º Período Virtual: 02 e 03/07/2010

Atividade 13: Trabalhando o texto: "A educação brasileira no Império".

Atividade 14: Apresentação do Vídeo 4 - "No império chega o ensino secundário"

Atividade 15: Reflexões sobre o Vídeo 4: "No império chega o ensino secundário"

(\*) Lembrem-se de que as postagens do Fórum de Discussão1 (Atividade 10) poderão ser feitas até o dia 07 de julho de 2010. Esta atividade não terá período de recuperação de prazo.

Qualquer problema, por favor, entrem em contato pela ferramenta correio ou, presencialmente, com seu Orientador de Disciplina.

Atividades Avaliativas





2<sup>a</sup> Aula Presencial: 28/06/2010



Atividade 06: Retomada e discussão do texto "A educação pública antes da Independência".

Seu Orientador de Disciplina retomará o tema "A educação pública antes da Independência". Aproveitem para levantar questões, colocarem seus pontos de vista e para interagirem com os colegas.

#### Atenção aos prazos de entrega das atividades!

As atividades desenvolvidas nesta disciplina, durante essa semana, poderão ser entregues, sem descontos em nota, até o sábado dia 03 de julho, com exceção daquelas que forem avisadas de prazos diferentes. Atividades entregues fora do prazo estabelecido entrarão no período de recuperação de prazos e terão suas notas avaliadas com descontos. Por isso, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

Início da entrega: 28 de junho de 2010.

Término da entrega: 03 de julho de 2010 (23h55).

Período de recuperação de prazos: até 28 de julho de 2010 (23h55).

Atividade 07: Apresentação do vídeo 2 – "A reviravolta de Pombal: nasce a educação laica"

Vocês se lembram que podem acessar todos os vídeos vistos em sala de aula, também por meio da Ferramenta Material de Apoio?

Por exemplo, o vídeo da aula de hoje, pode ser acessado assim:

- cliquem em Material de Apoio;
- pasta Vídeos;
- depois cliquem no *link* do vídeo 2 D06\_A reviravolta de Pombal: nasce a educação laica.

Pode ser acessado também, diretamente pelo Portal Acadêmico, digitando o endereço abaixo em seu *browser*, ou ainda, clicando no *link* direto.

Link: Vídeo 2 – D06 \_A reviravolta de Pombal: nasce a educação laica. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/110

# Atividade 08: Reflexão sobre reformas Pombalinas

A partir da retomada e discussão do texto "A educação pública antes da Independência", e do vídeo assistido, discutam e respondam, em grupo, à seguinte questão:

1) Qual foi o significado concreto das reformas pombalinas no Brasil, do ponto de vista da educação do povo? Foi um avanço ou um retrocesso em relação à educação oferecida pelos jesuítas?

Postem suas respostas no Portfólio de Grupo formado, com o nome D06 atividade08.

Não se esqueçam de deixar o arquivo "Compartilhado com Formadores" e de "Associá-lo à Avaliação"

**Valor: 10.0** 

Tipo da Atividade: Em grupo

Objetivos: Discutir as reformas Pombalinas e seu significado para a Educação brasileira.



#### Critérios:

- Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno);
- Entrega dentro do prazo estabelecido.

2° Período Virtual: 29 e 30/06/2010



Atividade 09: Fórum de Discussão 1 - Impactos da dominação colonial na educação brasileira.

Como vocês podem avaliar, após a realização das leituras e atividades anteriores, a dominação colonial de Portugal sobre o Brasil foi o período mais longo de nossa história (1500 a 1822). Para concluírem o estudo sobre esse período, participem do Fórum de Discussão 1 - Impactos da dominação colonial na educação brasileira que vai debater a seguinte questão:

Consequências da dominação colonial para a educação do povo brasileiro. Analise o preconceito contra o trabalho manual na Colônia e suas consequências para a Educação nos tempos atuais.

Acessem então, a Ferramenta **Fórum de Discussão**, e façam suas contribuições no **Fórum F1 – "Impactos da dominação colonial na educação brasileira".** 

Obs.: Este fórum será avaliado e o prazo para participação é de 29 a 07 de julho de 2010. Esta atividade não terá período de recuperação de prazo. Participem! Até

#### Importante!

Fiquem atentos às instruções abaixo:

1. Para participarem desta atividade, vocês deverão acessar a Ferramenta Fórum de Discussão e clicar em Fórum F1 — "Impactos da dominação colonial na educação brasileira". Quando fizerem a leitura dessa mensagem, verificarão o botão Responder logo abaixo dela. Cliquem nele para realizarem suas postagens adequadamente. Essa prática permitirá que suas mensagens sejam avaliadas pelos Orientadores de Disciplinas e, também, facilitará suas interações com os colegas, deixando o ambiente organizado.

**Valor:** 10.0

Tipo de atividade: Individual

Objetivos: Reflexão sobre os impactos da dominação colonial na educação brasileira.

**Critérios:** 

- Participação dentro do prazo estabelecido;
- Critérios gerais de produção textual e de participação em Fóruns de Discussão (Manual do Aluno).

### Atividade 10: Leitura do texto: "A educação brasileira no Império".

Iniciaremos a leitura do texto "A educação brasileira no império". Entretanto, gostaríamos que vocês dessem uma atenção especial, neste momento, à última parte deste texto, que trata sobre "Ensino profissional e superior", pois trabalharemos especialmente essa questão nas próximas atividades.

Para acessá-lo, entrem na Ferramenta Leituras e cliquem no *link* correspondente, Atividade 10 – D06\_A educação brasileira no Império", ou por meio do *link* direto.

Link: D06\_A educação brasileira no Império".

http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/105



# 3ª Aula Presencial: 01/07/2010



# Atividade11: Retomada e discussão do Texto: "A educação brasileira no Império".

Hoje, trabalharemos com o tema "A educação brasileira no Império".

Primeiro, seu Orientador de Disciplina fará a retomada do tema, que será discutido e trabalhado posteriormente, por meio das próximas atividades.

# Atividade 12: Apresentação do vídeo 3 – "João VI: o ensino superior e profissional"

Vamos, agora, refletir um pouco mais sobre este assunto, apreciando o vídeo "João VI: o ensino superior e profissional", desenvolvido pela UNIVESP/TV. Após sua apresentação, retomem as discussões.

Então já sabem... se quiserem acessar este vídeo a qualquer momento, basta, acessarem a Ferramenta Material de Apoio - Pasta Vídeos — Atividade 12 — Vídeo 3 — D06\_João VI: o ensino superior e profissional, e clicarem no *link* correspondente. Ou se preferirem, por meio do endereço abaixo.

*Link:* Vídeo 3 – D06\_João VI: o ensino superior e profissional. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/111

3° Período Virtual: 02 e 03/07/2010



# Atividade 13: Trabalhando o texto: "A educação brasileira no Império"

Após uma leitura mais detalhada do texto "A educação brasileira no Império", responda às seguintes questões:

- 1. A que segmento social atendia o ensino superior criado por D. João VI a partir de
- 2. Com a Independência houve alteração no quadro educacional brasileiro?

Postem seus arquivos, em seus respectivos Portfólios Individuais, com o título D06\_atividade13.

Lembrem-se de deixar o arquivo "Compartilhado com Formadores" e de "Associálo à Avaliação".

**Valor: 10.0** 

Tipo da Atividade: Individual

**Objetivos:** Fazer com que o aluno reflita sobre a educação durante o império, e após a independência.

#### Critérios:

- Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno);
- Entrega no prazo determinado.

# Atividade 14: Apresentação do Vídeo 4 - "No império chega o ensino secundário"

Agora vocês deverão assistir ao vídeo 4 – "No império chega o ensino secundário", que a UNIVESP/ TV preparou para vocês.

Acessem a Ferramenta Material de Apoio - Pasta Vídeos, cliquem no *link* correspondente e bom filme! Ou se preferirem, acessem-no por meio do *link* direto que os remeterá diretamente a videoaulas do Portal Acadêmico. Atenção: Depois de assistirem aos vídeos, não se esqueçam de acessar a Atividade 17.

Link: Vídeo 4 – D06\_No império chega o ensino secundário.

http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/112



# Atividade 15: Reflexões sobre o vídeo 4 - "No império chega o ensino secundário"

Agora, vocês devem sistematizar as ideias sobre o vídeo 4 - "No império chega o ensino secundário", respondendo à seguinte pergunta:

1) Vocês consideram que a questão educacional era prioritária durante o período de 1822 a 1889?

Postem suas considerações com o título D06\_atividade15 em seus respectivos Portfólios Individuais.

Esta é uma atividade avaliativa, então, lembrem-se de associá-la à avaliação, e de deixá-la "Compartilhada com Formadores".

**Valor:** 10.0

Tipo da Atividade: Individual

**Objetivos**: Fazer com que o aluno reflita sobre o ensino secundário durante esse período da história.

#### Critérios:

- Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno);
- Entrega no prazo determinado.



# Agenda da Terceira Semana

05/07/2010 a 10/07/2010

Abordaremos, esta semana, conceitos fundamentais à compreensão da Educação brasileira desde a primeira República (1889 – 1930), até a chamada "Era Vargas", cujo período se estende de 1930 a 1960. Confiram as atividades que preparamos para trabalharmos esses temas! Vocês terão até o dia 10 de julho de 2010, às 23h55, para finalizarem e entregarem suas atividades desta semana sem descontos em nota. Não deixem para o período de recuperação de prazos (de 26 a 28/07/2010). Fiquem

atentos aos prazos e tentem realizar todas as atividades propostas. Vocês já sabem que a entrega das atividades em período de recuperação de prazos implica em descontos na nota (consultem o Manual do Aluno).

Obs.: Lembrem-se de que o Fórum de Discussão 1 (Atividade 10) permanecerá aberto até o dia 07 de julho. Então, enriqueçam-no com suas contribuições. Participem!

Vejam abaixo como ficou a estrutura das atividades desta semana:

4<sup>a</sup> Aula Presencial: 05/07/2010

Atividade 16: Retomada de conceitos do Vídeo 4 - "No império chega o ensino secundário"

Atividade 17: Apresentação do Vídeo 5 - "O voto e a educação".

Atividade 18: Reflexões em grupo sobre a Primeira República.

4º Período Virtual: 06 e 07/07/2010

Atividade 19: Leitura de texto "A República e a educação no Brasil – Primeira República (1889 a 1930)".

Atividade 20: Trabalhando as Reformas Educacionais da Primeira República.

**Atividade 21:** Leiam o texto "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas".

5<sup>a</sup> Aula Presencial: 08/07/2010

Atividade 22: Retomada e discussão do texto: "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas".

Atividade 23: Apresentação do Vídeo 6 - "Os Pioneiros, entusiastas da Educação Nova"

Atividade 24: Trabalho em grupo sobre o Manifesto dos Pioneiros.

5° Período Virtual: 09 e 10/07

Atividade 25: Trabalhando o texto "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas".

Atividade 26: Apresentação do Vídeo 7: "Dos 40 aos 60: a educação paulista se expande".

Atividade 27: Leiam o texto: "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC".

Entrem na ferramenta "Atividades" para ver os detalhes de cada uma das tarefas propostas. Lembrem-se de que os materiais podem ser acessados também, por meio do DVD-ROM.

Atenção: Dia 12 de julho de 2010, inicia-se o primeiro recesso, que se estenderá até o dia 21/07/2010. Retomaremos assim, as atividades da D06 - História da Educação, no dia 22/07/2010.

Atividades Avaliativas







# 4<sup>a</sup> Aula Presencial: 05/07/2010



# Atividade 16: Retomada de conceitos do Vídeo 4 - "No império chega o ensino secundário"

Iniciaremos a aula, com a retomada dos conceitos tratados no Vídeo 4 - "No império chega o ensino secundário". Seu Orientador de Disciplina pontuará os principais aspectos do ensino secundário neste período da história.

Depois dessa apresentação, acessem a Atividade 2.

# Atenção aos prazos de entrega das atividades!

As atividades desenvolvidas durante esta semana, poderão ser entregues, sem descontos em nota, até o sábado dia 10 de julho de 2010, com exceção daquelas que forem avisadas de prazos diferentes. Atividades entregues fora do prazo estabelecido entrarão no período de recuperação de prazos e terão suas notas avaliadas com descontos. Por isso, aconselhamos que não deixem para postar suas atividades de última hora.

Início da entrega: 05 de julho de 2010.

Término da entrega: 10 de julho de 2010 (23h55).

Período de recuperação de prazos: até 28 de julho de 2010 (23h55).

# Atividade 17: Apresentação do vídeo 5 - "O voto e a educação".

Agora vamos assistir ao vídeo 5 - "O voto e a educação" que a UNIVESP/TV desenvolveu a respeito da relação da política com a Educação, durante a Primeira República.

Este vídeo ficará disponibilizado também, por meio do link direto, e da Ferramenta Material de Apoio – Pasta Vídeos – Atividade 17 – Vídeo 5 – D06\_O voto e a educação.

Link: Vídeo 5 – D06\_O voto e a educação.

http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/113

#### Atividade 18: Reflexões em grupo sobre a Primeira República.

Agora, é a vez de vocês refletirem e opinarem sobre os temas tratados até aqui. Então, reúnam-se com alguns de seus colegas e discorram sobre a relação, que vocês consideram ter existido durante a Primeira República, entre a questão política e a Educação.

Postem suas considerações no Portfólio de Grupo, com o título D06\_atividade18 e deixem "Compartilhado com Formadores". Não se esqueçam de associar a atividade à avaliação clicando no *link* "Associar item à Avaliação"

#### Importante!

Lembrem-se de que:

- 1. Vocês só conseguirão postar a atividade no Portfólio de Grupo, depois que este estiver formado dentro da plataforma. Então, antes de tudo:
  - entrem na Ferramenta Grupos no menu do lado esquerdo;
  - cliquem no *link* Novo Grupo;
  - criem seu grupo dando um nome (Grupo A, Grupo B...) e selecionando os integrantes;
  - por último, cliquem em Enviar.

Pronto! Os grupos estando formados, os portfólios de grupo estarão disponíveis, para que façam suas postagens.



Valor da nota: 10.0

Tipo de atividade: Em grupo

Objetivos: Identificar os conceitos básicos sobre a influência da política na Educação, durante a Primeira República.

# Critérios de avaliação:

- Contribuição ao esclarecimento dos conceitos identificados.
- Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).
- Entrega no prazo determinado.

4º Período Virtual: 06 e 07/07/2010



Atividade 19: Leitura do Texto "A República e a educação no Brasil – Primeira República (1889 a 1930)".

Disponibilizamos para vocês por meio do *link* direto e da Ferramenta Leituras o texto "A República e a educação no Brasil – Primeira República (1889 a 1930)" de autoria do professor João Cardoso Palma Filho

Link: D06\_A República e a educação no Brasil – Primeira República (de 1889 a 1930). http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/106

# Atividade 20: Trabalhando as Reformas Educacionais da Primeira República

Agora que já leram o texto, preparamos um quadro para ajudá-los na sistematização das Reformas Educacionais da Primeira República.

Acessem o arquivo, por meio do *link* direto, e completem o quadro disponibilizado, com as informações disponíveis no texto, distinguindo as reformas, o período, suas principais características e críticas. Isso tornará mais fácil a compreensão desse período de intensas modificações na Educação do Estado de São Paulo. Postem-no na Ferramenta Portfólio Individual, com o título D06\_atividade20.

Atenção: Essa é uma atividade avaliativa, então não se esqueçam de associá-la à avaliação clicando no *link* Associar item à Avaliação e de Compartilhá-la com os Formadores

Link: D06\_Quadro das Reformas Educacionais da Primeira República. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/132

Valor da nota: 10.0

Tipo de atividade: Individual

**Objetivos:** Distinguir as reformas e seus respectivos períodos e pontuar suas principais características e críticas.

#### Critérios de avaliação:

- Distinção correta de cada reforma e seu respectivo período.
- Análise de suas principais características e apontamento de críticas e suas justificativas.
- Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).
- Entrega no prazo determinado.

Atividade 21: Leiam o texto "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas".

Para a próxima aula presencial, vamos estudar o texto "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas".

Acessem então a Ferramenta Leituras – Pasta Textos – Atividade 21 e façam a leitura do



texto "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas". Vocês podem ainda acessar esse texto, por meio do *link* direto. Verifiquem!

Link: D06\_A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/107

5<sup>a</sup> Aula Presencial: 08/07/2010



Atividade 22: Retomada e discussão do Texto: "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas"

Agora que já leram o texto, seu Orientador de Disciplina fará uma breve apresentação do tema. Aproveitem para tirar as dúvidas que eventualmente tenham surgido durante a leitura e pontuem as questões que acharem mais pertinentes.

Atividade 23: Apresentação do vídeo 6 - "Os Pioneiros, entusiastas da Educação Nova".

A UNIVESP/TV preparou para vocês o vídeo "Os Pioneiros, entusiastas da Educação Nova". Confiram por meio do *link* direto ou da Ferramenta Material de Apoio – Pasta Vídeos – Atividade 23 – Vídeo 6 - "Os Pioneiros, entusiastas da Educação Nova".

Link: Vídeo 6 – D06\_Os Pioneiros, entusiastas da Educação Nova. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/114

# Atividade 24: Trabalho em grupo sobre o Manifesto dos Pioneiros

Agora que já assistiram ao vídeo "Os Pioneiros, entusiastas da Educação Nova", leram o texto gerador "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas", e assistiram à explanação de seu Orientador de Disciplina, chegou a hora de discutirem com seus pares. Formem, então, pequenos grupos (no máximo cinco pessoas) e respondam à seguinte questão:

Que importância teve para a educação brasileira o "Manifesto dos Pioneiros"?

Anexem seus arquivos em seus respectivos Portfólios de Grupo, com o título D06\_atividade24.

Essa é uma atividade avaliativa, então, não deixem de associá-la à avaliação, nem de "Compartilhar com Formadores".

Valor da nota: 10.0

Tipo de atividade: Em grupo

Objetivos: Reflexão sobre a educação na Era Vargas.

Critérios de avaliação:

- Resposta a todas questões.
- Critérios gerais de produção de texto (Manual do Aluno).
- Entrega dentro do prazo determinado.

5º Período Virtual: 09 e 10/07



Atividade 25: Trabalhando o Texto: "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas".

Sobre o texto "A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas", procurem responder à seguinte questão:



Vocês consideram que as reformas educacionais, Reforma Francisco Campos (1931) e Leis Orgânicas do Ensino (1942 a 1946), realizadas no período de 1930 a 1960, estavam de acordo com o processo de industrialização e intensa urbanização que o Brasil viveu nesse período? Justifiquem suas respostas e apontem evidências que possam embasá-las.

Postem suas respostas na Ferramenta Portfólio Individual, com o título D06 atividade25.

**Atenção:** Essa é uma atividade avaliativa, então não se esqueçam de associá-la à avaliacão clicando no *link* Associar item à Avaliação e de Compartilhá-la com os Formadore

Valor da nota: 10.0

Tipo de atividade: Individual

Objetivos: Identificar os conceitos básicos sobre as reformas educacionais do período de 1930 a 1960.

#### Critérios de avaliação:

- Contribuição ao esclarecimento dos conceitos identificados.
- Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).
- Entrega no prazo determinado.

Atividade 26: Apresentação do vídeo 7 - "Dos 40 aos 60: a educação paulista se expande".

Vamos assistir agora ao vídeo 7 - "Dos 40 aos 60: a educação paulista se expande". Confiram por meio do *link* direto ou da Ferramenta Material de Apoio – Pasta Vídeos – Atividade 26 – Vídeo 7 - "Dos 40 aos 60: a educação paulista se expande".

Link: Vídeo 7 – D06\_Dos 40 aos 60: a educação paulista se expande. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/115

Atividade 27: Leiam o texto "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC".

Vamos aproveitar esse período virtual para iniciarmos nossos estudos sobre a Educação brasileira no período que vai de 1960 a 2000.

Acessem, então, o *link* direto, ou a Ferramenta Leituras – Pasta Textos – Atividade 27 e leiam o texto do Professor João Cardoso Palma filho, na íntegra.

Link: D06\_A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/108



Educação, Cultura e Desenvolvimento

História da Educação

# Agenda da Quarta Semana

22/07/2010 a 24/07/2010



Retomaremos hoje a disciplina História da Educação, trabalhando o texto "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC, durante o encontro presencial. Em seguida, desenvolveremos uma atividade relacionada aos seus conteúdos, durante o período virtual.

Vejam como ficou o esquema das aulas:

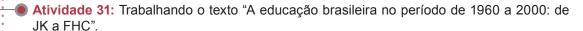
6<sup>a</sup> Aula Presencial: 22/07/2010

Atividade 28: Retomada e discussão do texto "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC".

Atividade 29: Apresentação do Vídeo 8 - "Educação na Ditadura: a marca da repressão"

Atividade 30: Trabalho em grupo sobre o Vídeo 8 - "Educação na Ditadura: a marca da repressão"

6º Período Virtual: 23 e 24/07/2010



Atenção: As atividades propostas na agenda dessa semana (6ª Aula Presencial e 6º Período Virtual) serão avaliadas sem descontos de notas até o dia 28 de julho de 2010, às 23h55. Entretanto, essas atividades, não terão prazo de recuperação

Entrem na Ferramenta Atividades para ver os detalhes de cada um das tarefas propostas, e lembrem-se de que os materiais também podem ser acessados pelo DVD-ROM.

Atividades Avaliativas





# Atividades da Quarta Semana

6<sup>a</sup> Aula Presencial: 22/07/2010



Atividade 28: Retomada e discussão do texto "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC".

Seu Orientador de Disciplina fará uma breve retomada dos principais temas abordados no texto "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC".

Aproveitem para tirar as eventuais dúvidas e contribuam pontuando os aspectos que acharam mais importantes.

# Atenção aos prazos de entrega das atividades!

As atividades propostas até sábado dessa semana (24 de julho de 2010) poderão ser entregues, sem descontos em nota, até quarta-feira da semana que vem, dia 28 de julho de 2010.

No dia 26 de julho de 2010 inicia-se o período de recuperação de prazos, que vai também até o dia 28 de julho de 2010. Então, não deixem de entregar eventuais atividades atrasadas. Mas lembrem-se de que as atividades propostas nas semanas anteriores e entregues durante este período terão suas notas avaliadas com descontos.

Início da entrega: 24 de julho de 2010.

Término da entrega: 28 de julho de 2010 (23h55).

Período de recuperação de prazos: até 28 de julho de 2010 (23h55).

# Atividade 29: Apresentação do vídeo 8 - "Educação na Ditadura: a marca da repressão".

Vamos agora assistir ao vídeo 8 - "Educação na Ditadura: a marca da repressão", que a UNIVES/TV preparou para vocês, a partir dos temas tratados no texto "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC".

Lembrem-se de que podem também acessar todos os vídeos propostos pela Ferramenta Material de Apoio – Pasta Vídeos ou, diretamente, pelo Portal Acadêmico – videoaulas.

Acessem então, o *link* direto ou a Ferramenta Material de Apoio - Pasta Vídeos e clique em vídeo 8 - "Educação na Ditadura: a marca da repressão".

*Link:* Vídeo 8 – D06\_Educação na Ditadura: a marca da repressão. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/116

#### Atividade 30: Trabalhar o vídeo 8 - "Educação na Ditadura: a marca da repressão"

Após terem assistido ao vídeo e participado da retomada do texto feita pelo Orientador de Disciplina, façam uma síntese, em grupo, do que foi dito pelos vários expositores e respondam à seguinte questão:

O que foram os Acordos MEC-USAID? Vocês consideram que tais acordos eram necessários para que o Brasil pudesse realizar as reformas educacionais que foram feitas no Período Militar?

Postem suas respostas no Portfólio de Grupo formado, com o nome D06 atividade30.

Não se esqueçam de deixar o arquivo "Compartilhado com Formadores" e de "Associá-lo à Avaliação".

Atenção: Lembrem-se de formar os grupos, para que os Portfólios de Grupo estejam disponíveis quando forem postar as atividades.



Valor da nota: 10.0

Tipo de atividade: Em grupo

**Objetivos:** Conhecer o que foram os acordos firmados pelo governo brasileiro com o governo dos Estados Unidos e que ficaram conhecidos como Acordos MEC/USAID.

Critérios de avaliação:

Participação de todos os membros do grupo.

• Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).

Entrega no prazo determinado.

6º Período Virtual: 23 e 24/07/2010



Atividade 31: Trabalhando o texto "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC".

Ainda trabalhando os principais aspectos do texto "A educação brasileira no período de 1960 a 2000: de JK a FHC", comentem de modo sucinto os três momentos pelos quais passou a discussão da LDB de 1961.

Postem suas considerações em seus respectivos Portfólios Individuais, com o título D06\_ atividade31.

Lembrem-se de associar o item à avaliação e de deixá-lo "Compartilhado com Formadores".

Valor da nota: 10.0

Tipo de atividade: Individual

Objetivos: Identificar as características dos três momentos de discussão da LDB de 1961.

Critérios de avaliação:

- Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).
- · Entrega no prazo determinado.

Bloco1

Educação, Cultura e Desenvolvimento

História da Educação

# Agenda da Quinta Semana 26/07/2010 a 31/07/2010

No próximo sábado, dia 31 de julho, concluiremos esta disciplina - D06 - História da Educação.

Parabéns a todos que chegaram até aqui! Entretanto, ainda temos algumas atividades a finalizar.

Hoje, dia 26 de julho, segunda-feira, inicia-se o período de revisão e recuperação de prazos que se estende até o dia 28 de julho. Fiquem atentos, pois as atividades entregues após esse período não serão avaliadas!

Aproveitem esse período para tirarem suas dúvidas e para entregarem as eventuais atividades atrasadas. Preparamos também algumas atividades, não avaliativas, para ajudá-los nos estudos dos conteúdos desenvolvidos ao longo da disciplina.

Dia 29/07/2010 é dia de prova

Vejam no quadro abaixo, as atividades finais da D06 - História da Educação:



7ª Aula Presencial: 26/07/2010 (Período de Revisão e recuperação)

Atividade 32: Apresentação do Vídeo 9 - "Republica: alfabetizar... alfabetizar"

Atividade 33: Reflexão em grupo sobre o Vídeo 9 "Republica: alfabetizar... alfabetizar"

Módulo 2





Atividade 34: Conceituando os movimentos "Entusiasmo pela Educação" e "Otimismo Pedagógico".

Atividade 35: Questionário 1 – Revisão Geral.



8<sup>a</sup> Aula Presencial: 29/07/2010

Atividade 36: Prova Presencial



8º Período Virtual: 30 e 31/07/2010

Atividade 37: Reflexão no Diário de Bordo sobre História da Educação.

Na segunda-feira, dia 02/08/2010 daremos início à 3ª Parte do Eixo Articulador Memória do Professor. Figuem atentos!

Façam seus acessos por meio do Portal Acadêmico – www.edutec.unesp.br

Qualquer problema, por favor, entrem em contato pela Ferramenta Correio ou, presencialmente, com seu Orientador de Disciplina.

Atividades Avaliativas





# ATIVIDADES DA QUINTA SEMANA

# 7ª Aula Presencial: 26/07/2010 (Período de Revisão e recuperação)



# Atividade 32: Apresentação do vídeo 9 - "República: alfabetizar... alfabetizar".

Agora, vamos retomar alguns temas, para ajudá-los na fixação de conceitos.

Vamos, então, refletir um pouco mais sobre a Educação no período da Primeira República, analisando o vídeo complementar "República: alfabetizar... alfabetizar", desenvolvido pela UNIVESP/TV.

Lembrem-se de que para assistir a este vídeo basta acessarem, a qualquer momento, a Ferramenta Material de Apoio - Pasta Vídeos — Atividade 32 — vídeo 9 - "República: alfabetizar... alfabetizar". Cliquem no *link* correspondente ou, se preferirem, acessem por meio do endereço abaixo.

0

Link: Vídeo 9 – D06\_Republica: alfabetizar... alfabetizar. http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/117

# Atividade 33: Reflexão em grupo sobre o vídeo 9 - "Republica: alfabetizar... alfabetizar".

Após terem assistido ao programa, discutam com seus colegas em pequenos grupos, a seguinte questão:

O que muda na educação brasileira com o advento da República? Passa a existir preocupação com a educação popular? Justifiquem a resposta.

Postem suas considerações nos Portfólios de Grupo, com o título D06\_atividade33, e lembrem-se de deixá-las "Totalmente Compartilhadas".

7º Período Virtual: 27 e 28/07/2010



# Atividade 34: Conceituando os movimentos "Entusiasmo pela Educação" e "Otimismo Pedagógico".

Após terem concluído a leitura do texto proposto na Atividade 20, "A República e a educação no Brasil – Primeira República (1889 a 1930)", principalmente a parte final do texto que tem por título "A situação do ensino primário na década de 1920", conceituem o que entendem pelos dois movimentos que ocorreram a partir de 1910 na Educação brasileira, sob as denominações, dadas por Jorge Nagle, de "Entusiasmo pela Educação" e "Otimismo Pedagógico". Procurem diferenciar um movimento do outro. Esses conceitos foram abordados pelo Professor Jorge Nagle no livro "Educação e Sociedade na Primeira República". O professor Nagle é aposentado da FCL de Araraquara e também foi Reitor da UNESP. Trata-se de um renomado estudioso da educação brasileira na Primeira República. O texto mencionado constitui-se num clássico, logo, é leitura obrigatória para quem quer conhecer melhor esse período da história educacional do Brasil. Assim, se tiverem oportunidade, não deixem de lê-lo.

Postem suas considerações em seus Portfólios Individuais com o nome D06\_atividade34, e deixem-nas "Totalmente Compartilhadas".

# Atividade 35: Questionário 1 - Revisão Geral.

Para finalizarmos os estudos da D06 – História da Educação, preparamos para vocês um questionário em forma de testes, somente para que vocês possam conferir seus conhecimentos.



Acessem, então a Ferramenta Material de Apoio - Pasta Conteúdos Complementares -Atividade 35 - Questionário 1 – Revisão Geral ou pelo *link* direto.

Salvem o arquivo em seus computadores ou pen-drives; respondam aos testes e lembremse de salvar suas respostas novamente antes de postá-las em seus Portfólios Individuais. com o título D06 atividade35. Optem pelo modo de compartilhamento: "Totalmente Compartilhado".

Link: D06\_Questionário 1 - Revisão Geral http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/133

Aula Presencial: 29/07/2010



#### Atividade 36: Prova Presencial.

Chegou o momento de verificarmos os conteúdos apreendidos!

Valor da nota: 10.0.

Tipo da Atividade: Individual.

Objetivos: Verificação de conhecimentos adquiridos.

Critérios de avaliação:

Critérios gerais de produção textual (Manual do Aluno).

Respostas corretas.

Período Virtual: 30 e 31/07/2010



# Atividade 37: Reflexão no Diário de Bordo sobre História da Educação.

Concluímos hoje nossa reflexão sobre História da Educação. Vocês, certamente, já se defrontaram com esta questão em sua trajetória pessoal e profissional de educador. Sugerimos que vocês busquem evocar e sistematizar suas lembranças relacionadas à História da Educação, registrando-as em seu Diário de Bordo. Desse modo, vocês poderão retomá-las mais à frente, como parte das referências de sua história de vida profissional.

Criem, então, na pasta "Memória do Professor", que está em seus computadores ou no pen drive, um arquivo com o nome "Reflexões sobre História da Educação" e façam suas reflexões sobre o tema.

Em seguida, acessem o Diário de Bordo da plataforma, cliquem em "Incluir nova anotação", deem o mesmo nome que vocês salvaram o arquivo, e copiem e colem suas considerações para o campo de edição do diário. Ao terminarem, selecionem "Compartilhado com Formadores" e cliquem em "Enviar".

Valor da nota: 1.0.

Tipo da Atividade: Individual.

Objetivos: Ajudar o aluno a desenvolver material para ser usado posteriormente na elaboração do TCC.

#### Critérios de avaliação:

Participação.

Encontramo-nos dia 02 de agosto de 2010, para o desenvolvimento da 3ª parte do Eixo Articulador Memória do Professor. Você poderá ter acesso a essa parte pelo Portal Acadêmico no endereço http://www.edutec.unesp.br.

	•
•	•
•	•
•	•
•	•
•	•
	•
	•
•	•
	•
•	•
•	•
•	
	•
•	•
	•
	•
•	•
	•
•	•
	•
•	•
	•
	•
•	•
	•
•	•
	•
	•
•	
•	•
•	•
	•
•	•
	•
	•
•	•
	•
•	•
	•
	•
•	•
	•
•	
•	•
0	•
•	•
	•
•	•
	•
	•
	•
·	•
•	•
	•
•	
	•
•	•
	•
•	•
	•
	•
	•
	•
	•
	•
	•
	•
	•
	•
•	



# futuro 6 % (S) Ressibilidades (S)

# MEMÓRIA DO PROFESSOR

ANA CLARA BORTOLETO NERY Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (1999); Pós-Doutorado pela Universidade de Lisboa (2005) e Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é professor adjunto (livre-docente) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

A forma democrática de vida funda-se no pressuposto de que ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuições a fazer às instituições e à sociedade a que pertence; e a forma aristocrática, no pressuposto inverso de que a inteligência está limitada a alguns que devidamente cultivados, poderão suportar o ônus e o privilégio da responsabilidade social, subordinados os demais aos seus propósitos e aos seus interesses.

Anísio Teixeira, in: **Educação é um direito**, 1968, p. 13).

Bloco1 Módulo 2

Eixo Articulador Memória do Professor

Formação Geral

Educação, Cultura e Desenvolvimento

Eixo Articulador

# PROFISSÃO: DOCENTE

1. Entrevista realizada por Paulo de Camargo, publicada na Revista Educação, em 01/02/2010. NÓVOA, Antonio. Profissão docente. Revista Educação. São Paulo: Editora Segmento, n. 154, fev 2010.

**Prof. Dr Antonio Nóvoa** (Reitor da Universidade de Lisboa defende um novo olhar para o oficio de professor, assentado em quatro eixos: formação, cultura profissional, avaliação e intervenção pública)

No difícil e urgente tema da formação de professores, poucos autores são tão citados como o português António Nóvoa. Reitor da Universidade de Lisboa, Nóvoa ressente-se de ter reduzido o tempo para escrever e pesquisar. Mesmo assim, vem propondo novas perspectivas para a compreensão do problema, que tem dimensões planetárias.

Agora, por exemplo, dedica-se ao que chama de "construir lógicas de comparação" entre os sistemas educativos em diferentes países do mundo, inclusive aqueles que não adotaram as métricas de avaliação mais difundidas, como o Pisa (sigla em inglês que designa o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

Ao mesmo tempo, Nóvoa vem produzindo artigos e ensaios que originaram o livro Os professores - Imagens do futuro e do presente, recém-lançado em Portugal, e que espera publicar em breve também no Brasil. E já sonha com o próximo. "Nos tempos que correm, de tanto ruído e agitação, gostaria muito de escrever um livro sobre a pedagogia do silêncio", conta na entrevista concedida, via e-mail, ao repórter Paulo de Camargo.

**Educação** No Brasil, vivemos um momento de grande discussão sobre a formação do professor, o que inclui a formação inicial, nas universidades, até a valorização dos profissionais mais experientes. Hoje, esta é uma questão mundial?

**Nóvoa** É uma questão de âmbito mundial. Num texto recente, apresentei cinco teses sobre a formação de professores, que respondem à sua pergunta. É impossível desenvolvê-las, mas posso enunciá-las. A formação de professores deve:

- *a)* assumir uma forte componente prática, centrada na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos;
- **b)** passar para "dentro" da profissão, isto é, basear-se na aquisição de uma cultura profissional, concedendo aos professores mais experientes um papel central na formação dos mais jovens;



- c) dedicar uma atenção especial às dimensões pessoais, trabalhando a capacidade de relação e de comunicação que define o tato pedagógico;
- d) valorizar o trabalho em equipe e o exercício coletivo da profissão;
- e) estar marcada por um princípio de responsabilidade social, favorecendo a comunicação pública e a participação dos professores no espaço público da educação.

Educação Onde está o coração do problema da formação dos professores? É a reestruturação dos cursos de pedagogia? Ou são as políticas de apoio ao professor nos primeiros anos de atuação, ou ainda as estratégias de formação em serviço?

Nóvoa Todos esses aspectos devem ser considerados. Chegou o tempo de fazermos uma verdadeira revolução na formação de professores. O que existe é frágil. A interligação entre as questões do ensino, da investigação e das práticas escolares e a participação efetiva dos profissionais na formação dos futuros professores são fundamentais para que se crie um novo modelo de formação de professores. Não nascemos professores. Tornamo-nos professores por meio de um processo de formação e de aprendizagem na profissão. É neste sentido que falo de passar a formação de professores para "dentro" da profissão. Quem forma os médicos são outros médicos. O mesmo devia acontecer na profissão docente.

**Educação** Pelo que conhece do Brasil, quais são as principais distorções no sistema atual de formação de professores?

Nóvoa Ouço muitas críticas. Pelo meu lado, tenho procurado chamar a atenção para dois momentos fundamentais que têm sido ignorados ao longo das últimas décadas, não só no Brasil, mas em muitos países, o que revela bem a confusão que hoje existe nas políticas e nos programas de formação de professores. O primeiro momento corresponde à entrada num curso que habilita para a docência. O atual processo, burocrático e administrativo, não faz qualquer sentido. É urgente introduzir um recrutamento mais individualizado, que permita perceber as inclinações e as disposições de cada um para se tornar professor. E é preciso criar as condições para que os melhores alunos do ensino médio escolham a profissão docente. Ser professor não pode ser uma segunda escolha. O outro momento é a transição de aluno (como se dizia no passado, de aluno-mestre, isto é, de aluno que aprende para ser mestre) para professor principiante. Os primeiros anos de exercício docente são absolutamente fundamentais. E ninguém cuida destes anos, nos quais se define grande parte do percurso profis-



sional de cada um. É urgente criar formas de acolhimento, de enquadramento e de supervisão dos professores durante os primeiros anos da sua atividade profissional.

**Educação** Uma política de piso salarial, como a que está sendo implementada no Brasil, por si só é garantia de aprimoramento no sistema? Ou é uma condição necessária, mas não suficiente?

**Nóvoa** É uma condição necessária, mas não suficiente. A sociedade pede aos professores que resolvam todos os problemas das crianças e dos jovens, e acredita que é na escola que se define um futuro melhor. A sociedade pede quase tudo aos professores e dá-lhes quase nada. É um contrassenso, para não dizer uma hipocrisia. A profissão de professor necessita de ser revalorizada do ponto de vista salarial, mas também no que diz respeito ao seu estatuto social e profissional.

**Educação** No Brasil, frequentemente é apontado o corporativismo da classe profissional dos professores, que recusa, por exemplo, políticas de remuneração por mérito ou desempenho, bem como práticas de avaliação de sua atuação profissional. Como o senhor vê esses temas?

Nóvoa Tenho chamado a atenção para uma nova profissionalidade docente, que passa por quatro aspectos: formação, cultura profissional, avaliação e intervenção pública. Em todos eles, advogo um maior poder dos professores sobre a sua própria profissão, invertendo tendências das últimas décadas. Já falei da formação. Falarei agora da avaliação. É uma dimensão central de qualquer profissão. A crise da educação só será superada através de uma exigente prestação de contas. A confiança e a credibilidade são essenciais para o trabalho dos professores. E conquistam-se em grande parte por meio da avaliação e da comunicação pública com a sociedade. Mas os dispositivos de avaliação devem servir para reforçar a autonomia dos professores e não para um maior controle do Estado ou para impor critérios economicistas na regulação da profissão.

**Educação** Certa vez, o senhor apontou a contradição das políticas de iniciação profissional dos professores brasileiros, ou seja, os mais inexperientes acabam nas periferias, nas escolas ditas 'difíceis'. Como, a seu ver, deveriam ser os primeiros anos de trabalho do professor?

**Nóvoa** Os jovens professores deveriam ser protegidos nos primeiros anos de exercício. Como os médicos. Ninguém começa sozinho a fazer operações complexas para, à medida que se torna um médico mais experiente e competente, se



dedicar apenas a curar constipações. Devia ser assim também com os professores. As situações escolares mais difíceis deviam estar a cargo dos melhores professores. Infelizmente, é para estas situações que os jovens professores são muitas vezes lançados sem qualquer apoio. É um erro de graves consequências.

**Educação** O senhor acredita nos modelos de tutoria (ou coaching) dos professores mais novos por profissionais da educação mais experientes?

**Nóvoa** Sim. É muito importante a socialização profissional que é feita pelos mais experientes junto dos mais jovens. A transição de uma cultura de isolamento para uma cultura colaborativa é um aspecto decisivo para os professores. Trabalho em equipe. Colaboração. Partilha. Sem isso, é impossível enfrentar os problemas educativos atuais. Nem todos os professores são iguais. É preciso que haja referências dentro da profissão - aqueles professores que reconhecemos como profissionais de grande competência e dedicação e que devem ter um papel no enquadramento dos mais jovens.

Educação Há uma corrida no mundo pelos indicadores de qualidade - basicamente, o desempenho dos jovens no campo da leitura e dos números, em projetos de avaliação como o Pisa. O foco exclusivo nesses índices não acaba por induzir a uma visão limitada do que seja o papel da educação?

**Nóvoa** Hoje em dia, esse tipo de estudos de avaliação cumpre uma função essencial nas políticas educativas no plano internacional. São indicadores que traduzem uma visão empobrecida da educação, mas que não podem ser ignorados. É preciso fazer a sua leitura crítica, a sua interpretação e construir modelos alternativos de comparação. Uma parte do meu trabalho nos últimos anos tem sido, justamente, a tentativa de construir lógicas de comparação entre países que não estejam prisioneiros dessas "hierarquias" e que nos permitam um olhar crítico sobre os sistemas educativos.

Educação Com o advento das novas tecnologias e com a crise dos modelos educacionais, muitos pesquisadores começaram a prever o surgimento de uma nova escola. O senhor está entre aqueles que acreditam em mudanças profundas no modelo tradicional da escola? Ou estamos a aprimorar uma concepção bancária de educação, como diria Paulo Freire?

**Nóvoa** De fato, não tem havido a produção de um novo modelo de escola. As tecnologias são muito importantes e têm contribuído para algumas mudanças no ensino e na aprendizagem. Mas elas, por si só, não alterarão o nosso modelo



de escola. Se perdermos o sentido humano da educação, perdemos tudo. Só um ser humano consegue educar outro ser humano. Por isso tenho insistido na importância das dimensões pessoais no exercício da profissão docente. Precisamos de professores interessantes e interessados. Precisamos de inspiradores, e não de repetidores. Pessoas que tenham vida, coisas para dizer, exemplos para dar. Educar é contar uma história, e inscrever cada criança, cada jovem, nessa história. É fazer uma viagem pela cultura, pelo conhecimento, pela criação. Uma viagem, para recorrer a Proust, na qual mais importante do que encontrar novas terras é alcançar novos olhares. É nesse sentido que apreendo, hoje, o contributo tão significativo de Paulo Freire para pensar a educação numa perspectiva crítica e progressista.

Educação Para finalizarmos, o senhor poderia sintetizar qual deve ser a função do professor na educação contemporânea? A que requisitos deve atender, como deve ser sua formação?

**Nóvoa** Sabemos todos que é impossível definir o "bom professor", a não ser através dessas listas intermináveis de "competências", cuja simples enumeração se torna insuportável. Mas é possível, talvez, esboçar alguns apontamentos simples, sobre o trabalho docente nas sociedades contemporâneas.

O conhecimento. Aligeiro as palavras do filósofo francês Alain: Dizem-me que, para instruir, é necessário conhecer aqueles que se instruem. Talvez. Mas bem mais importante é, sem dúvida, conhecer bem aquilo que se ensina. Alain tinha razão. O trabalho do professor consiste na construção de práticas docentes que conduzam os alunos à aprendizagem.

A cultura profissional. Ser professor é compreender os sentidos da instituição escolar, integrar-se numa profissão, aprender com os colegas mais experientes. É na escola e no diálogo com os outros professores que se aprende a profissão.

O tato pedagógico. Quantos livros se gastaram para tentar apreender esse conceito tão difícil de definir? Nele cabe essa capacidade de relação e de comunicação sem a qual não se cumpre o ato de educar. E também essa serenidade de quem é capaz de se dar ao respeito, conquistando os alunos para o trabalho escolar. No ensino, as dimensões profissionais cruzam-se sempre, inevitavelmente, com as dimensões pessoais.

O trabalho em equipe. Os novos modos de profissionalidade docente implicam um reforço das dimensões coletivas e colaborativas, do trabalho em equipe, da intervenção conjunta nos projetos educativos de escola.



O compromisso social. Podemos chamar-lhe diferentes nomes, mas todos convergem no sentido dos princípios, dos valores, da inclusão social, da diversidade cultural. Educar é conseguir que a criança ultrapasse as fronteiras que, tantas vezes, lhe foram traçadas como destino pelo nascimento, pela família ou pela sociedade. Hoje, a realidade da escola obriga-nos a ir além da escola. Comunicar com o público, intervir na sociedade, faz parte do ethos profissional docente.

Antonio Nóvoa

# AGENDA DO EIXO ARTICULADOR MEMÓRIA DO PROFESSOR

3<sup>a</sup> Semana de Memória do Professor (Parte III)

02/08 a 07/08/2010

Retomamos, hoje, o Eixo Articulador Memória do Professor.

Esta parte do Eixo se desenvolverá no período de 02 a 07 de agosto de 2010.

Entretanto, oferecemos a possibilidade de entrega das atividades, sem desconto de nota, até o dia 14 de agosto de 2010, às 23h55\*. Mas atenção! Semana que vem (de 09 a 14 de agosto de 2010) teremos que desenvolver uma parte das atividades de Filosofia da Educação. Então, não deixem as atividades se acumularem, nem as postagens para a última hora.

Ressaltamos, ainda, a importância do empenho na realização das atividades desse Eixo que, mesmo sendo avaliadas apenas pelo seu cumprimento, são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho final do curso – o TCC.

Vejam como ficou o esquema de atividades para a terceira parte do Eixo Articulador Memória do Professor:

5<sup>a</sup> Aula Presencial: 02/08/2010

Atividade 27: Discussão inicial sobre a profissão docente

Atividade 28: Assistir ao vídeo A escolha da profissão

Atividade 29: Aula expositiva sobre "A profissão docente"

Atividade 30: Discussão coletiva sobre a escolha da profissão

5° Período Virtual: 03 e 04/08/2010

Atividade 31: Retomada da Atividade 24 – "A escolha da Profissão"

Atividade 32: Estabelecer relações entre os saberes da formação e a prática docente

6<sup>a</sup> Aula Presencial: 05/08/2010

Atividade 33: Apresentação do tema "A carreira docente"

Atividade 34: Assistir ao vídeo Na sala de aula

Atividade 35: Aula expositiva sobre "A carreira docente"

Atividade 36: Discussão do tema da aula

6º Período Virtual: 06 e 07/08/2010

Atividade 37: Ler a entrevista do Professor Antonio Nóvoa

Atividade 38: Registro das lembranças sobre o início da carreira

Atividade 39: Registro das reflexões em torno da questão: "Quem sou eu professor?"



(\*) Estas atividades serão avaliadas somente pela participação, pois não há como avaliar lembranças e reflexões pessoais de outra forma. Porém, somente serão aceitas como entregues as atividades que forem cumpridas tal qual o que foi proposto. Caso tenham dúvidas sobre as atividades, peçam esclarecimento ao orientador antes de realizá-las. Para cada atividade entregue, vocês receberão nota 1,0 e, ao final do módulo, terão uma média de participação. Essa média será levada em consideração durante a avaliação de seu TCC.

Atividades Avaliativas



# Atividades da Terceira Semana

# ATIVIDADES PARA O AMBIENTE DO EIXO ARTICULADOR MEMÓRIA DE PROFESSOR

Parte III - 3ª Semana

5ª Aula Presencial: 02/08/2010



# Atividade 27: Discussão inicial sobre a profissão docente.

Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores. Esta afirmação é de uma banalidade a toda prova. E, no entanto, vale a pena recordá-la num momento em que o ensino e os professores se encontram sob o fogo cruzado das mais diversas críticas e acusações (NÓVOA, 1992, p. 9).

Esta afirmação abre a apresentação do livro Os professores e a sua formação, organizado por Antonio Nóvoa, no início dos anos 1990. Trazemo-la, aqui, porque ela traduz o momento atual que vivemos. Assim sendo, nesta semana, faremos uma discussão sobre a profissão docente no olhar de Velasquez, ou seja, pintaremos o quadro nos colocando nele. Vamos relembrar como foi que nos tornamos professores. A escolha da profissão será o tema desta aula presencial e durante a semana faremos um sobrevoo, com alguns mergulhos, sobre a carreira docente, proporcionando uma reflexão sobre nosso fazer professoral.

Lembramos a todos que este Eixo Articulador tem o propósito de fazê-los refletir sobre a sua profissão. Ao retomarmos a trajetória escolar – de aluno e de professor – o intuito é de buscar elementos para compreender as formas pelas quais fomos estruturando nosso ser professor. O foco das atividades do Eixo Articulador Memória do Professor é estimular a nossa memória, oferecendo elementos para reavivá-la. Desta forma, é essencial que as lembranças sejam anotadas na medida em que emergem.

Ser professor ou estar professor? Opção ou contingência? Profissão Docente: do investimento à realização.

No momento em que escolheram por esta profissão provavelmente já tinham uma opinião formada sobre ela. Seja por meio da idéia que construíram ao longo dos anos de escolarização, seja por meio da imagem da profissão elaborada pelos meios de comunicação (Professora Helena, Professor Raimundo, etc.) havia, de fato, uma imagem da profissão. Qual(is) era(m) esta(s) imagem(s)? Socializem estas informações que irão subsidiar as Atividades 28 e 29, a seguir.



# Atenção aos prazos de entrega das atividades!

As atividades desenvolvidas nesta primeira semana terão datas de início e término estabelecidas a seguir. É aconselhável que não deixem para postar suas atividades de última hora, principalmente porque semana que vem teremos o início de outra Disciplina. Para se organizarem, façam as atividades conforme elas forem sendo propostas. Estas atividades serão avaliadas somente pela participação, pois não há como avaliar reflexões de outra forma, por serem pessoais. Para cada atividade entregue vocês receberão nota 1,0 e ao final do módulo terão uma média de participação. Essa média será levada em consideração durante a avaliação de seu TCC.

Período de desenvolvimento das atividades: 02 a 07/08/2010.

Início da entrega: 02 de agosto de 2010.

Término da entrega: 14 de agosto de 2010 (23h55).

# Atividade 28: Assistir ao vídeo A escolha da profissão.

Assistam agora ao vídeo A escolha da Profissão que a UNIVESP/TV preparou para vocês.

Além da apresentação na TV Digital, esse vídeo pode ser acessado por meio da Ferramenta Material de Apoio – Pasta Vídeos – Atividade 28 – Vídeo - A escolha da profissão, pelo *link* direto, ou ainda, pelo *DVD-ROM*.

# Link: EA\_ A escolha da profissão

http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/118

# Atividade 29: Aula expositiva sobre "A profissão docente".

Seu Orientador de Disciplina fará uma breve apresentação sobre "A profissão docente", antes de iniciarmos as discussões.

# Atividade 30: Discussão coletiva sobre a escolha da profissão.

Vamos agora, sob a orientação do Orientador de Disciplina, discutir alguns pontos sobre a escolha da profissão.

Vocês conseguem se recordar de quando foi que decidiram serem professores? Esta decisão foi tomada em quais circunstâncias e por quais motivos? Vocês tiveram apoio de outras pessoas e como este apoio foi expresso? Enfrentaram oposição de algumas pessoas? O que ouviram delas? Façam uma breve discussão sobre o tema, colocando relatos pessoais sobre a escolha da profissão.

5º Período Virtual: 03 e 04/08/2010



# Atividade 31: Retomada da Atividade 24 - "A escolha da Profissão".

Escolher uma profissão não é tarefa simples, nem fácil para a maioria das pessoas. Quando se trata de uma escolha feita na adolescência pode, ainda, ser mais difícil. Principalmente, se a escolha incide sobre uma profissão tão desprestigiada como a de professor do ponto de vista social e também, financeiro. Ainda que seja inegável sua importância social, política e até mesmo econômica, a profissão docente é pouco valorizada. E mesmo assim, escolhemos ser professor. O convite, agora, é para uma reflexão sobre os sentidos assumidos por nossa escolha. Esta reflexão pretende conscientizar acerca dos motivos que levaram vocês a serem professores, uma vez que:

[...] o retorno em termos de compreensão das razões que o levaram a assumir um determinado jeito de ensinar garante a satisfação e a possibilidade



de superação de problemas que ocorriam nessa prática. Por outro lado, a explicação desse retorno ao passado, a socialização das vivências sob a forma de trabalhos escritos torna possível não apenas conhecer como se deu a construção da prática docente desse professor, mas, a partir daí, em processos comparativos, refletir sobre a maneira de ensinar de outros professores. (KENSKI, 2000, p. 47).

Assim, levando em conta os pontos discutidos na aula presencial do dia 02 de agosto, sobretudo, aqueles que dizem respeito aos relatos dos colegas de sala, pois os ajudarão a refletir melhor sobre a escolha da profissão, retomem a Atividade 24 - A escolha da Profissão e reelaborem-na com os novos elementos que surgiram a partir das atividades realizadas na última aula presencial.

Escrevam suas reflexões em seus Diários de Bordo, com o título EA\_atividade31, deixando o texto Compartilhado com Formadores.

Observação: Não se esqueçam de que a página do Diário de Bordo pode expirar enquanto vocês escrevem. Então, prefiram escrever em seu editor de texto, salvem em sua pasta "Memória de Professor" e depois copiem e colem, no campo de texto do Diário de Bordo ("Ctrl +C" para copiar; e "Ctrl +V" para colar).

Valor: 1.00.

Tipo da Atividade: Individual.

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC.

# Critérios de avaliação:

Participação dentro do prazo estabelecido.

Atividade 32: Estabelecer relações entre os saberes da formação e a prática docente.

Ao longo da formação profissional, fomos tomando contato com saberes da docência. Esses saberes estiveram presentes nas disciplinas de formação pedagógica ou até mesmo naquelas disciplinas do núcleo principal do curso. A partir do Histórico Escolar do Curso Profissionalizante, vocês relembraram as disciplinas cursadas na Atividade 25. Retomem, então, as disciplinas elencadas na Atividade 25 e procurem recordar os conteúdos pedagógicos trabalhados nestas disciplinas (ainda que não diretamente). Anotem tudo o que forem lembrando. Após anotarem, procurem estabelecer relações entre estes saberes pedagógicos e a ação docente que, hoje, desenvolvem. Escrevam sobre estas relações e sobre as ausências de relações entre teoria e prática, e discutam estas anotações.

Escrevam suas reflexões em seus Diários de Bordo, com o título EA\_atividade32, deixando o texto Compartilhado com Formadores.

Observação: Não se esqueçam de que a página do Diário de Bordo pode expirar enquanto vocês escrevem. Então, prefiram escrever em seu editor de texto, salvem em sua pasta "Memória de Professor" e depois copiem e colem, no campo de texto do Diário de Bordo ("Ctrl +C" para copiar; e "Ctrl +V" para colar).

Valor: 1.00.

Tipo da Atividade: Individual.

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC.

#### Critérios de participação:

Participação dentro do prazo estabelecido.





# Atividade 33: Apresentação do tema "A carreira docente".

Após recordarem a sua formação profissional e as formas pelas quais vocês se tornaram professores, vamos pensar sobre o início da carreira. Para muitos autores da área de educação, os primeiros anos da experiência no magistério são extremamente importantes. Segundo Nóvoa (2001, p. 78), o período inicial da carreira "define, positiva ou negativamente, grande parte da carreira" e, assim, "quem está começando precisa, mais do que ninguém, de suporte metodológico, científico e profissional". Porém, na maioria das vezes, no início da carreira os professores ficam totalmente desamparados deste suporte e têm que atuar nesta incerteza. Ou seja, são jogados em alto mar antes mesmo de aprenderem a nadar.

Na aula de hoje, vamos, justamente, falar sobre a carreira docente. Vamos comecar pontuando algumas experiências iniciais na carreira. Para tanto, os Orientadores de Disciplinas farão um relato de suas experiências pessoais: sobre a primeira escola em que atuaram, suas primeiras aulas, seus primeiros alunos. Convidamos a todos para falarem um pouco sobre essa fase da carreira.

# Atividade 34: Assistir ao vídeo Na sala de aula.

Assistam, a seguir, ao vídeo que a UNIVESP/TV preparou. Nele, estão alguns elementos que ajudarão vocês a recordarem sobre a sua trajetória profissional. Embarquem nas falas e nas imagens e deixem suas lembranças fluírem.

Vocês já sabem, o vídeo pode ser acessado por meio do link direto, pelo DVD-ROM ou por meio da Ferramenta Material de Apoio - Pasta Vídeos - Atividade 34 - Vídeo "Na sala de



🗘 Link: EA Na sala de aula / http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/119

# Atividade 35: Aula expositiva sobre "A carreira docente".

O Orientador de Disciplina fará agora uma aula sobre a profissão docente, enfocando, entre outras questões, os seguintes pontos: horário de trabalho pedagógico remunerado, plano de carreira, piso salarial nacional e valorização do magistério. Em seguida, haverá uma discussão sobre o tema da aula de hoje.

# Atividade 36: Discussão do tema da aula.

Vamos, agora, sob a orientação do Orientador de Disciplina, discutir alguns pontos sobre a carreira docente. Orientadores e alunos deverão falar de fatos curiosos que ocorreram durante suas experiências profissionais. Aqueles que iniciaram a carreira antes da atual LDB poderão falar como era o cotidiano do professor antes da incorporação dos horários de atividade pedagógica na jornada remunerada de trabalho. Sugerimos que sejam apresentados relatos de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, dos anos finais do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Médio. Igualmente interessante ter relatos de professores de escolas públicas e de professores de escolas privadas. O foco desta discussão é a carreira docente.

6° Período Virtual: 06 e 07/08/2010



#### Atividade 37: Ler a entrevista do Professor Antonio Nóvoa

Leiam a entrevista do Professor Antonio Nóvoa, publicada na Revista Educação, n. 154, de março de 2010, por meio do link direto ou pelo caderno. Pontuem algumas questões referentes à profissão docente que ajudarão na atividade seguinte.





# Link: EA\_ Entrevista com o Professor Antonio Nóvoa http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/120

# Atividade 38: Registro das lembranças sobre o início da carreira.

Registre suas lembranças sobre o início da carreira. Escreva sobre a(s) escola(s) em que atuou, sobre seus alunos, seus colegas de trabalho e faça um balanço sobre sua atuação docente naquele momento.

Escrevam suas reflexões em um arquivo de seu editor de textos. Depois de salvas em sua pasta ou pen drive, copiem e colem no Diário de Bordo com o título EA\_atividade38 e deixem Compartilhado com Formadores.

Valor: 1.00.

Tipo da Atividade: Individual.

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC.

#### Critérios de avaliação:

Participação dentro do prazo estabelecido.

# Atividade 39: Registro das reflexões em torno da questão: "Quem sou eu professor?".

Nesta atividade, a proposta é que façam uma autoavaliação sobre a fase em que se encontram na carreira. Como vocês se veem enquanto professores? Como seria seu autoretrato sobre seu cotidiano docente? Como são suas relações dentro da escola? Quais são os pressupostos pedagógicos que orientam sua prática docente? Quais são suas perspectivas futuras?

Escrevam suas reflexões, em um arquivo de seu editor de textos. Depois de salvas em sua pasta ou pen drive, copiem e colem no Diário de Bordo com o título EA\_atividade39 e deixem Compartilhado com Formadores.

**Valor:** 1.00.

Tipo da Atividade: Individual.

**Objetivos:** Ajudar o aluno a refletir e desenvolver material que poderá ser usado posteriormente na elaboração de seu TCC.

#### Critérios de avaliação:

Participação dentro do prazo estabelecido.





# **PROGRAD**



SES







# UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador Alberto Goldman

# SECRETARIA ESTADUAL DE ENSINO SUPERIOR

Secretário Carlos Alberto Vogt

# UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor Herman Jacobus Cornelis Voorwald

> Vice-Reitor Julio Cezar Durigan

Chefe de Gabinete Carlos Antonio Gamero

Pró-Reitora de Graduação Sheila Zambello de Pinho

Pró-Reitora de Pós-Graduação Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-Reitora de Extensão Universitária Maria Amélia Máximo de Araújo

Pró-Reitor de Administração Ricardo Samih Georges Abi Rached

> Secretária Geral Maria Dalva Silva Pagotto

FUNDUNESP - Diretor Presidente Luiz Antonio Vane



# PEDAGOGIA UNESP/UNIVESP

Sheila Zambello de Pinho Coordenadora Geral e Pró-Reitora de Graduação

Ana Maria da Costa Santos Menin Coordenadora Pedagógica

> Klaus Schlünzen Júnior Coordenador de Mídias

Lourdes Marcelino Machado Coordenadora de Capacitação

# CONSELHO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Maria da Costa Santos Menin Presidente

Celestino Alves da Silva Júnior Célia Maria Guimarães Edson do Carmo Inforsato João Cardoso Palma Filho Tereza Maria Malatian

SECRETARIA Cecília Specian Fúlvia Maria Pavan Anderlini Ivonette de Matos PROGRAD/Reitoria

# NEAD - Núcleo de Educação a Distância / UNESP

# TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador

André Luís Rodrigues Ferreira Dácio Miranda Ferreira Pedro Cássio Bissetti

# PRODUÇÃO, VEICULAÇÃO E GESTÃO DE MATERIAL

Deisy Fernanda Feitosa
Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira
Elisandra André Maranhe
Liliam Lungarezi de Oliveira
Márcia Debieux de Oliveira Lima
Sueli Maiellaro Fernandes
Valter Rodrigues da Silva





La	
1	
h)	
<u> </u>	
12	
ļ <del>-</del> -	
7)	
0	
H	
0	
<u>-                                    </u>	
(a)	

_	
トルオーコ	
F 2	
1 _/ I	
F	
h 2	
_	
7	
- 1	
_	
7	
7)	
r Z	
1	
1/	
,	
/	
/\	
ł O	
h - 4	
-7	
/~~	
9	
$\sim$	
12	
( )	

La	
1	
h)	
<u> </u>	
12	
ļ <del>-</del> -	
7)	
0	
H	
0	
<u>-                                    </u>	
(a)	

4	
F.2	
k J	
1	
1	
in J	
J-5	
k J	
P 1	
l /	
7 3	
1/	
1 -4	
F.J.	
$\cap$	
1.2	
_~~	
F. J.	

1	
F.)	
l-O	
1	
ļ-	
f)	
$\cap$	
-	
:0	
()	
Ā	
i. /	

a contract	The second secon	
F.7		
l		
1 . 2		
<u> </u>		
1 /		
I = 1		
-		
100		
l '_'		
r/		
2 1		
F)		
L		
P 22		
1 -4		
F. J		
1 -2		
700		
F-77		
1 /		
lt v. J		

1	
F.)	
l-O	
1	
ļ-	
f)	
$\cap$	
-	
:0	
()	
Ā	
i. /	

1	
1 /	
l	
h 2	
1. 2	
1 -2	
PT	
トルノーコ	
·/	
$\sim$	
1 /	
F 3	
F	
1.00	
-/	
1.7	
k /	
7-T-10	
F 2	
F1 3	
h /	
k J l	
■ 10 26	

A diagramação deste caderno ocorreu no outono de 2010.

Sua paginação deu-se com Adobe InDesign e a ilustração, com Adobe Illustrator,
ambos em plataforma Mac OS e instalados em computadores do NEaD, no Ipiranga, São Paulo/Brasil.

O corpo do texto é Times New Roman, Arial e, como vetores, Trajan e Linoscript.

Seu miolo é em off-set 90 gramas e sua capa, em papel supremo 250 gramas
com laminação fosca e 21 x 27.8cm de tamanho fechado.

A impressão ficou a cargo da Prol Gráfica.

